

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**EDSON MORAES BOROWSKI**

**O IMPACTO DO DISCURSO DE ÓDIO NA CULTURA POLÍTICA DO RIO  
GRANDE DO SUL:**  
**OS CASOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA NA SERRA GAÚCHA NAS ELEIÇÕES  
PRESIDENCIAIS DE 2022**

Porto Alegre

2024

EDSON MORAES BOROWSKI

**O IMPACTO DO DISCURSO DE ÓDIO NA CULTURA POLÍTICA DO RIO  
GRANDE DO SUL:  
OS CASOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA NA SERRA GAÚCHA NAS ELEIÇÕES  
PRESIDENCIAIS DE 2022**

Dissertação de Mestrado em Ciência Política apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientadora: Professora Dra. Jennifer Azambuja de Moraes

PORTO ALEGRE

2024

## CIP - Catalogação na Publicação

BOROWSKI, Edson Moraes

O IMPACTO DO DISCURSO DE ÓDIO NA CULTURA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL: OS CASOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA NA SERRA GAÚCHA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022 / Edson Moraes BOROWSKI. -- 2024.

160 f.

Orientadora: Jennifer Azambuja de Moraes.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Discurso de ódio. 2. Violência Política. 3. Cultura Política. 4. Rio Grande do Sul. I. Moraes, Jennifer Azambuja de, orient. II. Título.

EDSON MORAES BOROWSKI

**O IMPACTO DO DISCURSO DE ÓDIO NA CULTURA POLÍTICA DO RIO  
GRANDE DO SUL:  
OS CASOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA NA SERRA GAÚCHA NAS ELEIÇÕES  
PRESIDENCIAIS DE 2022**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título de Mestre no Programa de  
Pós-Graduação em Ciência Política da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul –  
UFRGS.

Dissertação de mestrado defendida em 17/05/2024, pela banca examinadora constituída  
pelo(a)s professore(a)s:

---

Dr. Rodrigo Stupmf González

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Dra. Sofia Isabel Vizcarra Castillo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Dr. João Ignácio Pires Lucas

Universidade de Caxias do Sul (UCS)

## **DEDICATÓRIA**

Esta pesquisa é dedicada a todos aqueles que foram atingidas pelo discurso de ódio e resistiram e resistem a todas as formas de violência.

## AGRADECIMENTOS

A pesquisa para a dissertação de mestrado é um ato solitário, que gera sofrimento e angústia, com todos os cuidados para não gerar um adoecimento físico ou mental. Mesmo assim, para este trabalho foi preciso e muito importante contar com a ajuda e apoio de várias pessoas, algumas próximas que auxiliam no incentivo e outras que ajudam na coleta de dados e/ou informações fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa e coleta dos dados.

Os primeiros a serem lembrados são os colegas, fundamentais na troca de ideias, sugestões, críticas, mas sobretudo nos incentivos para prosseguir na pesquisa. São muitos e agradeço a todos e todas que compartilharam as aulas no PPGCP. Em especial, desde o primeiro dia, o colega Eduardo Giacomini de David, que me apresentou o pastel do Alemão na Rodoviária de Porto Alegre; a colega Diana de Azeredo, que nos deixou angustiados com suas caronas de blablar; e a colega Milene Maria Ceni Bordini parceria em todo o curso.

Durante a coleta de dados para a pesquisa, um agradecimento especial aos Procuradores e Procuradoras Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul que gentilmente deferiram todos os 38 pedidos de vistas aos processos para análise dos casos de assédio eleitoral no Estado, destacando o apoio da Regional de Caxias do Sul que permitiu que eu encontrasse os caminhos para a formalização dos pedidos e pelas explicações sobre os procedimentos e investigações. Também importante agradecer os contatos com jornalistas que ajudaram na pesquisa de matérias relacionadas ao tema: Juliana Beviláqua e Bruno Tomé.

Também é necessário agradecer a todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS pelas excelentes aulas. Destaco especialmente o professor Rodrigo Stumpf González a quem considero o meu “alfabetizador” em cultura política. Suas aulas na disciplina de Cultura Política foram verdadeiras luzes sobre o tema e que foram fundamentais para a minha formação e que permitiu concluir esta pesquisa.

Um agradecimento muito especial a professora Jennifer Azambuja de Moraes que, além de ser minha orientadora foi também responsável por me fazer aprofundar os estudos com o método comparativo. Sua atuação extrapolou a mera orientação para a elaboração da pesquisa, foi muito mais do que isto. Mesmo com todos as dificuldades que enfrentou, jamais deixou de dar a atenção, até mesmo para as questões emocionais que envolvem o processo de elaboração da dissertação.

Por fim, a minha família, sem o seu apoio esta dissertação jamais seria possível.

## RESUMO

Dissertação de mestrado que procurou analisar o fenômeno do discurso de ódio e seu uso como estratégia política e eleitoral que produziu impactos na cultura política e nos comportamentos violentos na arena social e eleitoral nas eleições de 2022 no Rio Grande do Sul. Apresentou as teorias da cultura política, a partir do paradigma comportamentalista, que considera que as crenças e valores, adquiridos especialmente durante o período da adolescência e juventude, influenciam nas atitudes e comportamentos na sociedade. Acrescentou a compreensão de que os valores estão vinculados aos pressupostos ideológicos nas estruturas coletivas. Possuiu como objetivo geral verificar se os elementos da cultura política do Rio Grande do Sul estão suscetíveis aos impactos do discurso de ódio, que estimularam os comportamentos violentos nas eleições de 2022. Foram utilizados dados de fontes externas, que validassem ou não as hipóteses levantadas. Além dos estudos da literatura de cultura política buscou-se a construção de conceito de discurso de ódio que incorpore os elementos da disputa político e eleitoral, além dos efeitos nos grupos historicamente vitimados, discutindo os limites da liberdade de expressão, utilizada como escudo para a disseminação do ódio. Para a análise foram utilizadas pesquisas sobre violência contra agentes políticos, profissionais da mídia, os impactos na educação e nas relações de trabalho. Em relação aos episódios violentos nas eleições de 2022, foram utilizados dados sobre listas de boicote que produziram ameaças contra apoiadores da candidatura Lula, seguindo ao caso de violência física contra militante em cidade limítrofe à Serra Gaúcha. Para o tema do assédio eleitoral, além da análise estatística dos casos a nível nacional, por regiões e estados do Brasil, foram detalhados os casos do Rio Grande do Sul, com ênfase na região da Serra Gaúcha. Os resultados alcançados permitiram confirmar a hipótese de que o discurso de ódio encontra eco no ambiente eleitoral e produz efeitos sobre a cultura política do Rio Grande do Sul, construída ao longo de sua história sobre pressupostos autoritários. Contudo, não foram encontrados elementos que permitam afirmar que a cultura política da Serra Gaúcha seja diferenciado das demais regiões do Estado. A colonização italiana, que têm sido utilizado para sustentar a tese de diferenciação da cultura política da Serra Gaúcha, justificando comportamentos violentos, não encontra sustentação nos dados levantados pela pesquisa.

**Palavras-chave:** Discurso de ódio; Cultura Política; Serra Gaúcha

## ABSTRACT

Master's thesis that sought to analyze the phenomenon of hate speech and its use as a political and electoral strategy that produced impacts on political culture and violent behaviors in the social and electoral arena in the 2022 elections in Rio Grande do Sul. Presented theories of culture policy, based on the behaviorist paradigm, which considers that beliefs and values, acquired especially during the period of adolescence and youth, influence attitudes and behaviors in society. It added the understanding that values are linked to ideological assumptions in collective structures. Its general objective was to verify whether elements of the political culture of Rio Grande do Sul are susceptible to the impacts of hate speech, which stimulated violent behavior in the 2022 elections. Data from external sources were used, whether or not they validated the hypotheses raised. In addition to studies of political culture literature, we sought to construct a concept of hate speech that incorporates the elements of political and electoral dispute, in addition to the effects on historically victimized groups, discussing the limits of freedom of expression, used as a shield for dissemination of hate. For the analysis, research was used on violence against political agents, media professionals, the impacts on education and work relations. In relation to the violent episodes in the 2022 elections, data were used on boycott lists that produced threats against supporters of the Lula candidacy, following the case of physical violence against a militant in a city bordering the Serra Gaúcha. For the topic of electoral harassment, in addition to the statistical analysis of cases at a national level, by regions and states in Brazil, cases from Rio Grande do Sul were detailed, with an emphasis on the Serra Gaúcha region. The results achieved confirmed the hypothesis that hate speech resonates in the electoral environment and produces effects on the political culture of Rio Grande do Sul, built throughout its history on authoritarian assumptions. However, no elements were found that allow us to state that the political culture of Serra Gaúcha is different from other regions of the State. Italian colonization, which has been used to support the thesis of differentiation of the political culture of Serra Gaúcha, justifying violent behavior, is not supported by the data collected by the research.

**Keywords:** Hate speech; Political Culture; Serra Gaúcha

## **EPIGRAFE**

No fundo, a ideologia tem um poder de persuasão indiscutível. O discurso ideológico nos ameaça *anestesi*ar a mente, de *confundir* a curiosidade, de *distorcer* a percepção dos fatos, das coisas, dos acontecimentos.

Paulo Freire!

**PEDAGOGIA DA AUTONOMIA!**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. CULTURA POLÍTICA.....	21
1.1. CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA.....	24
1.2. A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DE CRENÇAS E VALORES.....	33
1.2.1. A construção de crenças e valores a partir da ideologia.....	35
1.2.2. Os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE).....	37
1.2.3. Os impactos da internet na socialização e na cultura política.....	38
1.3. CULTURA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL: A BUSCA DE UM CONCEITO. 39	
1.3.1. A ocupação do território do Rio Grande do Sul foi imigração ou colonização?.....	42
1.3.2. A ideologia construindo mitos na cultura política do Rio Grande do Sul.....	46
1.3.3. As crenças e valores políticos do Rio Grande do Sul.....	49
2. O QUE É DISCURSO DE ÓDIO?.....	53
2.1. QUAL O CONCEITO DE DISCURSO DE ÓDIO?.....	60
2.2. O ENFRENTAMENTO DO DISCURSO DE ÓDIO EM OUTROS PAÍSES.....	63
2.3. O DISCURSO DE ÓDIO SOB O ESCUDO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO.....	67
2.4. IMPACTOS DO DISCURSO DE ÓDIO.....	72
2.4.1. A violência política contra jornalistas.....	72
2.4.2. A violência política nas eleições.....	75
2.4.3. O impacto da cultura do ódio na educação.....	76
2.4.4. O impacto da cultura do ódio nas relações de trabalho.....	83
3. O DISCURSO DE ÓDIO NAS ELEIÇÕES DE 2022 NO RIO GRANDE DO SUL.....	95
3.1. AS LISTAS DE BOICOTE A APOIADORES NAS ELEIÇÕES DE 2022.....	98
3.2. AS AGRESSÕES A MILITANTES POLÍTICOS.....	106
3.3. CASOS DE ASSÉDIO ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL.....	114

3.3.1. A evolução das denúncias de assédio eleitoral na Serra Gaúcha - RF3.....	116
3.3.2. A distribuição regional das denúncias.....	118
3.3.3. Análise dos TACs formalizados no Rio Grande do Sul.....	120
3.3.4. Análise das denúncias de assédio eleitoral nos Município da Serra Gaúcha - RF3.....	129
3.3.5. Entrevistas com agentes públicos de Caxias do Sul, responsáveis pelo combate ao Assédio Eleitoral.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS.....	144
ANEXO I – Municípios que compõe a Região Funcional de Planejamento – RF 3.....	154
ANEXO II – Crimes de ódio registrados na Espanha - 2013-2022.....	155
ANEXO III – Evolução diária das denúncias de Assédio Eleitoral - Brasil.....	156
ANEXO IV – Evolução diária das denúncias de Assédio Eleitoral – Rio Grande do Sul.....	157
ANEXO V – Denúncias de assédio eleitoral por municípios do Rio Grande do Sul.....	158

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como temática os impactos do discurso de ódio na cultura política do Rio Grande do Sul a partir dos episódios de violência política nas eleições gerais de 2022. Compreende-se que os fatos não foram isolados, mas fruto do desenvolvimento de uma cultura de ódio alimentado nos últimos 10 anos. Se parte do pressuposto de que o cenário político Brasileiro sofreu profundas alterações a partir das jornadas de junho de 2013 (PINHEIRO-MACHADO, 2019), gerando consequências permanentes para as relações políticas e sociais. Milhões foram as ruas sem que tivessem sido convocadas pelos atores políticos tradicionais (MORAIS, MILANEZI e LIMA, 2023), e que ao fim, foram capturados por organizações políticas (GONZÁLEZ e CHIODI), sem lideranças e/ou demanda concreta (LAGO, 2022). Considera-se que 2013 é o marco inicial da contestação da legitimidade do sistema político (STARLING, LAGO e BIGNOTTO, 2022; GONZÁLEZ e CHIODI, 2023).

A ocupação do Congresso Nacional<sup>1</sup>, no dia 17 de junho de 2013 produziu a primeira imagem simbólica do que seria a política nos próximos períodos (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Ainda que não tenha ocorrido a invasão dos prédios, como nos atos antidemocráticos de 08 de janeiro de 2023<sup>2</sup>, a partir 2013 o Brasil ingressa em um período de extrema radicalização, potencializando a antipolítica (PINHEIRO-MACHADO, 2019). O aumento da intolerância e polarização política fomentou, através do discurso de ódio, atitudes e comportamentos violentos contra grupos minorizados (negros e negras, indígenas, população LGBTQIA+, mulheres, imigrantes e população pertencente as regiões Norte e Nordeste do Brasil, pessoas e comunidades pobres, comunidades religiosas, com deficiência, jovens e idosos vulnerabilizados). Também foi o ano de violência contra jornalistas nas ruas (FENAJ).

Desde os anos 1980, após o período da ditadura-civil-militar, resultante do golpe de 1964, a redemocratização manteve relativa regularidade, respeitando os elementos basilares da democracia, como o respeito as regras do jogo e o reconhecimento do resultado pelos candidatos derrotados (GONZÁLEZ e CHIODI, 2023). Estudos indicavam que até 2013 haveria um processo de consolidação da democracia no país, pelo menos na dimensão formal, contudo isto se inverte nos anos seguintes “com a produção de um mal-estar democrático” (AVRITZER, 2018, apud MORAIS, MILANEZI e LIMA, 2023, p. 165).

---

1 <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/17/manifestantes-invadem-congresso-nacional-em-brasilia.htm>

2 <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>

Refletindo as jornadas de 2013, nas eleições de 2014 a instabilidade política e democrática é potencializada pelo candidato derrotado, Aécio Neves, que contesta o resultado. “Não há como dourar a pílula: o partido contestou a legitimidade da apuração. O pedido do PSDB punha em questão a imparcialidade da Justiça Eleitoral.” (LIMONGI, 2023, p. 63). Esta atitude causa a erosão a um dos pilares da democracia que é a aceitação dos resultados (GONZÁLEZ e CHIODI, 2023; STARLING, LAGO e BIGNOTTO, 2022). “Aécio nunca aceitou o resultado das urnas, pedindo inclusive auditoria da votação. Desafiando a democracia, ele ataçava ainda mais uma horda que já estava a postos” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 71). Em 2014 tem início a operação Lava-Jato, colocando parte do judiciário na arena política, apoiada pela mídia tradicional, auxiliando na redução da confiança da sociedade nas instituições políticas (GONZÁLEZ e CHIODI, 2023).

Após a eleição, a extrema-direita mantém a estratégia com a realização de protestos já em novembro de 2014. “A direita controlou o protesto. [...], Eduardo Bolsonaro (que fez questão de mostrar o revólver que trazia na cintura e afirmar que, se candidato, seu pai “teria fuzilado Dilma”<sup>3 4</sup>) (LIMONGI, 2023, p. 65). Desde a redemocratização perdedores não haviam contestado o resultado proclamado. Sem encontrar qualquer irregularidade, “a promoção de fake news sobre o sistema de votação das urnas eletrônicas nas mídias sociais desestabiliza a confiança dos cidadãos no processo eleitoral e nos seus resultados”. (BAQUERO, 2023, p. 21).

Os eventos seguiram no ano de 2015 e foram potencializados em 2016 para dar sustentação ao golpe parlamentar da Presidente Dilma, cuja expressão de ódio mais explícito foi proferido no voto do então deputado federal Jair Bolsonaro, exaltando o torturador Brilhante Ustra na sessão da Câmara Federal quando votou pela admissão do processo de impeachment (MORAIS, MILANEZI e LIMA, 2023; STARLING, 2022). A ascensão da extrema-direita era inevitável e os eventos indicavam o caminho da intolerância e redução da confiança nas instituições democráticas. Nos protestos de caminhoneiros em 2016 “pedidos de intervenção militar são grito de socorro” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 56) e eram um prenúncio do que poderia ocorrer nas eleições presidenciais de 2018.

---

3 <https://noticias.r7.com/brasil/filho-de-bolsonaro-explica-como-pai-iria-fuzilar-dilma-assista-06112014>.

4 Importante registrar que esta expressão “teria fuzilado a Dilma” utilizada em 2015, retorna ao palanque eleitoral de 2018, quando Jair Bolsonaro afirma que “vamos fuzilar a petralhada” em comício no Estado do Acre. <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>. Portanto, trata-se de uma estratégia eleitoral através do incentivo a violência e o ódio contra os adversários políticos, em ambas situações o PT. <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/07/10/vamos-fuzilar-a-petralhada-disse-bolsonaro-em-2018-no-pr-obedeceram.htm>

Ficou evidente que “as ferramentas analíticas da ciência política foram insuficientes para explicar o sucesso de Jair Bolsonaro no pleito, pois ele não se enquadra em consistente evidência da literatura acadêmica” (LAGO, 2022, p. 33). A nova dinâmica política é consolidada a partir da vitória nas eleições de 2018, indicando à sociedade, conforme anunciado em seu discurso de posse, que seria aberto um novo período, livre das amarras do politicamente correto. O conflito com a imprensa é permanente, com ataques intensos com o propósito de blindar o governo contra críticas e com o objetivo de minar a confiança na mídia tradicional (MELLO, 2020; CRUZ, BACHA E SILVA, GIBSON, 2022), utilizando-se da estratégia do contato direto com seus apoiadores através das plataformas digitais, apoiando-se na disseminação de fake news (BOROWSKI, 2020; BIGNOTTO, 2022).

A intensa polarização da eleição de 2018 se agudizou para o pleito de 2022, consolidando, no período, a forma de atuação política da extrema-direita, representada pelo chamado bolsonarismo, lastreada na desinformação (*fake news*), enfrentamento às instituições democráticas através de um discurso baseado na exclusão dos adversários políticos. Por fim, o discurso de ódio reabre espaços para a defesa de princípios fascistas e nazistas, que descamba para as diversas formas de violência política verificada nas eleições de 2022. A democracia esteve sob risco, com atos violentos em sequência ao resultado de outubro, como os do dia 12 de dezembro<sup>5</sup>, quando da diplomação do presidente eleito, na tentativa de atentado a bomba em Brasília em 24 de dezembro<sup>6</sup>, e, ao fim os atos antidemocráticos de 08 de janeiro de 2023<sup>7</sup>.

A utilização do discurso de ódio, de forma sistemática, constante e reiterada, amplificada desde de 2013, fortaleceu atitudes e comportamentos a partir da consolidação de valores, crenças e sentimentos que rejeitam pensamentos divergentes e que causam impactos, para atacar o sistema político e democrático. Nos últimos cinco anos, criou-se uma “onda de hostilidades que se materializou em conflitos presenciais e virtuais” (MORAIS e BAQUERO, 2018, p. 58). O presente estudo estrutura-se na premissa que, desde 2013, foram criadas as bases para a construção de uma cultura do ódio, que fortaleceu os níveis de intolerância atingindo grupos historicamente minorizados e vulnerabilizados, mas também àqueles que podem ser enquadrados como “adversários” na arena política, além de outros atores da sociedade, como a imprensa, a ciência, as instituições, etc.

---

5 Ver: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/12/5058663-brasilia-e-atacada-por-atos-extremistas-cometidos-por-bolsonaristas.html>

6 Ver: <https://www.extraclasse.org.br/politica/2022/12/atentado-a-bomba-em-brasilia-foi-acao-de-grupo-bolsonarista/>

7 Ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/destaques/atos-de-8-de-janeiro/pagina/1>

Este não é um fenômeno isolado no Brasil, tampouco inédito e resulta de uma nova onda reacionária (STARLING, 2022) em várias regiões do mundo, como nos Estados Unidos e Europa onde reaparecem partidos de extrema-direita em vários países, como os nazistas na Alemanha, e que recolocaram no comando da Itália um partido “neofascista” (LEVITSKI e ZIBLATT, 2018; D'ANCONÁ, 2018; MOUNK, 2019; EMPOLI, 2019). Com o acúmulo da cultura do ódio nos últimos 10 anos, as eleições de 2022 caracterizaram-se pela violência e intolerância política. “Esse é um retrato desesperador para um país democrático, porém previsto desde a vitória de Bolsonaro para a presidência em 2018, visto que suas falas foram de incentivo à violência, apoio à tortura e de ataques às instituições democráticas e à democracia” (MORAIS, MILANEZI e LIMA, 2023, p. 157).

Nas eleições de 2022 o Rio Grande do Sul foi palco de episódios de violência política atingindo pessoas com identificação contrária ao bolsonarismo. Potencializada pela internet, transbordou para ações reais, com ameaças e agressões a militantes adversários, durante e depois das eleições, assédio eleitoral nos trabalhadores para votar em Bolsonaro<sup>8</sup>, e ainda ações de boicotes a comerciantes que supostamente teriam apoiado a candidatura Lula<sup>9</sup>. Assim, face sua formação histórica, cultural e política, o Rio Grande do Sul é um espaço importante para os estudos em ciência política, pois é estruturado em crenças e valores tradicionais e conservadores ainda presentes na sua cultura política.

Assim, este cenário apresenta-se para os estudos em Ciência Política como desafiador para a análise e compreensão do fenômeno do discurso de ódio e as estratégias utilizadas pelos agentes políticos, tanto no período eleitoral, mas sobretudo na manutenção de uma ação política permanente, seja na atuação em parlamentos quanto em setores da sociedade civil através de seus parceiros ideológicos. Outros ramos também estão atentos ao fenômeno, principalmente o campo do Direito, que busca a abordagem pela repressão, sem sucesso, e também causam preocupação às instituições diretamente atingidas, como o Poder Judiciário e o Executivo, que procuram alternativas para enfrentar a questão (CRUZ, 2022). O campo da Ciência Política possui ferramentas para este estudo e deve apresentar à sociedade científica e em geral suas percepções sobre os seus reflexos e formas de enfrentamento.

---

8 Ver: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/12/16/denuncias-de-assedio-eleitoral-batem-recorde-em-2022-diz-mpt.htm>

9 Ver: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/politica/noticia/2022/11/listas-de-boicote-atingem-moradores-e-estabelecimentos-de-pelo-menos-cinco-cidades-da-serra-cla320czn003m014u2obi2jdj.html>

Esta pesquisa se justificou pela necessidade de aprofundar os estudos da área da Ciência Política sobre o conceito e impactos do discurso de ódio e do extremismo, haja vista a necessidade de produção teórica que poderão subsidiar o debate acadêmico e na sociedade. Um dos exemplos foi a criação do Grupo de Trabalho (GT) pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) em 2023, composto por especialistas em diversas áreas, destacando-se a participação de um conjunto de ativistas sociais e *influencers* digitais. Não consta no relatório consulta ou referência a especialistas ou teorias que tenham vínculo ou que os participantes possuam formação em Ciência Política.

Em pesquisa na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES)<sup>10</sup> e na relação das teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) não foi encontrado nenhum título que continha a expressão “discurso de ódio” ou apenas “ódio”. Em que pese os temas relacionados a intolerância possam ter sido tratados de forma transversal ou transdisciplinar, especialmente naqueles estudos relativos aos grupos minorizados e vulneráveis, o resultado indica que existe espaço para pesquisa sobre o tema, diante da nova conjuntura política do Brasil. Portanto, a segunda justificativa para a presente pesquisa é a necessidade de apresentar estudos acadêmicos atualizados sobre o tema.

A formação política e histórica do Rio Grande do Sul apresenta-se como o espaço para a análise dos eventos de violência política nas eleições de 2022. O Estado desempenha, desde sua formação, uma participação política relevante no cenário nacional, ainda que desproporcional ao seu tamanho e importância econômica, tendo historicamente uma atuação voltada a sua tradição militar, caudilhesca e oligarca (SCHWARTZMAN, 2015). A colonização do Rio Grande do Sul, iniciada com a inserção de imigrantes Portugueses no início do século XVIII, acelerada com a introdução de outras etnias, majoritariamente Alemãs e Italianas, produziram significativa influência na formação política, cultural e religiosa, a partir de suas concepções e de suas origens (DACANAL e GONZAGA, 1979, 1980 e 1996; MACHADO, 1999, BAQUERO, 2007).

A análise sobre a formação histórica do Rio Grande do Sul, que será apresentada de forma melhor estruturada na seção 3 do capítulo 1, indica a existência de valores vinculados ao autoritarismo e intolerância, suscetível a criações de ambiente em que o discurso de ódio possa ter eco. Portanto, justifica-se o presente projeto pela necessidade de análise e dar maior

---

10 Fonte: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses#!/>

aprofundamento das consequências do discurso de ódio sobre a cultura política do Rio Grande do Sul, sobretudo nos últimos 10 anos, que podem ter estimulado os episódios de violência política nas eleições de 2022, com a consumação de ataques coletivos e pessoais, a partir de valores e crenças já consolidados. O estudo mais aprofundado dos casos de violências ocorridas Serra Gaúcha propiciará a comparação com o restante do Estado, buscando identificar se existem fatores que a diferencie das outras regiões.

Como base teórico-conceituais foram utilizadas as referências do campo da Ciência Política, vinculados aos pressupostos teóricos da cultura política, reconhecendo que o campo de estudos passou por transformações durante o século XX no seu escopo e forma de abordagens. Ancorada inicialmente no paradigma institucionalista, que buscava explicar as atitudes e comportamentos a partir das regras das instituições formais, cujas fontes foram o direito e da sociologia política. Esta abordagem, contudo, foi insuficiente para a análise dos fenômenos do nazismo e fascismo, no início do século. Após a reorganização política pós-guerra e o início da segunda onda de democratização, busca-se uma nova de abordagem para os estudos sobre os comportamentos dos indivíduos em relação à política. O novo paradigma “comportamentalismo” (PERES, 2008), sustentou-se em pressupostos da Psicologia, Sociologia e Antropologia. É sobre este novo paradigma que pesquisa está assentada.

Neste sentido, o problema da pesquisa é: como os elementos do discurso de ódio, utilizado como estratégia política e eleitoral, impactam na cultura política de determinada sociedade e permitem a construção de uma cultura de ódio que estimula comportamentos violentos, como os ocorridos nas eleições de 2022 no Rio Grande do Sul?

Como objetivo geral: verificar quais os elementos da cultura política do Brasil e do Rio Grande do Sul que estão suscetíveis aos impactos do discurso de ódio e que favorecem a construção de uma cultura de ódio que estimulam comportamentos violentos. Como objetivos específicos, foram levantados elementos para:

- Analisar o processo de formação histórica, política, ideológica e cultural do Rio Grande do Sul, identificando os principais elementos da cultura política, que possam estar suscetíveis aos impactos do discurso de ódio;
- Elencar os principais elementos do discurso de ódio no espaço político e eleitoral dos últimos anos que estimularam a consolidação de uma cultura de ódio;

- Levantar dados sobre os episódios de violência política no Rio Grande do Sul durante o período eleitoral de 2022, comparando os ocorridos na Serra Gaúcha com as demais regiões do estado.

Busca-se testar a hipótese de que o discurso de ódio, utilizado como estratégia eleitoral e de engajamento político e eleitoral nos últimos 10 anos, sob a ideologia da extrema-direita, produziu impactos nas crenças e atitudes que construíram uma cultura de ódio estimulando comportamentos violentos e de intolerância nas eleições presidenciais de 2022 no Estado do Rio Grande do Sul. Ressalte-se que, embora se reconheça que os grupos minorizados e vulnerabilizados sejam vitimados cotidianamente pelo discurso de ódio, o foco da pesquisa será a violência política produzida contra grupos ou indivíduos que durante o processo eleitoral de 2022 estiveram direta ou indiretamente envolvidos nas campanhas eleitorais ou foram impactados por ela.

De outra forma, pretende-se analisar com maior profundidade dos casos na Serra Gaúcha, buscando testar a hipótese de que a formação histórica, cultural e política da região, face a sua composição econômica e colonização de seu território por imigrantes oriundos predominantemente da Itália, possui elementos diferentes de outras regiões do estado que possam caracterizá-la como um ambiente mais propício a propagação do discurso de ódio.

Esta dissertação segue um protocolo misto, utilizando-se os métodos qualitativo e quantitativo. Inicialmente será realizada a revisão bibliográfica da literatura relacionada a cultura política. Em seguida a fará o resgate dos conceitos sobre discurso de ódio, avaliando diferentes espaços e a experiência em outros países, na busca pela identificação dos elementos centrais e na construção de um conceito adequado ao processo político e eleitoral.

Da mesma forma foram realizadas entrevistas, com personagens que estiveram envolvidos nos episódios de violência, como vítima de agressões, e agentes públicos que atuaram no enfrentamento aos casos de assédio eleitoral, para compreensão com dos impactos do discurso de ódio.

Também foram pesquisados dados estatísticos que auxiliem na compreensão do fenômeno, cujos procedimentos para obtenção serão detalhados no momento de sua apresentação. A abrangência será de acordo com o objetivo da abordagem em cada capítulo ou seção, com a utilização de dados nacionais, estaduais, regionais ou locais disponíveis nas fontes utilizadas.

Em relação ao espaço geográfico da região da Serra Gaúcha, tendo em vista que existem diversas composições possíveis, foi necessário escolher uma configuração que permitisse compilar os dados pesquisados. Assim, se utilizou como referência a Região Funcional de Planejamento – RF3<sup>11</sup> utilizada pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, construída a partir da unificação das regiões dos Conselho Regionais de Desenvolvimento (COREDES) da Serra, Hortênsias e Campos de Cima da Serra, formada por 49 municípios que estão relacionados no Anexo I e visualizadas na figura 1, abaixo. Portanto, a partir deste momento utilizaremos a nomenclatura Serra Gaúcha – RF3 para designar a região que será objeto de estudos aprofundados.

Figura 1 – Região Funcional de Planejamento – RF 3



Fonte: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

A presente dissertação está estruturada em três capítulos, além desta introdução e as considerações finais. No primeiro, estão apresentados conceitos de cultura política, buscando referências nos principais autores da escola cultural. Destacamos os elementos fundadores de Almond e Verba, inovadora na utilização de “*surveys*” para a compreensão das crenças e valores que indicam o grau de convergência com atitudes e comportamentos democráticos,

11 <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>

apresentando as devidas críticas e atualizações. A teoria da modernização cultural, estruturada por Ronald Inglehart a partir identificação de fatores socioeconômicos que favorecem a criação e ampliação de espaços democráticos, a partir dos dados da Pesquisa Mundial de Valores. Ao final da primeira seção, são apresentados os pressupostos do conceito de democracia inercial buscando elementos mais identificados com a cultura política da América Latina, a partir das dificuldades da consolidação da democracia na região.

A segunda seção tratará dos elementos que interferem na socialização política, ou seja, como os valores e crenças são internalizadas ao longo da formação intelectual dos sujeitos. Além dos elementos das teorias da cultura política, o conceito de ideologia será desenvolvido para identificar que os valores e crenças construídos a partir de concepções histórica e ideológicas. Para finalizar o capítulo, a terceira seção será dedicada a pesquisa sobre a construção histórica, cultural e política do Rio Grande do Sul, com a finalidade de compreensão dos elementos constitutivos de seus valores e crenças, a partir do processo de ocupação de seu território através da colonização, da consolidação de mitos pela (re)construção de sua história adequando-se aos conteúdos ideológicos históricos.

O segundo capítulo pretende discutir o conceito de discurso de ódio ressaltando que a literatura tem dedicado especial atenção aos impactos nos grupos minorizados e vulneráveis, contudo, para o escopo desta pesquisa, foram estudados elementos mais amplos, que indiquem que o seu conteúdo pressupõe a existência de elementos ideológicos, que, ao final, constituem uma cultura de ódio. Serão apresentadas as formas de enfrentamento ao discurso de ódio nos Estados Unidos, com plena liberdade, e na Espanha, com a tipificação de crimes ideológicos, bem como as teorias que sustentam o discurso de ódio sob o escudo da liberdade de expressão. A última seção apresenta os dados gerais sobre violências políticas em diversos segmentos da sociedade, a partir de pesquisas de fontes secundárias, com abrangência nacional, que auxiliam na compreensão do fenômeno nos últimos 10 anos.

O terceiro e último capítulo terá como foco a análise dos episódios de violência política na serra gaúcha (RF3), delimitada acima, com a apresentação dos elementos dos casos de agressões, ameaças e boicotes realizados durante a campanha eleitoral de 2022 e nos meses seguintes. Serão apresentados dados disponíveis de pesquisas que envolvem a região, bem como, na medida da disponibilização de pessoas atingidas pelos eventos violentos, serão apresentados dados de entrevistas em profundidade para melhor compreensão do fenômeno.

## 1. CULTURA POLÍTICA

Os limites do paradigma Institucionalista na ciência política para explicar os fenômenos políticos a partir das estruturas jurídicas, formais e filosóficas, ficaram evidentes com a ascensão do nazismo e fascismo nos anos 1930. Mesmo em países constitucionais e com processos eleitorais regulares, o autoritarismo ganhou forma e governou sob as regras do jogo. Neste contexto, o paradigma comportamentalista se apresentou como alternativa para a observação de fenômenos políticos, utilizando-se de ferramentas de outras ciências como a sociologia, psicologia e antropologia. A divergência entre as diferentes abordagens segundo Peres (2008, p. 57) “residia na adoção de uma metodologia formalista, portanto, dedutiva e abstrata, ou de uma metodologia realista, portanto, indutiva e histórica”.

Se os estudos a partir da estrutura institucional não respondiam as demandas da análise pela ciência política, foi necessário buscar outras ferramentas para observar comportamentos com o objetivo de mensurar costumes, valores e crenças de determinada comunidade, que permitissem explicar determinados fenômenos políticos, sociais e econômicos. Segundo Peres (2008, p. 68) “houve um deslocamento radical do foco de investigação, que até então era mais voltado às instituições jurídicas e administrativas, para atores políticos; mais especificamente seu comportamento, seus valores, seus objetivos”. Os fenômenos políticos da primeira metade do século XX, especialmente entre guerras, indicaram que as instituições deixaram de ser a variável explicativa do comportamento e de decisões políticas.

É neste sentido que o presente estudo se propõe a analisar os eventos de violência no processo eleitoral de 2022 a partir do uso do discurso de ódio como estratégia política, dentro de um contexto em que, após a redemocratização do Brasil, superado o período de ditadura civil-militar, construíram-se as bases de um modelo de democracia liberal que, pelo menos desde 1988, produz eleições regulares no Brasil, cujos resultados não foram questionados. Portanto, a análise dos eventos relativos as eleições de 2022 não podem ser realizados a partir de variáveis que expliquem os comportamentos violentos apenas sob o ponto de vista formal e institucional. Assim, será necessário buscar no suporte teórico e nos pressupostos da cultura política as variáveis explicativas para a melhor compreensão dos comportamentos e atitudes nas eleições de 2022, identificando os elementos que provocaram ou incentivaram as ações violentas contra adversários políticos.

Importante destacar que a literatura em ciência política, mesmo com foco principal nas estruturas formais de Estado, sempre avaliou fatores relacionados a crenças, valores, comportamentos e atitudes. Platão e Aristóteles, além de buscarem o governo ideal indicam quais os valores morais seriam necessários ao exercício das tarefas de governante e de cidadão. Os autores clássicos, como Maquiavel, Montesquieu, Rousseau e Tocqueville, estruturaram suas análises sobre as instituições formais e modelos de governo, na busca do melhor, mas também destacaram aspectos vinculados aos costumes dos cidadãos para que as estruturas formais fossem fortalecidas ou fracassadas (ALMOND, 1989). Weber ressalta em seus estudos valores culturais, bem como indica fundamentos de legitimação de líderes em fatores morais e não apenas nos limites da lei. (WEBER, 2001 e 2011).

Contudo a expressão Cultura Política adquire um caráter polissêmico a partir de sua introdução, de forma sistemática, na década de 1950 pelo cientista norte-americano Gabriel A. Almond. Sua base teórica foi exposta no livro *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries*, escrito em parceria de Sudney Verba, fazendo com que a expressão adquira maior consistência nos estudos em Ciência Política na expectativa de criar ferramentas que auxiliem na explicação de fenômenos e de intervenção na realidade. O objetivo central do livro foi buscar uma relação determinística entre cultura política de determinada comunidade política e viabilidade do desenvolvimento de valores democráticos, a partir da análise de suas crenças e valores que impactam em comportamento e atitudes. O centro do estudo deixa de ser as instituições e passa a ter como foco a população e seus indivíduos, a partir de suas ações (CASTRO, 2014).

Em conflito com o modelo normativo da cultura cívica de Almond e Verba, a Teoria da Modernização, a partir dos estudos de Ronald Inglehart, cuja tese de mudança cultural introduzida a partir do artigo *The silent Revolution*, em 1977, aprofundada com os dados da Pesquisa Mundial de Valores (WVS), sustenta que o desenvolvimento socioeconômico provoca mudança nos padrões de valores e atitudes das sociedades, criando as condições para implantação ou qualificação da democracia. Em que pese as teorias foquem no indivíduo e admitam o impacto do desenvolvimento socioeconômico em suas crenças e valores, ressaltam que estruturas coletivas possuem relevância na formação da cultura cívica, bem como o processo histórico, cultural e geográfico pode influenciar nas atitudes e comportamentos. Embora reconhecendo que a modernização social expandiria a educação, transformando orientações em favor de valores democráticos, a estrutura teórica da Cultura Cívica deu

menos peso a modernização socioeconômica como fator de mudança cultural (DALTON e WELZEL, 2014), que será o foco da teoria da modernização.

Finalizando a primeira seção, a teoria da Democracia Inercial será analisada pela sua melhor adequação a formação política histórica da América Lática, com um conceito mais aproximado da realidade do Brasil e do Rio Grande do Sul.

Em que pese as teorias da cultura política e da modernização tratem do tema da socialização, ou seja, em quais estruturas sociais são construídas as crenças e valores da comunidade e que darão sustentação as suas atitudes e comportamentos políticos, faz-se necessário ampliar os estudos para melhor compreensão desta dinâmica, especialmente em tempos de revolução digital. Neste sentido, na segunda seção deste capítulo, serão apresentados o elementos da socialização política, ou seja, os espaços em que os valores e crenças serão construídos. Contudo, com a compreensão de que os valores são construídos a partir de uma base ideológica, a análise aprofundará seus elementos com o suporte da teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estados, desenvolvida pelo filósofo Francês Louis Althusser. Ancorada na estrutura econômica, ou seja, que a base de todas as relações sociais e que garante a sustentação das superestruturas (igreja, escola, família, cultura, etc), reproduzem a ideologia das classes dominantes e moldam as crenças e valores ao seu domínio (GRUPI, 1978, ALTHUSSER, 1980).

Por fim<sup>12</sup>, a terceira seção, pretende analisar a construção histórica, econômica, cultural e ideológica do Rio Grande do Sul, com vista a identificação de elementos de sua cultura política que possam ser favoráveis a disseminação do discurso de ódio e seus impactos em valores e crenças que potencializam comportamentos e atitudes violentas como as verificadas nas eleições de 2022. Serão analisados elementos da constituição do Estado, aspectos da colonização de seu território a partir dos processos de imigração e a (re)construção de mitos a partir das ideologias que impactam nos valores políticos.

---

12 Não desconsideramos os pressupostos do paradigma neo-institucionalista nos estudos da Ciência Política, que, avançando nos elementos do institucionalismo histórico e do comportamentalismo, identificou que o funcionamento das instituições possui vinculação com o processo histórico e cultural aliado com outros aspectos característicos de determinada sociedade. Segundo Baquero, 2018, p. 59 “cultura e valores políticos são produzidos, preponderantemente, pela sociedade civil e pelas instituições que transmitem esses valores, normas e crenças sobre o mundo político, estruturando, dessa maneira, um determinado tipo de cultura política”. Contudo, conforme já mencionado na introdução, os episódios de violência política de 2022 não foram isolados, fizeram parte de uma conjuntura de acirramento do discurso de ódio em que o mantra era de que “as instituições estavam funcionando”. Portando, os limites institucionais demonstram que as regras e normas foram insuficientes para explicar o fenômeno da violência política e o discurso de ódio nas eleições de 2022.

## 1.1. CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA

Nesta seção, a partir da revisão bibliográfica, são apresentados os pressupostos teóricos das principais publicações sobre cultura política e desenvolvimento de crenças e valores que impactam em comportamentos e atitudes, bem como as respectivas críticas aos modelos teóricos. Segundo Castro (2008, p. 1) “Ao ser construído no auge da Guerra Fria, o conceito de Cultura Política incorporou toda a carga ideológica de então, constituindo-se em um perfeito fruto do seu tempo”. Ressalta o autor que o conceito de cultura política é um dos mais controversos e confusos na ciência política, pelo seu caráter popular e sedutor, chamando a atenção para o que qualificou como a armadilha da Cultura Cívica. Destaca, ainda, que o conceito não surge da união dos termos cultura e política, sendo, no entanto, uma proposição normativa (CASTRO, 2014).

A principal referência são as bases teóricas construídas por Gabriel Almond e Sidney Verba. Os autores estruturaram suas pesquisas a partir da preocupação sobre o futuro da democracia em escala mundial, especialmente na Europa, após as experiências do fascismo, do nazismo e na ascensão do comunismo. Para os autores *“The central question of public policy in the next decades is what content this emergind world culture will have”* (ALMOND e VERBA, 1989, págs. 01 e 02)<sup>13</sup>. O foco principal da teoria, portanto, seriam as dificuldades da expansão do modelo dos Estados Unidos para o novo mundo democrático, o que gerou, naturalmente, críticas pela sua limitação aos preceitos da cultura política relacionada com a democracia. Segundo Almond e Verba, (1989, p. 2) *“But one aspect of this new world political culture is discernible: it will be a political culture of parcitipacion”*<sup>14</sup>.

Os autores utilizam o método comparado para analisar os dados coletados em pesquisa realizada em cinco países: Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e México. Os procedimentos e dificuldades em realizar uma pesquisa desta magnitude são apresentadas no capítulo 2 da obra, em especial o desafio em obter resultados comparáveis, dificuldades com idiomas, treinamentos dos entrevistadores, entre outros. Os dados foram coletados entre junho de 1959 e março de 1960, com a realização de entrevistas de profundidade no período de seis meses a um ano após, sendo um marco nos estudos da área. (ALMOND e VERBA, 1989).

---

13 A questão central das políticas públicas nas próximas décadas consiste em saber qual será o conteúdo desta nova cultura mundial (Tradução do autor).

14 Mas um aspecto desta nova cultura política mundial é discernível: será uma cultura política de participação (Tradução do autor).

A estrutura da cultura política foi “*has been greatly influenced by the “culture-personality” or “psychocultural approach” to the study of political phenomena*”<sup>15</sup> (ALMOND e VERBA, 1989, p. 11). Utilizam, portanto, bases teóricas de estudos da psico antropologia, sociologia política e psicologia social (ALMOND, 1989). O termo cultura política busca encontrar as relações a respeito das atitudes tanto relativa a participação quanto a omissão, pois ambos influenciam no desenvolvimento democrático. Neste sentido:

The term “political culture” thus refers to the specifically political orientations-attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system. We speak of a political culture just as we can speak of an economic culture or a religious culture. It is a set of orientations toward a special set of social objects and process. (ALMOND e VERBA, 1989, p. 12).<sup>16</sup>

A cultura política de uma sociedade reflete-se no seu sistema político, a partir das cognições, valores e sentimentos de sua comunidade. Assim, uma cultura política seria a distribuição de padrões de orientações políticas entre os membros do espaço de convívio social, podendo ser um país, estado ou município. Os padrões de orientação foram classificados como cognitivo, afetivo e avaliativo, conforme quadro 1:

Quadro 1. Dimensões de orientação política

Orientação cognitiva	Conhecimento e crença a cerca do sistema político, seu papel na sociedade e a atuação dos incumbentes nos seus aspectos políticos ( <i>inputs</i> ) e administrativos ( <i>outputs</i> ).
Orientação afetiva	Os sentimentos sobre o sistema político, seu papel, pessoal e desempenho.
Orientação avaliativa	Os juízos e opiniões sobre objetos políticos que envolvem a combinação de padrões e critérios de valor com informações e sentimentos.

Elaboração própria. Fonte: ALMOND e VERBA, 1989, p. 14.

Portanto, a cultura política pode ser considerada pelo conjunto de orientações cognitivas, afetivas e avaliativas, acerca do sistema político da comunidade, tanto em seus aspectos políticos em geral, quando as funções administrativas e o comportamento dos

15 Foi muito influenciado pela “personalidade cultural” ou “abordagem psicocultural” para os estudos dos fenômenos políticos (Tradução do autor).

16 O termo “cultura política” refere-se, portanto, às orientações-attitudes especificamente políticas em relação ao sistema político e às suas diversas partes, e às atitudes em relação ao papel do eu no sistema. Falamos de uma cultura política tal como podemos falar de uma cultura econômica ou religiosa. É um conjunto de orientações em direção a um conjunto especial de objetos e processos sociais. (Tradução do autor).

indivíduos nesta sociedade. A partir desta concepção a atitude dos indivíduos quanto a participação ou omissão nos assuntos políticos da comunidade, permite a construção de um modelo que especifique o tipo de cultura política que pode ser encontrada na sociedade (ALMOND e VERBA, 1989), conforme o quadro 2.

Quadro 2. Tipos de cultura política

Cultura política paroquial	O indivíduo, em geral, não espera nada do sistema político. Pressupõe-se que possui fraco conhecimento sobre o sistema político em todos os aspectos.
Cultura política de súdito	Possui consciência da existência da autoridade governamental. Pode manifestar agrado ou desagrado em relação ao sistema político, contudo, em geral, constitui uma relação passiva, estando orientado a princípio apenas aos aspectos administrativos ( <i>output</i> ) dos governos.
Cultura política de participante	Tendem a estar orientados em relação ao sistema político como um todo, bem como sobre suas estruturas e aos processos políticos ( <i>input</i> ) e administrativos ( <i>output</i> ). Podem desenvolver sentimentos e avaliações positivas ou negativas sobre o sistema político.

Elaboração própria. Fonte: ALMOND e VERBA, 1989.

Algumas ressalvas são importantes: i) as três classificações não supõem que uma seja substituta de outra; ii) as orientações podem mudar conforme o desenvolvimento pessoal e político; iii) a classificação não indica homogeneidade ou uniformidade nas culturas políticas, indicando que o padrão dos países pesquisados é uma classificação híbrida, com as três personalidades identificadas no sistema político, dependendo do desenvolvimento dos processos de socialização ou limitações educacionais; e, iv) cada uma das classes podem ser constituídas de subclasses de classificação de cultura política (ALMOND e VERBA, 1989). As críticas ao modelo são várias. Destaca-se o limite em relação a discussão sobre a democracia, vinculada à orientação da Ciência Política dos Estados Unidos no período da guerra fria com o objetivo de expandir ao mundo o seu modelo de democracia, entendido como o mais adequado em contraponto ao socialismo soviético, justificando sua supremacia e legitimando a sua imposição (CASTRO, 2014).

Almond e Verba, 1989, sustentados em suas pesquisas, identificam que a cultura cívica dos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, como modelos superiores, o que Castro, 2008, alertou para a “armadilha da cultura cívica”.

**A relação proposta de causalidade** entre a necessidade manifesta da cultura cívica como requisito necessário para a democracia, no entanto, entra em contradição com a defesa do modelo democrático e da sua implementação em situação nas quais, em função de uma cultura política não democrática, a democracia não seria tão provável. A contradição então, é resolvida através da possibilidade de separação entre cultura política e estrutura política. No entanto, **mesmo que Almond e Verba ressaltem que uma cultura política pode ou não ser coerente com a estrutura política, todo o direcionamento de sua análise está no sentido da causalidade.** (CASTRO, 2014, p. 32, grifo nosso)

Castro, (2014), finaliza sua crítica indicando como caminho para romper o paradigma da causalidade a busca por outras contribuições para o estudo da cultura política. Em que pese considere válida a estratégia construída por Almond e Verba, deve-se avançar para outras variáveis de natureza econômica e social como fatores que influenciam na cultura política, afastando-se do erro dos fundadores, que construíram um modelo normativo e etnocêntrico. Assim, paradoxalmente, é possível seguir os pressupostos da cultura cívica de Almond e Verba para fundamentar estudos para outras regiões, países ou comunidades, sem, contudo, eleger um modelo ideal, considerando as particularidades de sua formação histórica, dinâmicas e traduções, evitando cair na armadilha da cultura cívica (CASTRO, 2014). Almond, (1989, p. 26) já indicava este caminho:

Political culture is not a theory; it refers to a set of variables which may be used in the construction of theories. But insofar as it designates a set of variables and encourages their investigation, it imputes some explanatory power to the psychological or subjective dimension of politics, just as it implies that there are contextual and internal variables which may explain it. The explanatory power of political culture variables is an empirical question, open to hypothesis and testing.<sup>17</sup>

Os avanços tecnológicos e recursos financeiros viabilizaram a realização de ondas de pesquisa comparada em cultura política, destacando-se a Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey - WVS<sup>18</sup>) indicando haver outras respostas aos temas sobre crenças, valores, comportamentos e atitudes, oferecendo possibilidades diferentes ao modelo normativo da Cultura Cívica. Destaca-se na teoria da modernização, originária do Iluminismo e que tem como versão mais influente a apresentada por Marx (INGLEHART e WELZEL, 2009; DALTON e WELZEL, 2014). Ressaltam os autores que “Embora a visão clássica de

17 A cultura política não é uma teoria; refere-se a um conjunto de variáveis que podem ser utilizadas na construção de teorias. Mas na medida em que designa um conjunto de variáveis e incentiva a sua investigação, atribui algum poder explicativo à dimensão psicológica ou subjectiva da política, tal como implica que existem variáveis contextuais e internas que a podem explicar. O poder explicativo das variáveis da cultura política é uma questão empírica, aberta a hipóteses e testes (Tradução do autor)

18 A pesquisa mundial de valores – WVS realizou 7 ondas de pesquisas, sendo a última em 2022 (atrasada em função da pandemia mundial de covid), abrangendo 80 países. A 8ª onda está prevista para 2024-2025.

modernização desenvolvida por Marx, Weber e outros estivesse incorreta em muitos aspectos, sua percepção central – **de que o desenvolvimento econômico gera grandes mudanças sociais, culturais e políticas** – está essencialmente correta” (INGLEHART e WELZEL, 2009, p. 17, grifo nosso).

A tese de principal da teoria de mudança cultural é sustentada no pressuposto de que o desenvolvimento socioeconômico provoca mudança nos padrões de valores e atitudes das sociedades, criando as condições para implantação ou qualificação da democracia (INGLEHART e WELZEL, 2009). Ressaltam, contudo, que:

Embora o desenvolvimento socioeconômico tenda a produzir mudanças sistemáticas no que as pessoas acreditam e desejam da vida, a influência de tradições culturais não desaparece. Embora os valores possam mudar – e efetivamente mudam –, a influência das tradições culturais não desaparece. Os sistemas de crenças têm uma durabilidade e uma resistência notáveis. **Embora os valores possam mudar – e efetivamente mudam –, eles continuam a refletir a herança histórica de uma sociedade.** A mudança cultural depende da trajetória. (INGLEHART e WELZEL, 2009, págs. 40-41, grifo nosso).

Em síntese, a partir dos dados coletados, é possível identificar padrões de desenvolvimento socioeconômico que permitam a mudança cultural. Associada aos estágios pré-industrial, industrial e pós-industrial, as sociedades substituiriam valores de sobrevivência por valores de autoexpressão (INGLEHART e WELZEL, 2009). Esta conclusão parece ser logicamente correta. As sociedades em que os níveis de desenvolvimento socioeconômico são baixos, existe maior probabilidade de que grande parcela da população preocupe-se com sua subsistência, ou seja, enfatizam valores materiais básicos, como a satisfação da alimentação, saúde e trabalho, sem maiores envolvimento com movimentos sociais mais abstratos, como ambiental e até mesmo a atuação política orgânica.

De outra forma, os dados indicam que em sociedades mais desenvolvidas, superadas as necessidades básicas de sobrevivência, quando as pessoas adquirem condições mínimas de recursos elas se tornam capazes de praticar ações políticas e de participação democrática, (DALTON e WELZEL, 2014), bem como, surgem as condições que permitem o desenvolvimento de valores de autoexpressão, característico do pós-materialismo podendo ampliar e/ou promover a emancipação do indivíduo, frente a autoridades e/ou instituições, gerando maior autonomia (INGLEHART e WELZEL, 2009).

A crescente valorização da autonomia humana é evidente em todos esses domínios, transformando o tecido das sociedades contemporâneas. **Nas sociedades pós-industriais as pessoas estão passando a exigir escolhas mais livres em todos os aspectos da vida.** Papéis de gênero, orientações religiosas, padrões de consumo, hábitos de trabalho e comportamento eleitoral se tornam, cada vez mais, questões de escolha individual. **Mudanças contemporâneas massivas, que variam de uma maior igualdade de gênero e novas formas de orientação sexual a uma preocupação crescente com uma democracia genuína, eficaz, refletem o peso cada vez maior atribuído à autonomia humana.** Essas mudanças não são uma colcha de retalhos de fenômenos aparentemente isoladas a um todo comum: **o processo de desenvolvimento humano, que amplia a escolha e a autonomia humanas em todos os domínios da vida** (INGLEHART e WELZEL, 2009, p. 20, grifo nosso).

Os autores destacam o fato de que o desenvolvimento econômico tende a transformar as sociedades numa direção previsível, porém o processo não é determinístico, dependendo de outros fatores. Desta forma, as previsões são probabilísticas, pois a mudança cultural não é linear (INGLEHART e WELZEL, 2009). Contudo, digno de registro o otimismo exacerbado dos autores com os dados das pesquisas. Apesar de rejeitar o determinismo econômico e/ou cultural, eventos importantes nos últimos anos indicam o recrudescimento de valores democráticos em países historicamente estáveis, como os Estados Unidos e Europa.

No mesmo sentido, Dalton e Welzel (2014) ressaltam que a estrutura da cultura cívica teria dado menos atenção ao processo de modernização socioeconômica e seus impactos nos processos de evolução democrática e na maior participação do cidadão. Utilizando os dados da Pesquisa Mundial de Valores (WVS) os autores encontram elementos que indicam o desenvolvimento de valores assertivos e de autoexpressão, em contraponto com os de lealdade e submissão, do modelo de cultura cívica de Almond e Verba. Segundo MORAIS, (2021, p. 34) “A proposta dos autores é de que há uma mudança da natureza da cidadania democrática, uma vez que, ao invés de cidadãos leais e submissos às instituições do regime, as democracias estão possibilitando o surgimento de cidadãos críticos”.

Por fim, diversos autores brasileiros que se dedicaram ao estudo da cultura política nos últimos anos, com ênfase na compreensão de fenômenos relacionados a desconfiança nas instituições políticas (MOISÉS, 2005, 2010 e 2013; BAQUERO e GONZÁLEZ, 2011; CASTRO, 2014; BAQUERO e MORAIS, 2015; BAQUERO et. al. 2018; BAQUERO, 2018). O referencial teórico necessitou de ajustes ao contexto histórico, pós ditadura civil-militar e o ingresso em um novo período democrático, a partir dos anos 1980, seja pela eleição de um civil para a Presidência da República em 1985, a promulgação da nova constituição em 1988 e consolidando-se com o retorno de eleições regulares para a escolha do presidente a partir de

1989<sup>19</sup>. A existência de pesquisas, tanto de investigação de valores socioculturais e políticos, como a *WVS* e o Latinobarómetro das Américas, quanto eleitorais, produzem dados estatísticos que apoiam a análise sobre cultura política ajustada ao contexto local. Para Castro (2014, p. 58) “em vez de enquadrar as diferentes sociedades em uma tipologia a *priori*, os estudos de cultura política devem servir para que se construa uma compreensão da realidade que considere as diferentes experiências históricas”.

Neste sentido, Moisés (2005), indica a existência de um paradoxo em que, apesar de considerarmos que a democracia liberal esteja consolidada, as instituições democráticas estão sob permanente desconfiança da sociedade. Para Moisés (1995), a cultura política brasileira tem sido descrita como um conjunto rígido de padrões político-culturais, marcada pela manutenção de valores culturais historicamente conhecidas como o clientelismo, populismo, atitude diferencial diante das autoridades, manipulação, apatia política e, por último, antipartidarismo e anti-institucionalismo. Já para Baquero (2018, p. 93, grifo nosso):

Tendo em vista essa herança histórica e presente conjuntura, as características da cultura política atual **indicam um tipo de cultura política demarcada pela desconfiança nas instituições**, pela ausência de adequação entre os aspectos formais e as dimensões informais da sociedade, **o que resulta na institucionalização de uma democracia inercial**.

Neste sentido, encerramos esta seção apresentando o conceito de democracia inercial que aborda comportamentos e atitudes a partir do desenvolvimento ou estagnação socioeconômica das sociedades como forma de análise dos fenômenos políticos (BAQUERO, 2018; BAQUERO et. al. 2018). O conceito dialoga com os pressupostos de que o desenvolvimento socioeconômico, ou estagnação, impactam nos valores e crenças, podendo potencializar comportamentos de desconfiança e atitudes de rejeição do sistema democrático.

Do ponto de vista de uma **Democracia Inercial**, pode-se compreender porque, em alguns casos, países emergentes com crescimento econômico positivo moderado não conseguem transformar estes recursos em investimentos sociais sólidos, produzindo frustração nos cidadãos, a qual se materializa em desconfiança nas instituições políticas e na política em geral. (BAQUERO, 2018, p. 26, grifo nosso)

---

19 Durante os 135 anos de república, o Brasil passou apenas por três períodos de eleições direta para Presidência. Entre 1894 (ano da primeira eleição direta para presidente) e 1930 (36 anos). Entre 1945 (após a derrubada da ditadura Vargas) e 1963, ano das últimas eleições diretas para prefeitos de capitais (18 anos). O último ciclo, iniciado em 1989 até as eleições de 2022, perfazem 33 anos de eleições regulares para a escolha da Presidência (BAQUERO, et. al, 2018). Para Moisés, 2005, p. 36 “o país alterna, pelo menos desde o advento da República, ciclos autoritários com ciclos democráticos”.

Baquero (2018) procurando analisar problemas da democracia na América Latina, que convive, ao mesmo tempo, com eleições regulares e instabilidade política, busca dados estatísticos em três dimensões: i) econômica (índice de GINI e PIB); ii) investimentos sociais (gastos em segurança, saúde e educação em termos % do PIB); e iii) desconfiança política nas instituições formais (congresso, governos, partidos, etc.). O pressuposto colocado é que “uma democracia inercial emerge não só da ausência de recursos econômicos, mas resulta também, do entrelaçamento com uma política volátil, instituições deficientes e **uma cultura política que internaliza valores e crenças de repúdio à política e de seus representantes**” (BAQUERO, 2018, págs. 13-14, grifo nosso).

Neste sentido, verifica-se que nos países da América Latina, considerados emergentes, ainda que tenham avançado em crescimento econômico, mesmo que de forma moderada em alguns casos, não permite significativa alteração na estrutura social, mantendo a desigualdade de renda e não resultando na melhoria na qualidade de vida a grande parte da população. Para Baquero (2018) isto produz sentimentos de frustração nos cidadãos, materializando-se em desconfiança política, tornando-se padrão na América Latina. Esta instabilidade indica que “quando crises econômicas se instauram, elas produzem crises de estabilidade e legitimidade do governo incumbente [...] colocando em xeque a credibilidade e, em última análise, a própria legitimidade de um governo democraticamente eleito”. (BAQUERO, 2018, p. 30).

A inércia democrática, portanto, permite a reprodução de práticas políticas do passado sejam (re)articuladas no presente, pois “a memória do passado age como fator estruturante na constituição de um tipo de cultura política [...] a tendência observada é o desenvolvimento de sentimentos de antipolítica” (BAQUERO, 2018, p. 30-31). Para o autor, não se trata de uma relação determinística pois, mesmo com a criação de novas formas de comunicação e inovações democráticas, a preexistência de valores e crenças ainda influencia nos comportamentos e atitudes. Nesta pesquisa, em que buscamos elementos que fomentam o uso do discurso de ódio como estratégia política que alimenta comportamentos e atitudes de violência política, é importante apresentar as características da democracia inercial, pois encontram-se fundamentos que auxiliam na compreensão do fenômeno. Segundo Baquero (2018, p. 31) uma democracia inercial apresenta as seguintes características:

1. Eventualmente, aumenta o grau de competitividade de um país no mercado internacional face ao crescimento econômico moderado e aumento da capacidade de arrecadação de impostos;

2. Uma vez estabelecidos padrões de desigualdade e despolitização dos cidadãos, materializam-se atitudes e comportamentos que resistem a mudanças imposta pelo contexto hegemônico da política;
3. **Produz perda progressiva de valores democráticos;**
4. **Ativa uma “memória simbólica” de um passado melhor;**
5. **Propicia o reaparecimento de práticas políticas que erodem princípios democráticos;**
6. **Gera o surgimento de uma cultura política híbrida;** Institucionaliza relações terciárias (Estado-cidadão) ao invés de relações secundárias (cidadão partido político);
7. Produz instituições deficientes e descontextualizadas que privilegiam a desigualdade econômica e política.

Conforme grifado, entre as características de uma democracia inercial estão elementos que podem potencializar comportamentos e atitudes de violência política se incentivados por discurso de ódio, principalmente produzidas por lideranças políticas. “A democracia inercial envolve situações na qual **os vícios de um passado autoritário**, que afetavam negativamente os princípios democráticos, não são eliminados no novo contexto da democratização” (BAQUERO, 2018, p. 32, grifo nosso). Portanto, mesmo em períodos de manutenção de estabilidade democrática, com eleições regulares, vícios e comportamentos do passado, como o clientelismo, paternalismo, privatismo, corrupção e patrimonialismo são revigorados na conjuntura política dos países nos dias atuais (BAQUERO, 2018).

Neste sentido, crises econômicas recorrentes, estruturas sociais com elevada desigualdade e governos que não conseguem dar respostas as demandas mais graves da sociedade tendem a gerar crises políticas. Crises políticas permitem a abertura de amplos espaços vulneráveis à potencialização de valores de intolerância, com a utilização de estratégias baseadas no discurso de ódio direcionados para camadas da população que já não encontram solução para seus problemas, sucumbindo para discursos populistas e demagógicos, disseminando discursos de ódio que possibilitam a consolidação de uma cultura de ódio (BOROWSKI, 2020).

Concluindo esta seção com os pressupostos sobre cultura política, na próxima serão analisados os estudos que indicam como as crenças e valores são construídos e seu impacto nos comportamentos e atitudes no espaço social.

## 1.2. A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DE CRENÇAS E VALORES

Retomando a Almond e Verba (1989), o conceito de socialização política diz respeito aos processos em que os valores e crenças de uma determinada sociedade são internalizados no indivíduo. Portanto, segundo a vertente culturalista, os valores e crenças são adquiridos em um processo de socialização, que seria contínuo. Nos termos de Baquero (2023, p. 10): “A socialização política é definida como o conjunto de experiências que, no processo de formação da identidade social do indivíduo, têm influência na cristalização do seu papel como ator significativo, ou não, no sistema político e nas crenças que ele desenvolve em relação à política e às instituições”.

Almond e Verba (1989) destacam a importância da fase inicial da vida com as relações familiares como sendo o primeiro contato com a autoridade. Reconhecem o papel da escola na socialização, em que pese não manifestamente políticas, mas que produzem impactos na vida adulta. Da mesma forma identificam que experiências posteriores, na fase adulta, poderão impactar nas crenças e valores, ou seja, a socialização política não poderia derivar apenas destas etapas iniciais no desenvolvimento do indivíduo na sociedade. Focam sua análise dos resultados das pesquisas realizadas nos cinco países em três frentes: família, escola e ambiente de trabalho, sempre relacionando os respectivos espaços a influência de suas atitudes diante da autoridade. Almond (1989, p. 24) destaca:

Latter studies have overwhelmingly confirmed the importance of education as an explanatory variable for civic propensities. However, our study showed that education in the formal sense does not necessarily produce the affective and evaluative components of a civic culture, such as civic obligation and trust. These attitudes and values seem to be significantly affected by national and group historical and life experience.<sup>20</sup>

Neste sentido, reconhecendo os limites da educação formal, Almond (1989) admite que a variável educação deveria ser analisada de forma associada a outros fatores, como a renda e hierarquia profissional (relações no trabalho) quando estariam melhores relacionadas com as competências cívicas. “*Nevertheless it was clear that position in the occupational and*

---

20 Estudos mais recentes confirmaram esmagadoramente a importância da educação como variável explicativa das propensões cívicas. No entanto, o nosso estudo mostrou que a educação no sentido formal não produz necessariamente componentes afetivos e avaliativos de uma cultura cívica, como a obrigação cívica e a confiança. Estas atitudes e valores parecem ser significativamente afetados pela experiência histórica e de vida nacional e de grupo. (Tradução do autor)

*income hierarchy independent of education was associated with civic competence and activity*<sup>21</sup>” (ALMOND, 1989, p. 24).

Inglehart e Welzel (2009) em que pese destacarem que grande parte da cultura é transmitida de uma geração a outra, os valores básicos refletirão não apenas aquilo que aprenderam nas fases iniciais da vida, mas também suas experiências posteriores. Ressaltam que as transformações, provocadas pelo desenvolvimento socioeconômico nas últimas décadas, tem impactado nas condições formativas das pessoas a uma velocidade sem precedentes. Segundo os autores “A ênfase cultural passa da disciplina coletiva para a liberdade individual, da conformidade para a diversidade humana e da autoridade do estado para **a autonomia individual – gerando uma síndrome que chamamos de valores de autoexpressão**” (INGLEHART e WELZEL, 2009, p. 19, grifo nosso). Da mesma forma, os autores reforçam a importância da educação na socialização, contudo, a partir dos dados coletados nas pesquisas, o nível de escolaridade é a variável que mais fortemente impacta no aumento de valores de autoexpressão, consequência da maior possibilidade de acesso a estratos sociais mais privilegiados (INGLEHART e WELZEL, 2009).

Contudo, a literatura recente em ciência política tem ressaltado que a socialização acontece durante toda a vida e a transmissão de crenças e valores pode ocorrer em grande variedade de ambientes – família, escola, igreja, ambiente de trabalho, meios de comunicação, partidos políticos, pares (MORAIS, 2021). No mesmo sentido, ainda que não se constitua um consenso, as fases da infância e juventude são as mais indicadas como períodos de formação de valores e atitudes, tanto pela permanência vinculada à família e a escola, considerados os principais agentes de socialização (GONZÁLEZ, 2018). Da mesma forma, componentes históricos e geográficos devem ser considerados. Segundo Baquero e Morais (2018, p. 19): “uma nova cultura política não pode ser inculcada da noite para o dia, da mesma forma que o passado e as características histórico-estruturais não podem ser subestimados”. Também deve ser considerado o impacto das instituições formas – públicas ou privadas - na formação de valores. Segundo Baquero, (2018, p. 59):

Os dois primeiros fatores – cultura e valores políticos – são produzidos, preponderantemente, pela sociedade civil e pelas instituições que transmitem estes valores, normas e crenças sobre o mundo político, estruturando, desta maneira, um determinado tipo de cultura política. Embora possa ser argumentado que crenças,

---

21 No entanto, ficou claro que a posição na hierarquia ocupacional e de rendimento, independente da educação, estava associada à competência e à atividade cívica. (Tradução do autor)

atitudes e comportamentos são conjunturais ou cíclicos, no caso da América Latina algumas características são estruturais e exercem uma influência decisiva na manutenção de determinados traços da personalidade política dessas nações que, sem ser deterministas da estrutura política, auxiliam na manutenção de uma práxis política que, historicamente, foi pouco afeita aos princípios republicanos.

Outro aspecto a ser considerado é a velocidade do processo de socialização, com as novas ferramentas digitais e o impacto nas relações sociais. Para Morais (2021, p. 30):

No passado, a socialização política incorporava os valores e expectativas da cultura política por um processo intergeracional, mediante, principalmente, a família e a escola, atualmente isto acontece de forma híbrida, com as novas tecnologias da informação e comunicação. A internet é, assim, considerada uma nova agência socializadora e, por seu caráter interativo, participativo e de comunicação.

De outra forma, importante reconhecer que o mesmo espaço possui diferentes significantes e que impactam na forma ou capacidade de transmissão de valores. Alguns autores destacam, por exemplo, as diferenças de condições das escolas privadas para as públicas (e dentro das públicas as consideradas de alto nível como as escolas militares e os Institutos Federais de Educação Tecnológica), tanto em desigualdade de recursos, quando de concepções ideológicas (ZORZI, 2018 e 2023; BERNARDI, 2018 e 2023). Assim, a literatura apresenta um leque muito amplo de instituições (formais ou não), estruturas sociais ou oficiais que, de alguma forma atuam na formação de valores e impactam nos comportamentos e atitudes da sociedade.

### 1.2.1. A construção de crenças e valores a partir da ideologia

Contudo, a questão que deve ser colocada é: quais são estes valores? Segundo o conceito de hegemonia de Gramsci, construído a partir dos pressupostos Marxistas, relacionado ao conceito de dominação “a função de liderança econômica, social, intelectual e moral da(a) classe(s) (ou fração de classe) hegemônicas (dominantes) forma ou constitui um consenso (a partir dos valores destas classes), que é, na visão de Gramsci, uma forma de dominação mais eficaz que a coerção” (1995, apud Gramsci, CASTRO, 2014, p. 25). No entanto, sem utilizar o poder de coerção, na concepção Weberiana do uso legítimo da força Estatal, as classes dominantes usam mecanismos de dominação ideológica, que “constituem um sistema de crenças e de valores que passam ser os considerados senso comum, ao mesmo

tempo que estas crenças e valores, por sua vez, são constituintes da sociedade”. (CASTRO, 2014, p. 25). Segundo Inglehart e Welzel (2009, p. 37, grifo nosso):

Marx foi mais claro nesse ponto, ao argumentar que o desenvolvimento socioeconômico determina mudanças culturais subsequentes nas orientações de valores das pessoas; as orientações de valores e os padrões morais predominantes em uma sociedade formam a **“superestrutura ideológica”** que reflete a **“base socioeconômica”** de uma sociedade, e **a ideologia necessariamente muda na medida em que a base socioeconômica se modifica.**

Segundo Althusser, 1980, o termo ideologia designava como objeto a teoria “genérica” das ideias. Contudo, ao retomar o termo, Marx lhe confere um sentido totalmente distinto: “A ideologia é, aí, um sistema de ideias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 1980, p. 90). Sendo o homem, por natureza, um ser animal ideológico, Althusser sugere que a ideologia “age” ou “funciona” recrutando (interpelando) indivíduos enquanto sujeitos.

O centro da disputa ideológica, na concepção de Gramsci é no campo econômico que constrói sua hegemonia a partir de sua concepção de mundo: *“La hegemonía tiende a construir un bloque histórico, o sea, a realizar una unidad de fuerzas sociales y políticas diferentes y tiende a mantenerlo unido a través de la concepción del mundo que ella ha trazado y difundido”*<sup>22</sup> (GRUPPI, 1978, p. 106, grifo nosso). Portanto, a estrutura e superestrutura formarão o bloco histórico, com suas visões de mundo, transmitidas e difundidas em todos os espaços da sociedade.

Segundo Moure (1996, p. 92) “faz-se necessário ter presente o pressuposto teórico de que toda a realidade histórico-social possui uma infraestrutura econômico-social em reciprocidade a uma superestrutura política-jurídica-ideológica”. Assim se constitui a infraestrutura ou base econômica das relações produtivas e uma superestrutura compostas por dois níveis, uma baseada no sistema jurídico-político, sob o direito e o Estado, e outra na ideologia, sob as concepções ideológicas, religiosas, moral, jurídica, política, etc (ALTHUSSER, 1980; CASTRO, 2014). A infraestrutura e a superestruturas são os pilares da construção metafórica do edifício que representam as relações nas sociedades.

---

<sup>22</sup> A hegemonia tende a construir um bloco histórico, ou seja, a realizar uma unidade de forças sociais e políticas diferentes e tende a mantela unida através da concepção de mundo que ela desenhou e difundiu. (Tradução do autor)

### 1.2.2. Os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)

A metáfora do edifício é construída sob a lógica de que a sua base, a infraestrutura é sustentada pelo econômico e é ele que determina e sustentaria o edifício como um todo (andares superiores). A manutenção desta estrutura exige a utilização de aparelhos repressivos, em especial os de Estado, garante à classe dominante sua posição em relação as demais. Portanto, o que se designa por aparelho de Estado é o uso das forças de coerção, seja a partir das normas, tribunais, policiais. Sob esta teoria, toda luta de classes política estaria condicionada a disputa pelo controle do Estado (ALTHUSSER, 1980).

Mas a sustentação deste edifício não seria obra apenas da repressão, mas exigiria a construção de ferramentas para manter as relações sociais e econômicas, para além do uso de mecanismos de coerção e violência. Assim, acrescenta-se à teoria o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Enquanto os aparelhos repressivos de Estados são vinculados ao domínio público, as instituições do AIE são construídos no domínio privado, ainda que se relacionem ou até mesmo sejam oferecidos pelo Estado (ALTHUSSER, 1980).

Segundo Althusser (1980) os sistemas do AIE seriam:

1. **Religioso**, composto pelo conjunto de diferentes igrejas e credos;
2. **Escolar**, envolvendo as instituições de ensino pública, privadas ou comunitárias;
3. **Familiar**, como reprodução da força de trabalho;
4. **Jurídico**, que pertence simultaneamente ao aparelho repressivo de Estado e ideológico;
5. **Político**, na qual estão inseridos os partidos políticos;
6. **Sindical**, na defesa dos interesses econômicos da classe operária;
7. Da **informação**, envolvendo a mídia em geral; e, por fim o
8. **Cultural**, que diz respeito ao mundo das artes, desportos, etc..

O aparelho de Estado utiliza de forma prioritária as ferramentas repressivas, seja pela aplicação de normas ou do uso legítimo da violência (na concepção Weberiana), mas também se sustenta a partir da ideologia, pois não pode se amparar apenas em estruturas coercitivas. Já os AIEs se estruturam substancialmente pela ideologia. Obviamente a ideologia a ser construída é a da classe dominante, que detém tanto o poder econômico quanto o político. Em

síntese: enquanto o poder de Estado é assegurado pela sua organização central, os aparelhos ideológicos são estruturados pela ideologia da classe dominante (ALTHUSSER, 1980).

Althusser indica que no período histórico pré-capitalista era a Igreja que cumpria o papel de aparelho ideológico dominante, pois exercia não apenas funções religiosas, mas também escolares e grande parte das funções de informação e cultura. “Não foi por acaso que toda a luta ideológica do século XVI ao XVIII, desde o primeiro abalo da Reforma, se concentrou numa luta anticlerical e antirreligiosa; foi em função mesmo da posição dominante do Aparelho Ideológico de Estado Religioso” (ALTHUSSER, 1980, p. 83). Contudo, considera que o aparelho ideológico dominante após a consolidação do capitalismo é a escola, acompanhado da família, exercendo papel fundamental na formação ideológica, “o par Escola-Família substitui o par Igreja-Família” (ALTHUSSER, 1980, p. 86).

### 1.2.3. Os impactos da internet na socialização e na cultura política

Para finalizar esta seção, é importante ressaltar que a revolução tecnológica que estamos passando transforma as relações sociais e impacta diretamente nos espaços principais de difusão de crenças e valores. Conforme Baquero e Morais (2018, p. 45) “A internet proporciona os instrumentos para participar sem nenhum custo em termos de tempo, de deslocamento e de investimento material, uma vez que pode ser feito a qualquer hora de qualquer lugar. Nesse sentido, facilita a formação de grupos políticos”. Para Gonçalves e Baquero, (2018, p. 83) “as práticas de socialização vivenciadas hoje pelos jovens, via internet e suas redes sociais, em geral, transcendem o controle familiar, uma vez que ocorrem à revelia de seus pais”.

A internet se consolidou como um espaço que ocupa parte do papel da mídia tradicional na comunicação. Segundo Anderson e Maccab (2021, p. 63) “a internet é um mecanismo moderno de socialização política da juventude, sugerindo que avanços tecnológicos de informação e comunicação podem ser poderosos indutores de atitudes e de comportamento dos cidadãos”. Neste sentido, a mídia tradicional (rádio, TV e jornal) perdem o monopólio da comunicação, com a internet abrindo espaços para outras formas de produção de conteúdos, sejam por estruturas formais ou independentes.

De outra forma, enquanto os veículos da mídia produzem conteúdo a partir de filtros, gerando uma comunicação na direção de um para muitos (*broadcasting*), a internet altera este paradigma para um sistema em que a direção do conteúdo informacional pode ser produzido de muitos para muitos (*multicasting*) (BOROWSKI, 2020, LAGO, 2022), permitindo a ampliação de agentes socializadores como amigos (BERNARDI, 2023) ou grupos por afinidades ou identidades (*filter bubble*) (LAGO, 2022).

Segundo Morais (2023, p. 67) “Novos valores estão sendo internalizados, e novas identidades estão sendo (re)construídas, com a interação que é propiciada e estimulada com as interações virtuais, novas relações estabelecem-se e novas configurações de relacionamento também se apresentam”. Contudo, a internet tem sido o principal mecanismo de disseminação de discurso de ódio, que reproduz, com grande velocidade, os comportamentos e atitudes, nos meios digitais, a partir de suas concepções, ideologias, crenças e valores da vida real, impactando diretamente nos processos eleitorais (BOROWSKI, 2020).

### 1.3. CULTURA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL: A BUSCA DE UM CONCEITO

A definição de um conceito de cultura política, para qualquer região, deve considerar elementos de formação histórica. As teorias apresentadas são fundamentais para a compreensão da cultura política do Rio Grande do Sul. Para Castro, (2014, págs. 60-61) “o uso do instrumental da cultura política deve ser mais indutivo, ou seja, procurar conhecer a realidade das sociedades, que dedutivo, aplicar um conceito determinado”. Segundo Baquero e Prá (2007, págs. 17 e 18) “não se pode negligenciar os efeitos dos fatores históricos de formatação e desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos em relação à política”. Assim, além de buscar elementos sobre comportamentos e atitudes relacionadas com o sistema político, necessário conhecer o processo histórico da formação do Rio Grande do Sul para melhor compreensão da construção de seus valores e crenças (CASTRO, 2014).

O Rio Grande do Sul apresenta situação peculiar em relação a sua formação. Segundo Freitas (1980, p. 24) “A história gaúcha é, em rigor – caso único no Brasil – uma história sem povo”. Desde o início do processo de invasão europeia nas Américas até o último quarto do século XVIII sua região permaneceu praticamente inexplorada, se confundindo aos territórios Espanhóis, sem definição de seus limites geográficos (CÉSAR, 1979, PICCOLO, 1979, LANDO e BARROS, 1996, BAQUERO e PRÁ, 2007). Têm-se uma integração tardia ao

Brasil (SANTOS, 2013). A região manteve-se por grande período em disputa entre Portugal e Espanha envoltos em Tratados que buscavam definir limites de dominação de cada país, bem como em ações bélicas pelas regiões atualmente ocupadas por Argentina, Uruguai e Paraguai (LANDO e BARROS, 1996, BAQUERO E PRÁ, 2007, SILVA, 1979).

A fundação oficial do Rio Grande do Sul, ocorre a partir de uma expedição militar sob o comando do Brigadeiro José da Silva Pais, que, em 19 de fevereiro de 1737, chegou no território atualmente ocupado pela cidade de Rio Grande, determinando, no dia seguinte a construção da fortaleza Jesus-Maria-José, constituindo-se, portanto, no núcleo de ocupação mais meridional do Brasil. Ressalte-se que a fundação do Rio Grande do Sul é posterior a cidade/porto de Colônia do Sacramento. A nova fortaleza, em Rio Grande, tinha como objetivo estabelecer um sistema de proteção aos interesses de Portugal (PESAVENTO, 1996). Em 1750, após a assinatura do Tratado de Madrid<sup>23</sup>, Portugal inicia sua política de colonização no território do Rio Grande do Sul, com a chegada de casais Lusos procedentes de Açores e Madeira, no primeiro processo de colonização com origem europeia da região, fixando-os próximos a Rio Grande, na Depressão Central e à margem dos rios da bacia oriental. O objetivo central era proteger a região de possíveis agressões das colônias espanholas (CÉSAR, 1979, SILVA, 1979, PICCOLO, 1979, BAQUERO e PRÁ, 2007).

Ainda envolto em de disputas por território<sup>24</sup>, o século XIX é definitivo para processo de consolidação seus limites geográficos (BAQUERO e PRÁ, 2007), contudo mantém-se a insegurança em relação aos vizinhos do prata. Nesta conjuntura, consolida-se a posição do estancieiro, de posse de grandes propriedades (latifúndios) que desempenha diferentes tarefas públicas, entre elas a de chefe militar, servindo de apoio ao Governo Central, através da constituição de grupos armados para oposição às invasões (BAQUERO e PRÁ, 2007). “Com isto conquistam o status de chefes militares e, em decorrência, posição de autoridade dentro da hierarquia social, acumulando ao lado das funções de patrão, de marido e de pai, as de chefe militar” (1985, SINGER, apud BAQUERO e PRÁ, 2007, p. 36).

---

23 Definia a entrega de Colônia do Sacramento a Espanha em troca das Missões Orientais do Uruguai. Face ao não cumprimento por parte da Espanha, em 1777 foi firmado o Tratado de Santo Ildefonso, estabelecendo novas fronteiras entre o Rio Grande do Sul e as Províncias do Prata (CÉSAR, 1979).

24 Em 1825 eclodiu a chamada Guerra Cisplatina, disputa entre Argentina, Uruguai e Brasil pelo território atualmente ocupado pelo Uruguai. Em 1864 iniciou a Guerra do Paraguai, com Argentinos, Uruguaios e Brasileiros formando a tríplice aliança contra o Paraguai. Além dos conflitos externos, entre 1835 e 1845 ocorreu a chamada Revolução Farroupilha que visava a separação do estado do Brasil (BAQUERO e PRÁ, 2007, p. 38, apud. LOVE, 1975, p. 14).

Constituiu-se, portanto, uma estrutura de poder definida como patrimonialista, estruturada na organização militar e no prebendalismo (BAQUERO e PRÁ, 2007). Esta condição de Estado “protetor das fronteiras”, eleva o Rio Grande do Sul a patamares importantes no Brasil, superior a sua condição econômica e tamanho, como destaca Schwartzman (2015, p. 77), griseo nosso:

O Rio Grande do Sul, que **historicamente tem desempenhado, no sistema nacional, um papel político bastante desproporcional a seu tamanho e sua importância econômica.** No Rio Grande não impera a política tradicional, baseada nos compromissos e fidelidades locais de uma economia estagnada, que muitos consideram ser o cerne da política tradicional brasileira. **Esse estado nunca foi um polo econômico dominante e não está no centro administrativo nacional.** Pelo contrário, situa-se na fronteira, à milhares quilômetros da capital do país. **Essa margem geográfica, porém, parece ter colocado o estado bem no centro da política nacional, desde pelo menos fins do século XIX.** Sua história se inicia com o estabelecimento da colônia portuguesa do Sacramento às margens do rio da Prata, atacada, quase que imediatamente, pelo governador espanhol de Buenos Aires. **Durante a maior parte do século XVII, a região converteu-se no principal ponto de conflito entre os Impérios português e espanhol na América. Após a independência, a província reteve sua natureza militar,** em razão dos conflitos entre Brasil e Argentina, pelo controle do que é hoje o Uruguai, bem como em razão de movimentos revolucionários separatistas do Rio Grande do Sul, os quais sempre envolveram relações com os governantes gaudilhos argentinos e uruguaios.

O século XIX também é definitivo quanto ao processo de ocupação do território do Rio Grande do Sul. A política de casais, foi o primeiro projeto de colonização que tomou corpo, atendeu a um objetivo vasto e bem elaborado, com a distribuição de sessenta famílias (CÉSAR, 1979, SILVA, 1979). Contudo, após a independência em 1822, o processo de atração de imigrantes é influenciado pela Inglaterra, pressionando pelo fim da escravidão (LANDO e BARROS, 1996). Para Giron (1996, p. 53):

A imigração será, por conseguinte, a forma encontrada para solucionar o impasse gerado pela extinção do tráfico. **Imigrantismo e abolicionismo são aspectos da mesma questão.** Da mesma forma a adoção de uma nova política de terras corresponde a uma mudança de atitude diante do problema da mão de obra.

O processo de imigração de origem não Lusitana, aconteceu em dois momentos do século XIX, atendendo demandas específicas de cada período histórico, com a chegada de colonos da Alemanha, em 1824 e da Itália, em 1875. Estes processos, pela sua importância histórica, política, ideológica e econômica, são fundamentais para a compreensão da cultura política e a construção das crenças e valores da sociedade riograndense (SANTOS, 2013).

### 1.3.1. A ocupação do território do Rio Grande do Sul foi imigração ou colonização?

Compreender a importância do processo de ocupação do território do Rio Grande do Sul, realizado nos últimos 287 anos, com a substituição dos povos originários por imigrantes europeus, é fundamental para o foco deste estudo, em função da absorção, em curto espaço de tempo, de crenças e valores que tem impacto significativo nas atuais gerações. Segundo Freitas (1980, p. 16) “são os índios quem cria e transmite aos europeus quase todos os outros instrumentos de trabalho – a boleadeira, o laço, o tirador; a indumentária adequada ao trabalho – a bota de couro, o xiripá, o poncho, a moradia primitiva – teto e paredes de couro; a alimentação – o churrasco, o charque, o mate, o transporte nos rios – as pelotas”. Contudo, como um processo de ocupação, em mais de três séculos, “houve a total extinção física do índio no Rio Grande do Sul” (DACANAL, 1980, p. 30).

O processo incipiente de ocupação com os imigrantes lusos foi insuficiente para ampliar a população do Rio Grande do Sul. Contudo, o processo de ocupação do território, organizado pelo Império, após a independência, esteve submetido ao poder político local, hegemônico pelos estancieiros, pelo menos até o início do século XX. Conforme Moure, (1996, p. 113) “A imigração alemã e italiana, fruto de interesses que estabeleceram a área geográfica a ser ocupada, o tipo de propriedade com produção diversificada e mão de obra familiar, esteve isolada do setor pecuarista gaúcho, mesmo porque este assim exigia”.

No mesmo sentido, a ocupação do território do Rio Grande do Sul apresentou características diferentes do restante do Brasil. Do ponto de vista jurídico, destaca Giron (1996, p. 64) “estabeleceu-se a denominação de colônia para designar as terras destinadas ao recebimento dos imigrantes europeus, que tinham como objetivo o estabelecimento da pequena e média propriedade no Brasil. É esta a designação dada pela legislação imperial”. Do ponto de vista do financiamento, os custos iniciais eram cobertos pelos Governos, inicialmente o Imperial e posteriormente os Provinciais (LANDO e BARROS, 1996). Portanto, “a colonização europeia que se realizou no sul constitui-se num caso à parte no contexto do processo migratório” (LANDO e BARROS, 1996, p. 16).

O principal atrativo para os imigrantes se interessarem pelo Rio Grande do Sul foi a oportunidade de serem proprietários da terra, com vistas a criação de produção de alimentos para o consumo interno (LANDO e BARROS, 1996). Conforme Moure (1996, p. 102) “a formação de um mercado interno gaúcho tem sua dinâmica calcada no caráter específico da

imigração alemã e italiana”. É importante destacar que o processo de atração do imigrante europeu apresentou características significativamente diferentes no Rio Grande do Sul, fixando-se a qualificação adequada para cada processo. Lando e Barros (1996, p. 12) fixam a tese que identifica os procedimentos relativos aos processos de colonização e imigração.

Ao primeiro tipo, o mesmo autor denominou de **“colonização”, pois visava à formação de colônias de estrangeiros**, que tornassem permanente a ocupação de certas regiões, reservando o termo “imigração” para a atividade de iniciativa popular, cuja finalidade imediata associava-se aos interesses da grande lavoura: formar um contingente de trabalhadores com os quais poderiam resolver o problema da mão de obra, indispensável ao desenvolvimento econômico, em especial da cultura do café, ameaçada com a diminuição do número de escravos. **É particularmente no sul que vai ressaltar o sistema de colonização.**

Superado a formação do primeiro governo imperial, o processo de colonização no Rio Grande do Sul, de forma consistente como política de Estado, tem início em 1824, com a chegada dos primeiros imigrantes, esmagadoramente de origem alemã, com a fundação da Colônia de São Leopoldo (LANDO e BARROS, 1996, MOURE, 1996, CÉSAR, 1979). Importante destacar a imigração contou com outras origens, de forma constante durante o século XIX, sem contudo ameaçar a hegemonia dos alemães, no primeiro momento, e italianos ao final dos anos 1800. Segundo Marin (2014, p. 60) “Os poloneses constituíram no terceiro contingente imigratório no Rio Grande do Sul, atrás de italianos e alemães, no século XIX”. O processo de chegada dos imigrantes europeus foi contínuo com redução drástica durante o conflito interno entre os 1830-1844 (LANDO e BARROS, 1996). Em 1875, tem início a última etapa do povoamento, com a chegada das primeiras levas de imigrantes italianos (GIRON, 1996, MOURE, 1996, FROSI e MIORANZA, 2009).

As transformações sociopolíticas do Brasil, na segunda metade do século XIX, especialmente relacionadas a vedação do tráfico de escravos e a necessidade de substituição por mão de obra servil, bem como a adequação à política de terras de 1850 que somente permitia a aquisição de terras mediante pagamento, produziram alterações na política de imigração (DACANAL, 1996, FROSI e MIORANZA, 2009, MARIN, 2014). Segundo Giron, (1996, p. 65) “quanto à primeira, serviu aos interesses racistas da elite cultural e política nacional, que buscava o ‘branqueamento’ da população brasileira; quanto à segunda, necessitava-se de compradores para a nova mercadoria”. O final do século representa, portanto, uma política desenvolvida sobre a “ideologia do branqueamento” (TRINDADE, 2022). Segundo Giron, (1996, p. 55-56):

O império proporcionou aos europeus aquilo que negou a seus súditos [...] **A superioridade da população branca, segundo a ideologia dominante, garantiria uma produção maior e, a longo prazo, evitaria o surgimento de um “Império Negro” no Brasil**, devido ao grande número de pretos, mulatos e mestiços, o qual determinaria o fracasso nacional. [...] **Foi, pois, tanto a necessidade de mão de obra como o racismo que determinaram a busca de imigrantes** [...] aliciados junto aos Estados Alemães. Quando sua vinda foi impedida pelo governo Germânico, foram procurados outros povos. A preferência pelos arianos baseava-se na crença de sua superioridade, sobre os “degenerados” latinos, e estes só foram aceitos na impossibilidade da vinda daqueles.

Neste sentido, se compreende porque a historiografia tenha escondido o escravismo na sua história, ressaltando “a pouca importância que teria o escravo na formação do Rio Grande do Sul. [...] quando se falava deles era para ressaltar que aqui, se houve escravismo, ele foi paternal, benigno. [...] cria-se então o difuso mito da Província libertária, obra do braço livre, inocente, ou quase, da pecha da escravidão” (MAESTRI FILHO, 1979, p. 29-30). Segundo Pesavento, (1980, p. 74) “O escravo foi mão de obra por excelência na charqueada, mas não na estância, onde ele aparece desde o início, sem contudo ser fundamental no processo produtivo”. Diante do mito da relação cordial entre os estancieiros e escravizados, a revisão historiográfica demonstra exatamente o contrário: “o negro tinha lugar na vida pastoril do Rio Grande do Sul [...] modificava-se a sua posição quando ele teve que habitar a senzala dos granjeiros onde era chicoteado pelo feitor com todo o ritual da barbárie escravagista ou então nas charqueadas [...] o administrador das charqueadas era violento e selvagem com os negros” (LAYTANO, 1937 apud MAESTRI FILHO, 1979, p. 30).

Na imigração italiana, ao final do século XIX, ressalta-se a diferença entre a colonização do Rio Grande do Sul, onde os imigrantes continuavam recebendo lotes para trabalhar na terra, e a de São Paulo, para substituição da mão de obra escravizada nas plantações de café (FROSI e MIORANZA, 2009). A ocupação do território pelos imigrantes alemães “seguira os vales dos rios da Depressão Central, interrompendo-a nas encostas inferiores da Serra Geral. Assim, a encosta superior permanecia desabitada” (GIRON, 1996, p. 61). Com o avanço da revolução industrial na Europa o processo de emigração Italiana representou a fuga de trabalhadores agrícolas e camponeses, sem possibilidade de serem absorvidos pelos empregos industriais (SANTOS, 1996, GIRON, 1996, FROSI e MIORANZA, 2009). Conforme Froisi e Mioranza, (2009, p. 22), “A emigração, pois, não tem sido aventureira, mas de necessidade”. Por fim, o movimento migratório da Itália para o Brasil decresce sensivelmente nos primeiros anos do século XX (FROSI e MIORANZA, 2009). Para Weber (1996, p. 262):

**A guerra fez perdurar o isolamento tanto por parte da população imigrante originária dos países do Eixo**, considerando-se aí também o contingente de seus descendentes, facilmente identificável, não o fosse pelo tipo físico, pelo nome de família, como parte da população luso-brasileira, que **passou a ver no imigrante um possível componente de uma “quinta coluna”, acirrando-se, de um lado e de outro, ódios recalcados.** [...] A receptividade, por parte dos imigrantes citados, do Nazifascismo, mesmo que sob a capa do Integralismo, e do Racismo europeu, a par de indicar a busca de afirmação e de coesão interna dos núcleos imigrantes, só fez acentuar seu isolamento por parte do restante da população.

Este isolamento não foi por acaso. As áreas de imigração alemã e italiana deram guarida aos apelos do integralismo do Rio Grande do Sul, cujo elemento étnico é apresentado como um dos pilares de incentivo a adesão, pois “lembrava, em seus postulados e na sua constituição interna, os movimentos nazifascistas europeus [...] a vigência de um ‘*germanismo*’ e de uma ‘*italianidade*’ formam elementos que motivaram a adesão tanto ao integralismo quando à infiltração do nazismo na área, a partir de 1935 mais ou menos”. (PESAVENTO, 1996, p. 190). Este processo no meio colonial, fez com que o Governo Brasileiro, sob a ditadura de Vargas, adotasse procedimentos para a “*brasilianização*” das áreas onde “eliminaram-se os símbolos da nacionalidade estrangeira (língua, bandeiras, emblemas políticos nazifascistas)” (PESAVENTO, 1996, p. 191-192).

Gertz (1974, apud TRINDADE, 1996, p. 199-200) destaca que “muitos integralistas de origem alemã e italiana entraram no integralismo, pensando que se tratava de um movimento brasileiro inspirado nos movimentos ideológicos, fascistas de sua pátria de origem”. Contudo o autor chama a atenção de que “o integralismo não se explica como decorrência natural do germanismo nem com o nazismo” e que “é difícil demonstrar que o fator étnico foi decisivo” (GERTZ, 1996 p. 232-233). Para Weber (1996), a partir dos anos 1970 é que os imigrantes italianos serão recolocados no centro das narrativas literárias. “No volume Tempo de Guerra, impõe uma visão épica da imigração alemã no RS, erigindo o imigrante em personagem positiva, herói do universo circundante” (WEBER, 1996, p. 264), reforçado pela ideologia do trabalho, como forma de galgar degraus na sociedade por suas próprias forças e heroicidade.

Serviu a literatura para “alimentar a nostalgia de um tempo que se foi, servir à mitificação, enfim, de uma realidade que não mais pertence ao burguês imigrante: prolonga-se, no plano do literário, uma vivência que no plano real se tornou insustentável. É o mesmo que ocorre com os álbuns festivos da imigração, na atualidade: uma farsa evidente, ao considerar-se os novos tempos da economia gaúcha” (WEBER, 1996, p. 265). Para Pesavento (1980, p. 76) “A sociedade de ‘classe média’ do mundo colonial oculta, na verdade,

exploração e marginalidade que não convém serem reveladas. O que se busca, pelo contrário, é o enaltecimento do trabalho do imigrante”. Os relatos desta seção apresentam os pressupostos para a criação de mitos, a partir da concepção ideológica das classes dominantes, que serão importantes para a compreensão dos espaços férteis para a disseminação do discurso de ódio na região da Serra Gaúcha (RF3).

### 1.3.2. A ideologia construindo mitos na cultura política do Rio Grande do Sul

Retomando os elementos da subseção 1.2.2, avançamos no conceito de ideologia. Pesavento (1980, p. 61) destaca que:

Por ideologia entende-se o conjunto de ideias acerca do mundo e da sociedade, que correspondem a interesses, aspirações ou ideias de uma classe num contexto social dado, que guia e justifica o comportamento dos homens de acordo com estes interesses, aspirações ou ideias. **A ideologia é, pois, uma concepção ou visão de mundo ligada a uma classe que traduz a realidade objetiva e formula conceitos sobre ela a partir dos interesses desta classe.** Neste sentido, a ideologia apresenta-se como “o elemento de força coesiva das classes dominantes”

No mesmo sentido, Freitas (1980, p. 7) acrescenta que “nenhuma dominação social pode subsistir sem uma concomitante dominação ideológica”.

**As ideologias** – usos de ideias com vistas a justificativa – **só convencem**, via de regra, **aos já convencidos e pelo tempo que convém aos crentes** (Como haveria de ser diferente, se as ideologias são, como todos parecem admitir, traços que nascem de práticas e não inversamente?) Pois as ideologias podem tanto servir para iludir, legitimar e consolar, como para sustentar práticas tão diversas como as racionalizações subjetivas, os rituais partidários, as apologias intelectuais ou as adesões a regras sociais de todo tipo. **Em muitos desses usos, convencer é irrelevante ou desnecessário.** (BOEIRA, 1980, p. 34-35, grifo nosso).

Segundo Baquero e Prá (1992, apud OLIVEN, 2007, p. 32) “As peculiaridades do Rio Grande do Sul contribuem para a construção de uma série de representações em torno dele que acabam adquirindo uma força quase mítica que as projeta até os nossos dias e as fazem informar a ação e criar práticas no presente”. Portanto, a ideologia serve para a construção ou destruição de mitos, que serão utilizados para recontar e/ou reconstruir o passado, conforme os interesses da classe dominante, que detém o poder econômico e/ou político.

O primeiro mito construído e extremamente difundido na cultura política rio-grandense foi a da glorificação do gaúcho (BAQUERO e PRÁ, 2007). Segundo Pesavento

(1980, p. 67) “uma das características básicas é o enaltecimento de um passado guerreiro, onde o historiador busca nas lutas fronteiriças com os castelhanos vitórias grandiosas, lances de heroísmo e [...] encontra-se a figura altamente viril e destemida do gaúcho, ‘centauro dos pampas’, ‘monarca das coxilhas’”. Durante a chamada Revolução Farroupilha a figura do gaúcho torna-se idealizada sendo considerado seus atos como uma verdadeira epopeia (PESAVENTO, 1980). Glorificar o gaúcho era importante para criar outro mito, o da sociedade democrática (BAQUERO e PRÁ, 2007). Contudo esta descrição não condiz com literatura da época:

Do tipo humano acima descrito – gaudério, changador ou gaúcho – temos uma interessante descrição de Azara, recolhida, possivelmente, em 1780. “Além do dito povo, há naquela região, e principalmente nas proximidades de Montevideu e Maldonado, **uma outra classe de gente, mui apropriadamente chamados gaúchos ou gaudérios**. Em regra são criminosos fugidos dos cárceres da Espanha e do Brasil, ou então pertencem ao número daqueles que, por causa de suas atrocidades, tiveram que fugir para o deserto. **Sua nudez, suas barbas crescidas, seu cabelo sempre despenteado, sua sujeira e a brutalidade de sua aparência, os tornaram horrível de ver.** (MAESTRI FILHO, 1979 págs. 35-36)

Segundo Freitas (1980, p. 9) “O gaúcho não era um folgazão, como se apregoa – era um desgraçado, um pobre-diabo sem eira nem beira”. Para Gonzaga (1980, p. 116) “Gaúcho e gaudério adquirem um sentido unívoco: são inimigos da ordem”. Complementa: “Gaúches, palavra hespanhola uzada neste Paíz para expressar os vagabundos” (MEYER, 1960 GONZAGA, 1980, p. 116). Ao serem absorvidos ao processo produtivo da economia pecuarista “esses vaqueiros de ocasião seriam, por assim dizer, os primeiros ‘boias-frias’ da região sulina” (GONZAGA, 1980, p. 115).

Por tal motivo, **pela pasteurização lenta**, posto que inexorável, **o termo gaúcho começaria a açambarcar as várias facetas do proletariado rural, impondo-se a gaudério (agora com sentido restrito de errante), até se retornar, em fins de século XIX, o nome gentilício**. [...] O processo de transformação do **gaucho-pária** em **gaucho-aristocrata**, cheio de virtudes civis e militares, não foi instantâneo nem uniforme: durou várias décadas, encontrou muitas formulações e teve o seu coroamento apenas no século XX, quando a oligarquia precisou aglutinar a seu projeto político as novas forças sociais existentes na província (GONZAGA, 1980, p. 118)

No mesmo sentido, reforçando a extinção dos povos indígenas que foi substituído por um novo elemento braçal, destaca Dacanal (1980, p. 27) “rastrear a formação desta ficção étnico ideológica desde os meados do séc. XIX, quando ‘gaúcho’ ainda significava ‘bandido’

e designava certos elementos que vagavam pelos campos da fronteira e das Missões roubando reses. Não se sabe qual dos dois, ao final, fica em pior situação: se o índio, que existiu e foi destruído, se o gaúcho, que nunca existiu”. A mitificação do gaúcho encontra-se diretamente vinculada ao mito do relacionamento democrático com o patrão. FREITAS, 1989, BAQUERO e PRÁ, 2007). Em relação aos imigrantes europeus, o processo é semelhante, com a construção de mitos, especialmente a partir da década de 1970.

Com a chegada de imigrantes europeus, o critério classificador do Rio Grande como sociedade igualitária estendeu-se à zona de colonização alemã e italiana. (PESAVENTO, 1980, p. 73). Cria-se, portanto, uma série de mitos: “o imigrante heroico, trabalhador, econômico e realizador da economia gaúcha é a imagem que o grupo criou sobre seus feitos. É tempo de rever este posicionamento”. (GIRON, 1996, págs. 65-66). A mudança de espírito é destacada nos festejos do centenário da imigração italiana.

Vários acontecimentos convergiram para que surgisse todo um movimento de retorno à origem étnica dos ítalo descendentes da Região de Colonização Italiana. Nesse contexto, **as celebrações próprias do Centenário da Imigração Italiana representaram um marco e funcionaram como um gatilho na explosão da italianidade.** Os sentimentos de vergonha, o estigma da fala dialetal italiana e da variedade do português regional foram sendo superados e deram lugar a atitudes positivas de orgulho identitário italiano. (FROSI e MIORANZA, 2009, p. 110)

No mesmo sentido, ressalta Lagemann, 1996, p. 118:

Aliás, transparece na historiografia, ao tratar das realizações dos imigrantes num sentido lato, **uma euforia e uma louvação por vezes sem fundamento nos fatos reais. Essa impressão é clara nos textos publicados por ocasião dos festejos de centenários, etc.** Tal tendência laudatória parece estar sincronizada com o relativo sucesso da região colonial e com o crescimento na participação política por parte dos descendentes de imigrantes. Ao **“colono” também é reservado, a partir desse momento, o direito de ser herói.** [...] **A interpretação heroica,** fazendo do colono bem-sucedido econômica ou politicamente um verdadeiro “self-made-man”, **é perfeitamente compatível a um sistema ideologizado pela “democracia agrária”.**

Portanto, a literatura aponta que os valores passam a ser construídos sobre crenças de um passado, transmitido para as novas gerações a partir da (re)interpretação dos fatos, conforme destaca Frosi e Mioranza (2009, p. 103) “o ítalo-brasileiro vive hoje a presença histórica dos que o precederam, sente e pode apreciar os **valores** que lhe foram legados”.

### 1.3.3. As crenças e valores políticos do Rio Grande do Sul

Para encontrar elementos que identifiquem a cultura política do Rio Grande do Sul, é necessário partir de dois pressupostos: i) o histórico-estrutural que formou a personalidade política gaúcha; e ii) os padrões de comportamento político e eleitoral durante o período em que vigoraram diferentes modalidades de regimes, desde o autoritarismo à redemocratização (BAQUERO e PRÁ, 2007). Em que pese a imagem ideologizada de que o Rio Grande do Sul é um estado politizado, em comparação com o restante do país, os estudos indicam na direção contrária. A história demonstra que a cultura política do gaúcho é “fortemente marcada pelo baixo interesse dos cidadãos na política, pela apatia, pela pouca participação política e pelo alto grau de desconfiança nas instituições políticas e nas pessoas (MORAIS, 2023, p. 46).

Durante o período da república velha (entre 1889-1930), a política no Rio Grande do Sul esteve fortemente vinculada pelos princípios do positivismo de Augusto Comte, baseado no poder da autoridade, da disciplina e da sociedade patriarcal, tendo sido terreno fértil para seu desenvolvimento, reforçando traços autoritários da estância. (BAQUERO e PRÁ, p. 57). O positivismo buscou aproximar-se das virtudes naturais do gaúcho, ressaltando a alma gaúcha, o glorioso passado rio-grandense, a democracia das coxilhas, etc. (BOEIRA, 1980). Seus pressupostos foram aceitos pela elite econômica, em acordo com os costumes, habituados a escolherem chefes e obedecer-lhes. Tais ideais foram projetados para o Brasil a partir do golpe de Getúlio Vargas em 1930, especialmente pelas políticas técnico-científicas, mas sobretudo pela “personificação de um estilo paternal e ditatorial de fazer política” (BAQUERO e PRÁ, 2007, p. 58).

A manutenção de valores autoritários é observado até mesmo em estudos sobre o Orçamento Participativo (OP), que, pelo menos em tese, deveria ser um espaço de maior apreço a valores democráticos. Ao analisar dados de pesquisa com delegados do OP em diversas cidades do Brasil, inclusive Porto Alegre, Fedozzi (2008, p. 395) destaca: “Não obstante, a adesão normativa aos valores democráticos deve ser relativizada. Isso porque parcela considerável (41%) admite que o governo, quando for necessário, deve limitar os direitos democráticos, contra 50,1% entende que isso não deve ocorrer”. Um dos fatores que influência nestes resultados são os fortes resquícios históricos da cultura política autoritária no Brasil (FEDOZZI, 2008) e no Rio Grande do Sul (BAQUERO e PRÁ, 2007).

Segundo Baquero e Prá (2007, p. 101) “o Estado gaúcho refletiu um dos casos típicos de autoritarismo brasileiro”. No mesmo sentido destaca Pesavento (1979, p. 195-196) “se no Brasil tem uma longa tradição de autoritarismo, o Rio Grande do Sul, devido às condições históricas específicas de sua formação, apresenta-se como um caso acentuado e a destacar da vigência das formas autoritárias, presentes desde o momento de sua integração”.

Nestes termos, **a sociedade rio-grandense pode ser vista como reflexo de sua base material**, qual seja, **da economia pecuária, da militarização e da dominação sensorial**. Uma dominação do tipo tradicional cujos resquícios subsistiram à implantação da República e às diversas mudanças ocorridas na política, reforçando um tipo de cultura política capaz de inviabilizar a participação efetiva de amplos setores da sociedade. (BAQUERO e PRÁ, 2007, p. 99, grifo nosso)

Superados todos os períodos autoritários, a redemocratização no Brasil possibilitou a eleição de governos vinculados a partidos de esquerda em Porto Alegre e também no Rio Grande do Sul (BAQUERO e PRÁ, 2007) atendendo um dos pilares da democracia que é a alternância no poder. Contudo, os elementos consolidados no processo histórico-estrutural, indicam a prevalência de limitações a participação cidadã. Estes fatores “auxiliaram na formatação de um modelo de cultura política híbrido no Rio Grande do Sul” (BAQUERO e PRÁ, 2007, p. 95). O Rio Grande do Sul pode ser visto como um estado onde o regionalismo é constantemente repostado em situações históricas, econômicas e políticas novas. Mas, embora as conjunturas sejam novas e roupagem dos discursos se modernize, o substrato básico sobre o qual esses discursos repousam é surpreendentemente semelhante. (OLIVEN, 1998, apud BAQUERO e PRÁ, 2007, p. 104).

A combinação dessas características históricas (**clientelismo, patrimonialismo e personalismo**), marcadas por uma cultura política autoritária, somadas a um processo de democratização pactuado, no pós-governo militar, deram origem ao que se denomina de cultura política híbrida, uma vez que mescla comportamentos e valores autoritários a uma percepção positiva da democracia (BERNARDI, 2018, p. 171, grifo nosso)

Apesar dos avanços nos estudos sobre cultura política e o aumento de pesquisas nos últimos anos, “crenças e valores, tanto sociais quanto políticos do/a cidadão/ã brasileiro/a, são pouco conhecidas e pouco estudadas” (BAQUERO e PRÁ, 2007, p. 24). Entre os esforços em analisar comportamentos políticos, inicialmente vinculado a participação eleitoral, em 1968 foram elaboradas duas pesquisas, desenvolvidas na cadeira de ciência política da UFRGS, uma em Porto Alegre e outra em Ijuí, cujos formulários foram aplicados em plena ditadura, as

vésperas da edição do Ato Institucional nº 5. (TRINDADE, 2016)<sup>25</sup>. Sobre os resultados surpreendentes da pesquisa em Porto Alegre, destaca Trindade, 2016:

Havia uma bateria de perguntas com o objetivo de captar o grau de legitimidade do regime e do governo militar, com questões diferenciadas. Havia a expectativa de que, face à força do PTB e do MDB, num espectro de centro-esquerda para a esquerda, as respostas tenderiam a atribuir um baixo grau de legitimidade ao regime e ao governo militar. Era a primeira pesquisa acadêmica que, quatro anos após o golpe de 1964, introduzia esse tipo de pergunta num questionário. **A análise dos dados frustrou a expectativa e as hipóteses dos pesquisadores: os dados empíricos reconheciam um grau de legitimidade significativo para o regime militar e seus dois governos.**

Nas respostas sobre a avaliação dos militares no governo, se 31,6% dos respondentes concordavam em “que os militares deveriam deixar o governo”, **a maioria absoluta (50,6%) considerava essa “participação dos militares, ainda necessária”**. Em outras perguntas sobre a intervenção dos militares na política, apenas 10,4% manifestavam-se contra e 17,7% que “as Forças Armadas não devem intervir na política”, **quase 2/3 dos entrevistados (64%) legitimavam o golpe de 1964 e defendiam a posição de que as Forças Armadas “devem intervir somente quando o país está em confusão”**.

A surpresa com os resultados foi ainda maior com as respostas a pergunta “não importa que os governos sejam eleitos ou não”: 62,3% responderam que concordam “muito” com a afirmação e 15,2% que concordam “pouco”, ou seja,  $\frac{3}{4}$  dos entrevistados não demonstraram apreço pelos valores democráticos. Baquero e Prá (2007) destacam, a partir dos resultados de várias pesquisas aplicadas no Estado, o paradoxo da existência de atitudes, valores e comportamentos que não são afeitos a uma vivência democrática e à existência de um regime democrático. Ao sistematizar os dados de cinco pesquisas, realizadas no período de 1968 e 1996, a resposta a pergunta sobre a “opinião sobre a participação dos militares na política”, apresentados na tabela e no gráfico 1, surpreendem:

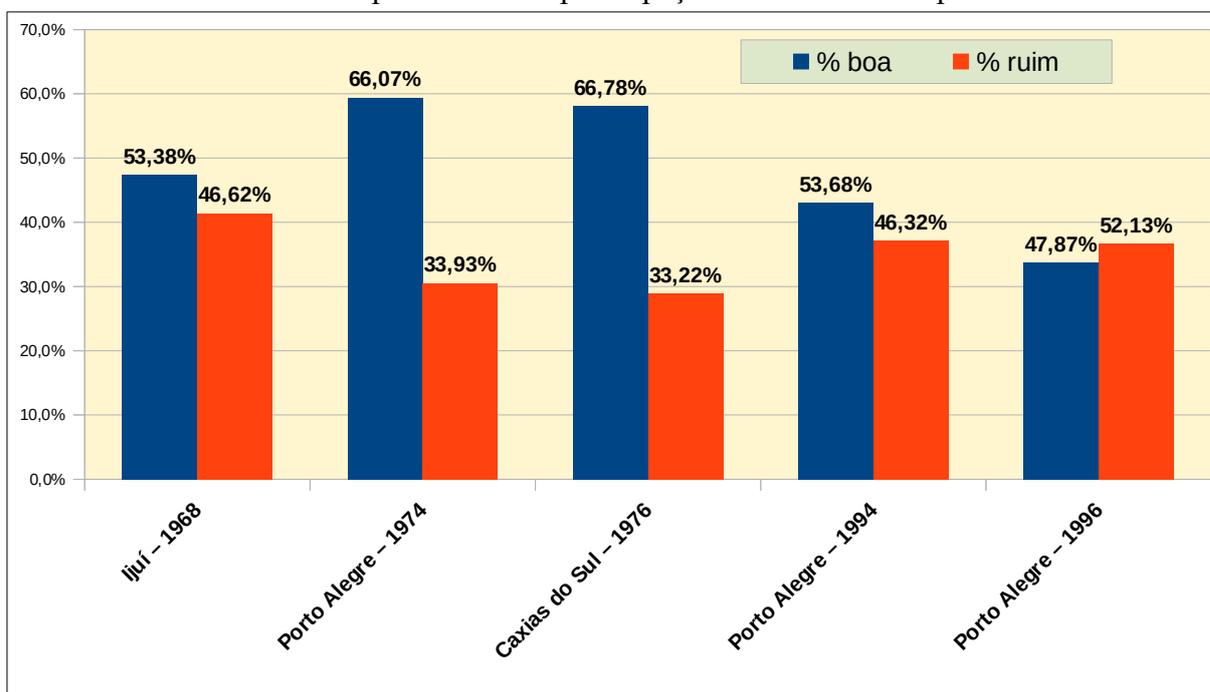
Tabela 1 – Opinião sobre a participação dos militares na política

Cidade	% boa	% ruim
Ijuí – 1968	47,4%	41,4%
Porto Alegre – 1974	59,4%	30,5%
<b>Caxias do Sul – 1976</b>	<b>58,1%</b>	<b>28,9%</b>
Porto Alegre – 1994	43,0%	37,1%
Porto Alegre – 1996	33,7%	36,7%

Fonte: Elaboração própria a partir de BAQUERO e PRÁ, 2007, p. 120.

25 Pesquisas de comportamento eleitoral foram aplicadas em Porto Alegre em 1974, 1978, 1982, 1992, e em 1976 e 1989 em Caxias do Sul. Foram coordenadas inicialmente por Héglio Trindade e, a partir de 1978, com a coordenação conjunta de Marcello Baquero (TRINDADE, 2016).

Gráfico 1 – Opinião sobre a participação dos militares na política.



Fonte: Elaboração própria a partir de BAQUERO e PRÁ, 2007, p. 120.

Os percentuais de Caxias do Sul e Porto Alegre, na década de 1970, demonstram que a ditadura detinha apoio popular entre os gaúchos. Os dados podem refletir o chamado milagre econômico propagandeado pelos militares durante nos anos iniciais da década, para abafar seus crimes políticos. Chama a atenção que o apoio a participação dos militares na política se mantém em patamares relativamente elevados nos anos de 1994 e 1996 (BAQUERO e PRÁ, 2007), mesmo superado o período sombrio da ditadura civil-militar e a retomada democrática, especialmente com a realização de eleições regulares. O resultado é compatível com as características da Democracia Inercial, em relação a ativação de uma “memória simbólica” de um passado melhor (BAQUERO e MORAIS, 2015; BAQUERO, 2018).

A revisão bibliográfica sobre a cultura política do Rio Grande do Sul e os dados das pesquisas indicam a que: “há uma tendência a se reproduzir atitudes e comportamentos informais e autoritários que prevaleceram no passado” (BAQUERO e PRÁ, 2007, p. 190). Neste sentido, compreende-se que os elementos constitutivos da cultura política podem favorecer a absorção de conteúdos do discurso de ódio e a ocorrência de comportamentos violentos durante os eventos eleitorais, como o que ocorreram nas eleições de 2022. A formação política é propícia para a construção de uma cultura de ódio em parcela da sociedade do Rio Grande do Sul, que mantém valores tradicionais e conservadores.

## 2. O QUE É DISCURSO DE ÓDIO?

A expressão “discurso de ódio” precisa ser analisada a partir de suas dimensões linguísticas (CRUZ, BACHA E SILVA e GIBSON, 2022; BUTLER, 2021). Conjugam uma ação através da linguagem discursiva, e uma emoção a partir das expressões características dos sentimentos de ódio. O discurso é uma ação comunicativa que pode despertar inúmeros sentimentos: alegria, angústia, medo, repulsa, ódio, etc. Alguns discursos não são explícitos, possuem linguagem que nem sempre enuncia o verdadeiro objetivo ou sentido da expressão. Neste caso, o discurso de ódio levanta questão sobre seu alcance: “quais são as palavras que ferem, quais as representações que ofendem” (BUTLER, 2021, p. 12).

J. L. Austin propôs que, para saber o que torna um enunciado efetivo, **o que estabelece seu caráter performativo, deve-se, primeiramente, localizá-lo na “situação de fala total”**. No entanto, não é fácil decidir a melhor forma de delimitar essa totalidade. Uma análise da concepção de Austin proporciona ao menos uma razão para esta dificuldade. Ele distingue atos de fala **“ilocucionários”** de **“perlocucionários”**: os primeiros são os atos de fala que, ao dizer algo, fazem o que dizem e no momento em que dizem; os segundos são atos de fala que produzem certo efeito como consequência: quando algo é dito, certo efeito é produzido. **O ato de fala ilocucionário é, ele próprio, o feito que dele deriva: o perlocucionário leva a certos efeitos que não são a mesma coisa que o ato de fala em si** (BUTLER, 2021, p. 13-14, grifo nosso)

Também deve-se analisar em que momentos os discursos são enunciados, se restrito ao instante da fala, como rituais ou cerimoniais, ou repetidas ao longo do tempo. (BUTLER, 2021). Assim, o discurso poderá gerar efeitos em direção a um tempo passado (com fim de ativar uma “memória simbólica” de louvor a períodos ditatoriais no Brasil, por exemplo) ou ao futuro, cujos resultados dele escapam (BUTLER, 2021). Neste sentido, a dimensão da linguagem chamada de perlocucionária: “provoca um efeito no ouvinte. **A fala influencia sentimentos ou comportamentos naquele que ouve**” (CRUZ, BACHA E SILVA e GIBSON, 2022, p. 20, grifo nosso). Considerando, que o discurso produz efeitos, necessário analisar seus impactos quando associado a reprodução de sentimentos ligados ao ódio.

Ódio é a expressão de um sentimento extremo e que se traduz em forma de antipatia, aversão, desgosto, rancor, inimizade ou repulsa, contra algo específico ou contra pessoas ou grupos sociais e/ou políticos e “atua de maneira ilocucionária, produzindo ferimentos no e ao longo do momento de fala e constituindo o sujeito por meio desse ferimento, então podemos afirmar que o discurso de ódio exerce uma função interpelativa” (BUTLER, 2021, p. 48).

Seu objetivo principal é eliminar ou destruir o seu alvo, cujos efeitos podem ser variados, tendo em vista sua função interpelativa: “ser **ferido pelo discurso** é sofrer uma perda de contexto, ou seja, é não saber onde se está” (BUTLER, 2021, p. 15, grifo nosso). No mesmo sentido, “**o ódio está diretamente ligado à violência**, está presente em nossa vida diária, nos nossos erros, na nossa agressividade, na forma como olhamos, no tom da nossa voz [...] e é **externado, principalmente, no encontro com o outro, que é sempre violento e perturbador**” (LEBRUN, 2008, apud MORAIS, 2023, p. 105, grifo nosso).

O discurso de ódio é composto por dois elementos básicos, discriminação e externalidade, que nem sempre são expostos de forma conjunta. A discriminação indica repulsa a algo que não se compreende ou rejeita, como nos casos de racismo, homofobia, etc. Encontra-se cristalizada nas crenças e valores, estimulando comportamentos e atitudes de intolerância. Quando externalizados, assumem seu papel violento. Possui caráter segregacionista, sustentado numa hierarquia entre o emissor, que teoricamente ocupa uma posição superior, e o atingido, que supostamente está em situação inferior. Para produzir seus efeitos precisa ser conhecido por outros, que não apenas o seu autor (MORAIS, 2023). Para atingir seus objetivos necessita machucar, com a linguagem produzindo efeitos similares aos da dor física ou de um ferimento. Para BUTLER (2021, p. 18, grifo nosso) “Se a linguagem pode sustentar o corpo, **pode também ameaçar sua existência**”.

Para concluir esta introdução sobre os elementos básicos do discurso de ódio, trago o relato de uma entrevista realizada com o Delegado da Polícia Civil Paulo César Jardim, que gentilmente me recebeu em seu gabinete na 1ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre. O delegado tem grande experiência na investigação de crimes ligados as células nazistas, com suas ramificações no Rio Grande do Sul e ouvi-lo foi importante para buscar elementos para a compreensão dos aspectos emocionais dos personagens ligados aos grupos criminosos no estado e a dimensão do ódio.

Entre as tantas informações sobre o comportamento dos participantes destes grupos, ressaltou a importância da linguagem e da criação de uma “subcultura delinquente”, construída a partir de obras revisionistas e a construção de uma forma de “igreja nazista”, com sua bíblia que constrói uma linguagem própria, ressaltando sempre a soberania do homem branco. Sentem-se verdadeiros “presos políticos” quando interpelados, se identificando como “jovens guerrilheiros urbanos”. Contudo, o elemento fundamental para trazer este relato da entrevista para esta dissertação foi a identificação em suas investigações da existência do

“ódio prazeroso” (termo utilizado pelo Delegado). Existe um conjunto de pessoas, por mais variados motivos, que não conseguem superar obstáculos em sua vida, seja por condição econômica, cultural, origem, etc, que podem ser tornar presas fáceis do “prazer do ódio”.

Ao longo da história da humanidade estes sentimentos foram externados, sejam de forma geral, como nos genocídios, ou de forma individual com ações pontuais. Assim, compreende-se que o ódio sempre existiu, ressurgindo em ciclos históricos quando as condições lhe favoreceram, como no espectro do nazismo e do fascismo nos anos 1930 e 1940. Portanto, para a disseminação do discurso de ódio e a consecução de seus efeitos, dependeremos de condições históricas e políticas favoráveis. O que este estudo pretende chamar a atenção é que as condições favoráveis a sua disseminação foram construídas ao longo dos últimos 10 anos e seus efeitos estão sendo percebidos no cotidiano e especialmente nas disputas eleitorais. O alento é que, tendo em vista seu caráter cíclico, o discurso de ódio, com os enfrentamentos necessários, já foram superados em outros períodos históricos.

Definido os elementos, características, alcance e efeitos do discurso de ódio, para o escopo do presente estudo é necessário compreender as suas consequências a partir do tipo de cultura política constituída em determinadas sociedades, pois considera-se que, o seu impacto será diferente para determinados grupos sociais e regiões, de acordo com sua construção histórica, política e cultural, gerando, da mesma forma, resultados distintos. Para MORAIS, MILANEZI e LIMA, (2023, p. 163) “características como individualismo e autoritarismo encorajam a intolerância, enquanto confiança, reciprocidade, respeito, entre outras, corroboram para a tolerância”.

Contudo, para avançarmos na implicação do discurso de ódio, necessário recorrer ao fundamentos da legitimidade da autoridade, de Max Weber<sup>26</sup>:

Existe, [...] a autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) – devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmos ou por outras qualidades que dele fazem o chefe. Tal é o poder “carismático”, exercido pelo profeta ou – no domínio político – pelo dirigente guerreiro eleito, pelo soberano escolhido por meio de plebiscito, pelo grande demagogo ou pelo dirigente de um partido político. (WEBER, 2011, p. 68)

---

26 Max Weber apresenta três razões que justificam a dominação, existindo, portando, os fundamentos da legitimidade. Além do “poder carismático” acima exposto, apresenta a autoridade do “passado eterno”, designado como “poder tradicional” e o “poder da legalidade” em razão da crença na validade de um estatuto legal e de uma “competência” positiva, fundada nas regras estabelecidas. (WEBER, 2011, p. 68)

O chefe carismático, portanto, teria característica de profeta. Neles, os seus seguidores depositariam toda a sua fé: “A devoção de seus discípulos, dos seguidores, dos militantes orienta-se exclusivamente para a pessoa e para as qualidades do chefe. A história mostra que chefes carismáticos surgem em todos os domínios e em todas as épocas (WEBER, 2011, p. 69-70). No ocidente, no âmbito dos Estados constitucionais, seriam onde triunfaram a figura do demagogo. As vantagens aos seguidores seriam de ordem material (posições no governo) ou prestígio social. Do ponto de vista psicológico, a satisfação é encontrada ao êxito da personalidade do líder, consistindo, em última estância, o principal poder carismático do chefe (WEBER, 2011).

O mesmo ocorre nos casos de dominação carismática: esta proporciona, **aos soldados fiéis**, a glória guerreira e as riquezas conquistadas e proporciona, **aos seguidores do demagogo**, os “despojos”, isto é, a exploração dos administrados graças ao monopólio dos tributos, às pequenas vantagens da atividade política e às **recompensas da vaidade** (WEBER, 2011, p. 71).

Diante dos pressupostos do líder carismático, de Max Weber, é possível inferir que o discurso proferido encontrará nas mentes de seus seguidores campo fértil para a reprodução e ampliação de suas convicções. Da mesma forma, os defeitos e vícios se transformam, no imaginário de seus seguidores, em qualidade, e “sua incompetência é vista como garantia de autenticidade” (EMPOLI, 2019, p. 18). É neste contexto que a verdade dos fatos não conta, o apelo principal é emocional e não racional. Crer na verdade se torna secundário, enquanto a demonstração de lealdade, mesmo diante de um discurso negacionista e recheado de absurdos, passa a ser a regra<sup>27</sup>. Constrói-se, portanto, um exército de fiéis onde se destaca uma manada dos comuns (EMPOLI, 2019) sem qualquer compromisso com a verdade (D’ANCONÁ, 2018). Neste sentido: “o sujeito que profere um discurso de ódio é claramente responsável por esse discurso, mas raramente é seu originador” (BUTLER, 2021, p. 64).

É neste conjunto de elementos que o discurso de ódio, a partir das suas variações, torna-se a estratégia central para o arrebatamento de apoiadores, que se transformam em verdadeiros seguidores, lutando contra inimigos simbólicos (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018; D’ANCONÁ, 2018, EMPOLI, 2019), buscando construir e legitimar o pensamento negativo

27 Talvez o melhor exemplo deste comportamento foi o episódio em que o então Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sugere que o uso de desinfetantes poderia ser eficaz para “matar o vírus da covid-19” (MELLO, 2020, p. 163). Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/04/24/trump-fala-em-injecao-de-desinfetante-contracoronavirus-e-medico-rebate-irresponsavel-e-perigoso.ghtml> e <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-04-24/trump-sugere-tratar-o-coronavirus-com-uma-injecao-de-desinfetante-ou-com-luz-solar.html>.

sobre todos aqueles que não são “nós” (MORAIS, 2023), transformada na política do “nós” contra “eles” (STANLEY, 2019). Sob o manto de combater o chamado politicamente correto<sup>28</sup> o discurso de ódio abre a possibilidade para a manada se libertar das amarras que invertem valores. Constrói-se, portanto, “o sentimento de representação” que “é aquele que diz o que o representado gostaria de dizer e não pode” (LAGO, 2022, p. 46).

O discurso de Bolsonaro é **direcionado a todo aquele que tem poder**, ainda que seja um poder dentro de uma situação subalterna. **É o dono da birosca que tem poder sobre o garçom, o pastor de porta de garagem sobre seu fiel, o marido que deseja submeter sua esposa, o guarda da esquina que tem poder sobre os transeuntes, o motorista que tem poder sobre os pedestres e ciclistas, o cafetão que tem poder sobre a prostituta, entre outros.** Bolsonaro assobia para quem tem poder e sua mensagem é clara: não tenha medo de exercê-lo. **Não haverá limites para a realização de qualquer impulso, desde que circunscrito nessa microrrelação** (LAGO, 2022, p. 47, grifo nosso)

A estratégia do discurso de ódio não é exclusividade do Brasil. Enfrentar o politicamente correto torna-se importante ferramenta de comunicação em diversos países, utilizando-se principalmente da nova arena de comunicação (EMPOLI, 2019; LEVITSKY e ZIBLATT, 2018). Segundo Morais e Baquero, (2018, p. 63) “as novas tecnologias de comunicação e informação, em especial a internet, estão propiciando um espaço amplo de propagação de comportamentos intolerantes, através da disseminação de discursos de ódio contra opiniões contrárias as assumidas pelos sujeitos”. Também não é uma inovação, pois a propaganda sempre foi o centro das estratégias em governos totalitários (ARENDDT, 2012).

A tolerância política, em que existe a disposição para “tolerar” posições que discordamos, baseado no princípio de que todos cidadãos têm o direito de expressar seus posicionamentos políticos, dão lugar a pensamentos que, do ponto de vista cognitivo, é mais fácil apresentar comportamentos intolerantes, externando preconceitos sobre grupos sociais, especialmente os minorizados (MORAIS e BAQUERO, 2018). No Brasil, na conjuntura política nos últimos anos, a internet tem sido o principal meio de disseminação do discurso de ódio, gerando atitudes de intolerância e polarização extrema de opiniões, principalmente através da estratégia de compartilhamento de fake news (BOROWSKI, 2020).

---

28 No discurso durante a cerimônia de transmissão do cargo de Presidente da República, em 01 de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro expressou: “É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que **o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto**”. Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial>

Contudo, é importante destacar que “a internet não gerou a intolerância política, mas, sim, acirrou-a ao possibilitar o anonimato e a impunidade” (MORAIS e BAQUERO, 2018, p. 77). Atitudes e comportamentos contra grupos minoritários e com posicionamentos políticos divergentes passam a ser naturalizados nas redes sociais.

A partir da segunda metade da década de 2000, o discurso da direita passa a ganhar maior dimensão e radicalidade. **Abandona-se uma espécie de “constrangimento” que mantinha suas manifestações mais extremadas silentes**; depois, elas passaram a caracterizar esse avanço da direita no Brasil. **A reprodução desse tipo de concepção passou a ganhar muita força em virtude dos novos meios de comunicação digital e das redes sociais**. Além da maior difusão do pensamento liberal conservador, narrativas revisionistas e as fake news **passaram a “redimir” determinados discursos de ódio, tido como inaceitáveis e repulsivos por décadas pela maioria da sociedade**. (CASIMIRO, 2018, págs. 43-44)

No mesmo sentido, com a retórica do inimigo simbólico ressurgir depois do período da guerra fria através de posições anticomunistas, que parecia desaparecida com o fim da guerra fria (D’ANCONÁ, 2018, GONZÁLEZ e CHIODI, 2023; STARLING, 2022; CRUZ, BACHA E SILVA, GIBSON, 2022). “O comunismo é um fantasma retórico, usado por demagogos de várias tendências políticas como arma na luta ideológica, sem nenhuma correspondência com o quadro geopolítico global” (BIGNOTTO, 2022, p. 121).

Instaurado o discurso de ódio como elemento estratégico nos processos políticos e eleitorais, percebe-se a consolidação de atitudes e comportamentos que descambam para o uso da violência contra um suposto adversário (MORAIS, MILANEZI e LIMA, 2023), característicos da política fascista, que prospera a partir do sentimento de perda e de vitimização e que defende um senso de superioridade cultural, étnica, religiosa, de gênero ou nacional (STANLEY, 2019), onde “criam um ‘nós’ que remete a uma imagem idealizada do povo de um país, reforçando valores presentes no imaginário popular, contra um ‘eles’ personificado em minorias, nos imigrantes e em grupos progressistas cujas proposições contrastam com costumes e preconceitos historicamente constituídos” (MORAIS, MILANEZI e LIMA, 2023, p. 175).

Diante destes elementos, a hipótese que levantamos neste estudo é de que o discurso de ódio possui como característica principal o seu conteúdo ideológico. Em que pese os grupos minorizados (negros, indígenas, mulheres, PCDs, LGBTQIA+, idosos, etc) além da xenofobia e contra populações das regiões Norte e Nordeste, bem como de comunidades pobres e vinculadas a religiões de matriz africana, a disseminação do discurso de ódio, de

forma reiterada e potencializada pelas ferramentas da internet criam uma cultura do ódio. Cria-se um processo político que se retroalimenta e na medida em que encontra maior engajamento, especialmente através das redes sociais, o discurso é amplificado e se torna argumento para provocar a violência no mundo real, como verificado nas eleições de 2022.

Assim, remetendo os pressupostos sobre a cultura do ódio para o Rio Grande do Sul, objeto de análise deste estudo, em relação aos episódios de violência política nas eleições de 2022, sua formação histórico político-cultural, indicam que o discurso de ódio encontra terreno fértil para sua disseminação, transbordando dos espaços de agressões virtuais para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos violentos no mundo real com o ataque aos inimigos políticos, que estão no campo ideológico adversário.

os dados sugerem que persistem valores culturais e determinadas práticas políticas cotidianas que não favorecem a construção de uma cultura política participativa e democrática [...] Tal característica incide na formatação de **padrões de comportamentos que privilegiam o litígio e o confronto em detrimento da negociação e da conciliação**. Nota-se claramente posicionamentos de intolerância e impaciência com os outros. [...] Nestas circunstâncias as possibilidades de diálogo ficam reduzidas, pois **prevalece a dicotomia amigo-inimigo** que, inevitavelmente, culmina com a tentativa de acabar com o outro (BAQUERO e PRÁ, 2007, p. 189)

Neste capítulo, além da construção dos pressupostos do discurso de ódio, que se compreende como criador de uma cultura de ódio, busca-se nas seções identificar outros elementos sobre o tema. Na primeira seção, aborda-se os conceitos de discurso de ódio na literatura, destacando-se que, invariavelmente limitam-se aos seus efeitos sobre os grupos minorizados. Como expresso acima, entende-se que o discurso de ódio produz impactos violentos para além destes grupos, atingindo ainda posições ideológicas contrárias e ao fim, a própria democracia, conforme verifica-se na sequência de episódios de violência em negação a aceitação do resultado das eleições presidenciais de 2022. O discurso de ódio atinge princípios científicos, através do negacionismo, a liberdade de imprensa, a partir da agressão a jornalistas, entre outros. Assim, pretende-se apresentar um conceito de discurso de ódio que abranja de forma mais ampla os seis efeitos.

Na segunda seção, serão apresentados alguns conceitos de discurso de ódio no âmbito internacional, partindo de dois exemplos antagônicos, os Estados Unidos e a Espanha. Na terceira, a discussão no âmbito jurídico sobre o discurso de ódio sob o escudo da liberdade de expressão. Na quarta seção, um levantamento dos impactos dos discursos de ódio desde 2013 capturados em diversas pesquisas recentes, abrangendo diferentes áreas da sociedade.

## 2.1. QUAL O CONCEITO DE DISCURSO DE ÓDIO?

Os conceitos de discurso de ódio partem do pressuposto de que o mesmo reflete uma posição de dominação sustentada na ideologia de superioridade, fazendo com que o sujeito atingido se coloque numa posição subordinada (BUTLER, 2022). Um dos temas que tomou relevância nos Estados Unidos, por exemplo, foi a tentativa de proibição da pornografia, como expressão da submissão e degradação da mulher, característico do discurso de ódio (BUTLER, 2022; GROSS, 2017). Para Trindade (2022, p. 17) “o discurso de ódio se caracteriza pelas manifestações de pensamentos, valores e ideologias que visam inferiorizar, desacreditar e humilhar uma pessoa ou um grupo social, em função de características como gênero, orientação sexual, filiação religiosa, raça, lugar de origem ou classe”. Já GROSS (2017), apresenta uma compreensão a partir do campo do direito:

Compreenderei como discurso de ódio dois tipos de discurso. **O primeiro é aquele de conteúdo discriminatório**, definido como toda a manifestação expressiva que de alguma forma nega o valor igualitário da vida ou do status político de um grupo social (definido por características de raça, cor, sexo, gênero, orientação sexual, religião, nacionalidade, etnia, ou qualquer outro aspecto cultural), ou os inferioriza em suas capacidades e habilidades, apenas pelo fato de tais pessoas pertencerem a tais grupos, como meio de argumentar pela negação a esses grupos de direitos, oportunidades ou recursos distribuídos socialmente. [...] **O segundo tipo diz respeito aos discursos patentemente ofensivos**. Esses são os discursos que utilizam de expressões, ações ou intonações que no uso ordinário da língua são tomados como indicações de grosseria, ou como ofensivos e chocantes, dirigidos a certos grupos de pessoas (GROSS, 2017, p. 23, grifo nosso)

O tema assume relevância nos últimos anos nos meios acadêmicos e governamentais. Considerando a necessidade de adoção de medidas para o enfrentamento e o combate ao discurso de ódio e ao extremismo, “que atualmente colocam em risco a democracia e a paz, prejudicam o funcionamento das instituições e provocam violentos conflitos sociais”, em fevereiro de 2023, o Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) do Brasil instituiu Grupo de Trabalho (GT) para apresentação de estratégias e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema. Atuaram no GT 28 representantes da Sociedade Civil; 11 vinculados ao MDHC e 07 indicados por instituições de Estado. Foram convidados 24 participantes vinculados à sociedade civil, além de 22 observadores. O GT publicou o seu relatório no dia 03 de julho de 2023<sup>29</sup>.

29 Disponível em [<https://drive.google.com/file/d/1u9gU06ZWbZaOfqbczcatqo8yDwWTC1et/view?pli=1>] Acesso em 20.07.2023.

O debate sobre o conceito de ódio levou em conta as elaborações produzidas em diversas áreas de conhecimento, como humanidades, ciências sociais e ciência dos dados. Utilizou como referência documento elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) intitulado “Estratégia e plano de ação das Nações Unidas sobre o discurso de ódio”<sup>30</sup>, e o Guia para análise de discurso de ódio elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Confederação Israelita do Brasil (CONIB)<sup>31</sup>. Ambas analisam o impacto do discurso de ódio em pessoas e/ou grupos vulneráveis, considerados por sua raça, etnia, nacionalidade, cor, religião ou outro fator de identidade.

As contribuições recebidas pelo GT destacam que “o ódio é uma estratégia de poder que move sentimentos e práticas negativas, como o estigma, a discriminação, o preconceito, a segregação, o medo individual e compartilhado, entre outros efeitos danosos à vida comum e à democracia” (BRASIL, MDHC, 2023, p. 24). Ao fim, o GT apresenta uma proposta de definição de discurso de ódio com cruzamento de seis fatores (BRASIL, MDHC, 2023, p. 26):

a) *Contexto*. Progressão de sentimentos e emoções atinentes à fala privada e individual, incitando sentimentos sociais hostis, tendentes à desumanização, com encobrimento de autoria;

b) *Autoria*. Passagem de enunciados com responsabilidade individual localizável para formas coletivas de enunciação, incluindo endosso ou propagação, envolvendo meios editoriais, digitais ou institucionais de divulgação em espaço público;

c) *Agente*. Uso de posição ou representatividade social, política ou comunitária para expandir o alcance e a amplitude de reverberação do discurso;

d) *Motivação e efeitos*. Relação criada pelo discurso entre intencionalidade do agente e prejuízo da vítima, em termos de risco, dano ou periculosidade de natureza moral, simbólica ou material;

e) *Conteúdo e forma*. Grau de ofensa representado pela sobreposição de violações em termos de direitos humanos, interseccionalidade aos sistemas de opressão historicamente

---

30 Disponível em: United Nations Strategy and Plan of Action on Hate Speech. Disponível para consulta em: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **UN Strategy and Plan of Action on Hate Speech**. Disponível em: <[https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/advising-andmobilizing/Action\\_plan\\_on\\_hate\\_speech\\_EN.pdf](https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/advising-andmobilizing/Action_plan_on_hate_speech_EN.pdf)> Acesso em: 23 jun. 2023

31 Disponível em: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV); CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL - CONIB. **Guia para análise de Discurso de Ódio**. Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (CEPI). São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28626/Guia%20de%20An%C3%A1lise%20de%20Discurso%20de%20%C3%93dio.pdf?sequence=1>. Acesso em 20.07.2023.

hegemônicos na sociedade brasileira, histórico de injustiça ou memória social dos grupos de endereçamento, bem como privação de meios de defesa ou direito de resposta; e

f) *Magnitude*. Convergência entre diferentes tipos de vulnerabilidades sociais, historicamente definidas, acumulados pelo objeto do discurso de ódio. Sobreposição entre ofensa dirigida à classe, raça, gênero, orientação sexual, religiosa ou política, faixa etária e outras condições (adota-se o caso do “fascismo” e o “neonazismo” como referências históricas e modelos de extremismo discursivo).

O discurso de ódio envolve a progressão, intensificação ou sobreposição de violações que partem de uma **estratégia de poder pela agressividade, hostilidade, opressão, intolerância e abjeção de pessoas ou comunidades** e evoluem, no conteúdo e na forma, para um polo de *extremismo discursivo* caracterizado pela desumanização do seu objeto e coletivização de seu destinatário. (BRASIL - MDHC, p. 26)

Além dos grupos historicamente atingidos pelo discurso de ódio (mulheres, pessoas negras e indígenas, população LGBTQIA+; imigrantes estrangeiros e nacionais da região Norte e Nordeste; contra comunidades pobres; intolerância religiosa; PCDs; jovens e idosos) o GT avançou nas discussões sobre outros espaços que produz violência: i) contra escolas, instituições de ensino e docentes, com 16 ataques, com 35 vítimas fatais e 72 feridos desde 2000; e ii) contra instituições e profissionais da imprensa e da ciência, cujos relatórios apontam uma sequência de ataques a repórteres nos últimos anos, provocados diretamente pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores, sendo que o alvo preferencial foram as mulheres e, por ações violentas no campo da política “como forma de hostilizar adversários e arregimentar apoiadores, inclusive para promoverem atos extremistas e terroristas contra a democracia (BRASIL – MDHC, 2023, p. 34).

Por fim, diante das imensas dificuldades para melhor definição do tema o GT apresentou sugestões de estratégias e recomendações com destaque para a criação do “Fórum Permanente de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo” cuja agenda prioritária deve ser a “busca por uma definição conceitual e jurídica das categorias de ‘discurso de ódio’, ‘ódio’ e ‘extremismo’, de forma a reconhecer a interseccionalidade com os sistemas de opressão no Brasil” (BRASIL-MDHC, 2023, p. 38), além de ações e estudos para implementações de políticas públicas para o tema. Os elementos apresentados no relatório final do GT estão de acordo com a hipótese deste estudo, qual seja, a de que o discurso de

ódio é uma estratégia política e eleitoral, estruturada sobre uma ideologia, que determina uma visão de mundo, e que produz efeitos violentos não apenas aos grupos historicamente minorizados, já elencados, mas também sobre entidades da sociedade civil, como a imprensa, cientistas, docentes, bem como militantes políticos, especialmente no período eleitoral.

Assim, com o fim de adequar ao escopo deste estudo, é possível construir um conceito, que conjugue fatores estruturantes, efeitos e alcance do discurso de ódio: O **discurso de ódio é precedido por uma concepção ideológica** que busca impor uma visão de mundo a partir de suas crenças e valores, utilizando uma estratégia de poder, estruturada com agressividade, hostilidade, opressão e intolerância, **lançando mão de violências, tanto virtuais como físicas**, de forma a desumanizar seu antagonico, podendo atingir grupos minorizados (negros, mulheres, indígenas, população LGBTQIA+, jovens e idosos vulnerabilizados, PCDs), bem como setores da sociedade civil e adversários políticos, além de estruturas da ciência, educação, imprensa e instituições públicas e políticas, atingindo a própria democracia, elementos estes que constroem, ao fim, uma **cultura do ódio**.

## 2.2. O ENFRENTAMENTO DO DISCURSO DE ÓDIO EM OUTROS PAÍSES

O fenômeno do discurso de ódio apresenta abrangência mundial, com diversos países buscando formas de enfrentá-lo e criando legislações que tipifiquem, minimamente, eventuais crimes cometidos. Os exemplos do Canadá, Dinamarca, Alemanha, Nova Zelândia e Inglaterra, indicam a proibição do uso de palavras ou asserções públicas, que, de alguma maneira, perturbem a paz ou incitem o ódio contra grupo de pessoas ou identificável, que atentem contra sua dignidade, difamem, insultem, ridicularizem ou ameacem sua integridade, a partir de sua raça, cor de pele, nacionalidade ou etnia. Em maior escala o ódio racial, a partir do uso de palavras ou comportamento ameaçador, merece especial atenção nas legislações. Ainda que as leis sejam construídas de forma diferenciada, sua principal preocupação é direcionada a proteção dos grupos minorizados e vulneráveis (GROSS, 2017).

O *U.S. Department of Justice*, estima que nos Estados Unidos ocorreram em torno de 250.000 crimes de ódio entre 2004 e 2015. A terminologia utilizada divide-se entre “crimes de ódio” e “incidente de preconceito ou ódio”: ***Hate Crime: At the federal level, a crime motivated by bias against race, color, religion, national origin, sexual orientation, gender,***

*gender identity, or disability. **Bias or Hate Incident:** Acts of prejudice that are not crimes and do not involve violence, threats, or property damage*<sup>32</sup>. (U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE).

Percebe-se que o foco se mantém nos grupos minorizados, contudo, chama a atenção a possibilidade do enquadramento como crime de ódio aqueles praticados pela comunidade negra contra brancos, a partir da cor da pele. Da mesma forma, estabelece uma liberdade de expressão quase ilimitada, sustentada na primeira emenda à constituição dos Estados Unidos, que impede a produção de qualquer lei que restrinja a liberdade de discurso, até mesmo aquelas que combatem a incitação a violência e o ódio.

Under the First Amendment of the U.S. Constitution, people cannot be prosecuted simply for their beliefs. People may be offended or upset about beliefs that are untrue or based upon false stereotypes, but it is not a crime to express offensive beliefs, or to join with others who share such views. However, the First Amendment does not protect against committing a crime, just because the conduct is rooted in philosophical beliefs<sup>33</sup> (U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE).

Amparados no princípio da liberdade de expressão (que será analisada na seção seguinte) os Estados Unidos, que historicamente reprimem com o uso extremo da força policial as manifestações pelos direitos civis, especialmente da população negra<sup>34</sup>, é tolerante com ações que exaltam o nazismo e o fascismo<sup>35</sup> (GROSS, 2017). Este é o entendimento da Suprema Corte dos Estados Unidos, por exemplo, no caso *Virginia v. Black*, 538 U.S. 343 (2003) julgando pela inconstitucionalidade de lei que vedava a queima da cruz pela Ku Ku Klan, sustentado na premissa da Liberdade de Expressão, permitindo inclusive manifestações públicas, ainda que com conteúdo racista (GROSS, 2017).

Já o Ministerio Del Interior da Espanha, na divulgação do relatório sobre a evolução dos delitos de ódio no ano de 2022 (último dado disponível) define os crimes de ódio como:

---

32 Tradução do autor: “**Crime de Ódio:** No nível federal, um crime motivado por preconceito contra raça, cor, religião, origem nacional, orientação sexual, gênero, identidade de gênero ou deficiência. **Incidente de preconceito ou ódio:** Atos de preconceito que não são crimes e não envolvem violência, ameaças ou danos materiais.”

33 Tradução do autor: “De acordo com a Primeira Emenda da Constituição dos EUA, as pessoas não podem ser processadas simplesmente pelas suas crenças. As pessoas podem ficar ofendidas ou chateadas com crenças que não são verdadeiras ou baseadas em estereótipos falsos, mas não é crime expressar crenças ofensivas ou se juntar a outras pessoas que partilham tais opiniões. No entanto, a Primeira Emenda não protege contra a prática de um crime, apenas porque a conduta está enraizada em crenças filosóficas.”

34 <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/09/lembre-os-casos-recentes-de-violencia-policial-contranegros-nos-eua.shtml> e <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/28/caso-tyre-nichols-relembre-outras-vitimas-de-violencia-policial-contranegros-nos-eua.ghtml>

35 <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40910927>; <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/07/25/grupo-nazista-faz-passeata-durante-conferencia-conservadora.htm> e <https://exame.com/mundo/por-que-a-manifestacao-nazista-e-permitida-nos-eua/>

aquellas conductas ilícitas donde el autor se sirve de sus prejuicios e intolerancia hacia personas que poseen una característica o condición (real o percibida) **diferente a él mismo**, como el color de la piel u origen étnico, nacionalidad, orientación sexual o expresión de género, **ideología** o creencia religiosa, discapacidad u outro factor similar de los recogidos em el código penal español, dónde la víctima es elegida por su condición inherente. Los delitos de odio pueden ser, por lo tanto, **cualquier delito que tiene por objeto a una persona o grupo de personas**, o su patrimonio, por razón de estas características, menoscabando la dignidad de la persona e **impidiento el normal desarrollo de sus derechos más fundamentales**. Con ello, **se consigue fracturar el normal desarrollo de una sociedad democrática** y coesionada, dónde su riqueza radica em la própia diversidad de la misma, em su pluralismo y em la igualdad. (ESPANHA, 2022a, p. 2, grifo nosso)

O II Plan de Acción de Lucha contra los delitos de odio, para o período de 2022-2024, destaca o progressivo aumento dos crimes de odio, tanto no panorama jurídico, social e político da Espanha. Ressalta que o menosprezo e odio “han venido transfiriéndose de generación em generación” (ESPANHA, 2022, p. 1). Trabalha de forma articulada com organismos da sociedade civil, bem como através da construção de boas práticas policiais, atuando de maneira multidisciplinar, evitando a dupla vitimização, resultando num protocolo de atuação das forças de segurança para atendimento aos crimes de odio. Sua atuação é consolidada na Constituição Espanhola que define, no seu art. 16.1, a necessidade de proteção e garantías para “la libertad **ideológica**, religiosa y de culto de los individuos y las comunidades sin más limitación, em sus manifestaciones, que lá necesaria para el mantenimiento de la orden público protegido por la ley” (ESPANHA, 2022, p. 3).

O Código Penal Espanhol<sup>36</sup> possui um capítulo dedicado a “los delitos relativos al ejercicio de los derechos fundamentales y libertades públicas”, tipificando as condutas cometidas no exercício dos direitos fundamentais e das liberdades públicas, estabelecidas na Constituição. As penas gradativas para quem, publicamente, fomenta, promovam ou incitem, diretamente ou indiretamente o odio, hostilidade, discriminação ou violência contra um grupo, uma parte dele ou contra uma pessoa. Além dos crimes conhecidos chama a atenção que entre os motivos está inserido a criminalização do discurso de odio em função da “ideologia”<sup>37</sup>.

Em que pese o Código Penal não detalhe conceitos sobre os tipos penais, o Ministerio Del Interior, consigna nos informes que: “**IDEOLOGIA**: cualquier hecho que señala la existencia de un móvil de odio o discriminación hacia la víctima **por la concepción de ésta**

36 Disponível em: [<https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1995-25444&p=20230428&tn=0>].

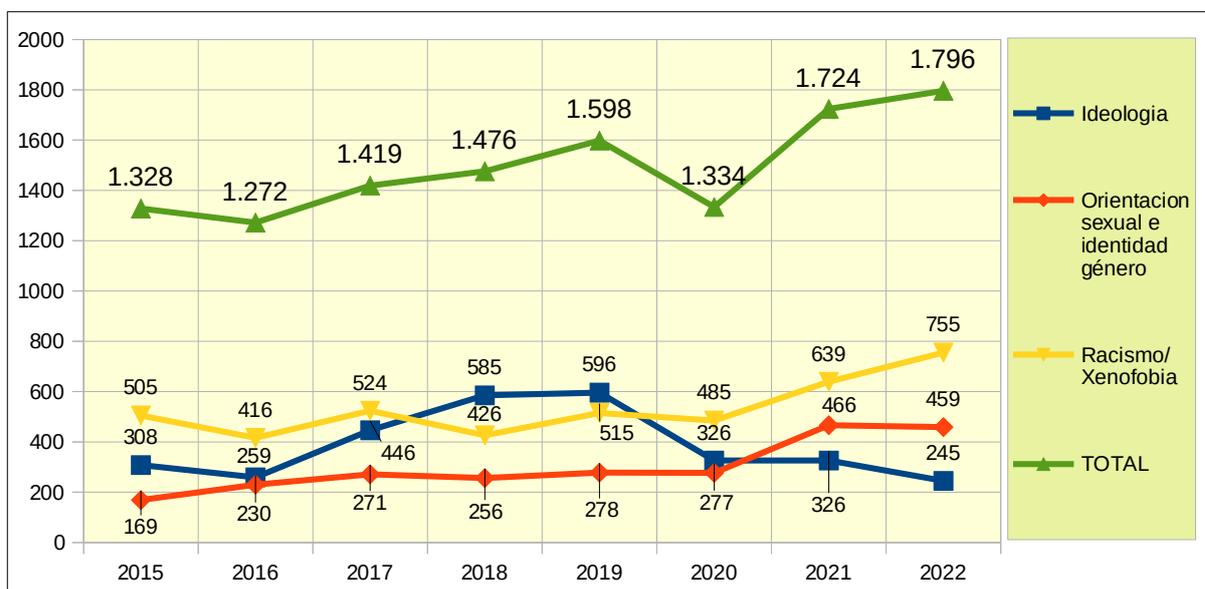
37 A escolha da Espanha para o presente estudo deu-se especialmente pela inclusão entre os delitos penais os contra a ideologia, face ao escopo da pesquisa. Não encontramos, até o momento, outra legislação que tenha incluído na sua legislação a criminalização do crime de odio por violência em virtude de sua ideologia.

sobre aspectos relacionados com la política, sistema social, económico y cultural” (ESPANHA, 2022a, p. 56, grifo nosso). Existe previsão para punição em casos de ameaça, ofensa e violência física, com pena máxima de até 04 (quatro) anos, com a inabilitação de exercício de função pública.

Os relatórios sobre os casos de delitos de ódio baseiam-se nos registros do “sistema Estadístico de Criminalidade (SEC), no entanto, reconhece-se que nem todos os crimes são registrados pelas vítimas. Conforme a pesquisa sobre delitos de ódio, realizada no ano de 2021, apenas 10% das vítimas de crimes de ódio haviam formalizado a denúncia (ESPANHA, 2022a). Contudo, os dados disponibilizados são importantes para a compreensão do fenômeno e a construção de planos estratégicos de enfrentamento, além de encorajar as vítimas a formalização junto aos órgãos oficiais.

No gráfico 2 constam os crimes registrados com maior incidência. Os dados completos, com todos os tipos de crimes, sistematizados desde 2013, estão no Anexo II. Como era de se esperar, o crime com maior número de registros é o de Racismo e Xenofobia, representando em 2022, 42,04% dos eventos, seguido dos crimes de importunação sexual e identidade de gênero, com 25,56% dos registros. O tipo “ideologia” aparece, surpreendentemente, na terceira posição em 2022, com 13,64%, seguido dos crimes envolvendo a orientação por sexo/gênero, com 10,52%. Os quatro tipos penais somam 91.76% dos registros no ano de 2002, indicando o avanço da violência no espaço político.

Gráfico 2. Total de delitos de ódio formalizados e os casos de “ideologia” entre 2013 e 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de Espanha, 2022a

Esta inferência é reforçada pelo fato de que nos anos de 2018 e 2019 o tipo criminal “ideologia” ter ficado na primeira colocação no registros de crimes, coincidindo com as eleições gerais, realizadas no dia 28 de abril de 2019, com a ascensão da extrema direita no país<sup>38</sup>, quando apresentou na campanha eleitoral propostas de cunho xenófobo, especialmente contra os povos islâmicos do norte da África. Os dados referente ao ano de 2023 ainda não foram divulgados, contudo devem espelhar a conjuntura em que mais uma eleição geral foi realizada, com avanço da extrema-direita<sup>39</sup>.

### 2.3. O DISCURSO DE ÓDIO SOB O ESCUDO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A sessão anterior apresentou duas concepções sobre discurso de ódio e liberdade de expressão. Enquanto nos Estados Unidos, sustentados na primeira emenda à constituição, a liberdade de expressão é quase absoluta, na Espanha, existem restrições com base em princípios dos Direitos Humanos, com destaque as garantias fundamentais, como a participação política e a proteção à liberdade ideológica (ESPANHA, 2022b). Nesta sessão, pretende-se apresentar a estratégia da utilização da liberdade de expressão, como escudo à proliferação do discurso de ódio (TRINDADE, 2022). Segundo Carapanã (2020, p. 35) “O problema, mais complicado, é que essas ideias circulam sem oposição nos meios da nova direita, frequentemente defendidas sob a justificativa da liberdade de expressão”. A discussão estaria entre o que seria discurso protegido e não protegido (BUTLER, 2020).

Alguns autores destacam que a tese que sustenta a filosofia da liberdade de expressão tenha origem na defesa de Johan Stuart Mill, de que “devemos permitir todo o discurso, até mesmo a defesa de falsas alegações e teorias conspiratórias, porque é só aí que temos uma chance de alcançar o conhecimento” (STANLEY, 2019, p. 74). Segundo Mill, a liberdade de expressão possui um valor instrumental e o livre confronto de ideias seria a melhor forma de encontrar a verdade: “Mill então apontava o valor do confronto com a falsidade: esse confronto instigaria a formulação contínua das razões que tornam uma crença verdadeira o que garantiria a completude e vida dessa crença e preveniria a sua transformação em dogma” (GROSS, 2018, p. 162). Portanto, a propagação de falsidades, com o livre debate de ideias, pode resultar no fortalecimento da verdade, especialmente na esfera política (GROSS, 2018).

---

38 [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/10/internacional/1573402081\\_937586.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/10/internacional/1573402081_937586.html)

39 <https://pt.euronews.com/2023/10/19/o-partido-de-extrema-direita-espanhol-vox-quer-congelar-as-autorizacoes-de-residencia-para-pessoas-de-cultura-islamica>

No dia 01 de setembro de 2018 o então candidato a Presidência Jair Bolsonaro, em cima de um caminhão de som, segurando um tripé de câmara fotográfica simulando um fuzil, proferiu a afirmação: **“Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre”**<sup>40</sup>. O discurso foi efusivamente aplaudido e comemorado pelos que o acompanhavam no palanque<sup>41</sup>. A coligação adversária apresentou queixa-crime alegando que a fala incitava a violência. O processo ficou suspenso durante o exercício do mandato presidencial, reiniciando a tramitação em 08 de agosto de 2023, com o envio dos autos para a Justiça Eleitoral do Estado do Acre<sup>42</sup>. No dia 09 de julho de 2022, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, o guarda municipal Marcelo Arruda, Tesoureiro do PT da cidade e ex-candidato vice-prefeito da cidade, foi assassinado por um agente penitenciário bolsonarista durante a festa do seu aniversário de 50 anos<sup>43</sup>.

A repercussão do assassinato fez ressurgir a vinculação com o discurso de 2018, com a apresentação de uma nova notícia crime contra Jair Bolsonaro por incitação ao crime (art. 286); apologia ao crime ou criminoso (287) e violência política (359-P). Baseado no parecer da Procuradoria-Geral da República, o Ministro Dias Toffoli arquivou o processo pois “não há nenhum nexos causal entre a conduta de Bolsonaro e os crimes exemplificados”<sup>44</sup>. Se na esfera penal não é possível indicar vínculo entre o discurso e a ação violenta no caso do assassinato, do ponto de vista da Ciência Política o fato merece estudos. Em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, em 25 de julho de 2022, cujo título ostentou: ‘Fuzilar petralhada’ é fala tosca, mas não discurso de ódio, diz professora<sup>45</sup>, GROSS (2022), afirmou: “Uma interpretação poderia configurá-la como discurso de ódio se, pelo contexto, a intenção fosse a de negar direitos a pessoas pertencentes a um grupo identificado pelas suas convicções políticas”<sup>46</sup>.

É uma fala grosseira, tosca, ignorante. É triste que tenhamos como presidente uma pessoa que se coloque no debate político de forma tão ríspida e violenta. Mas **não me parece que naquele contexto o presidente estava afirmando que os militantes do PT deveriam ter direitos protegidos de forma igualitária** (GROSS, 2022, grifo nosso)

40 Ver: <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>

41 Ver vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=yZbuGKLEHo4&t=1s>

42 Decisão: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/PET7836.pdf>

43 <https://www.dw.com/pt-br/dirigente-petista-%C3%A9-assassinado-por-bolsonarista-em-foz-do-iguacu-%C3%A7u/a-62425985>

44 Decisão: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15355430911&ext=.pdf>

45 Novamente a mídia procura uma especialista do campo do direito e não da Ciência Política para sustentar uma tese que deveria ser analisada sob este prisma, haja vista que os episódios são todos referentes as ações políticas e eleitorais.

46 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/fuzilar-petralhada-e-fala-tosca-mas-nao-discurso-de-odio-diz-professora.shtml>

A autora baseia a interpretação em sua tese de doutorado, cujo título é: “Pode dizer ou não? Discurso de ódio, liberdade de expressão e a democracia liberal igualitária”, sustentada na concepção americana sobre o tema, a partir da análise das teorias da “*concepção de dignidade*”, de Jeremy Waldron e da “*liberdade de expressão*” de Ronald Dworkin e C. Edwin Baker. A tese de fundo é: “Um discurso de ódio não pode ser proibido em razão de seu conteúdo ou forma no debate público quando consistir exercício da independência ética, mas apenas pelo seu vínculo causal direto com um dano normativo relevante claro e iminente” (GROSS, 2017, p. 45). Fiel aos estudos do campo jurídico a autora difere o discurso de ódio em dois atos: discriminatório ou de conteúdo discriminatório:

**Ato discriminatório:** proibidos pela legislação: ex. negação de acesso a estabelecimentos, etc, em razão de sua raça, cor, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, religião, etnia, nacionalidade ou qualquer traço identitário cultural. (devem ser legitimamente proibidos)

**Ato discursivo de conteúdo discriminatório:** não devem ser proibidos. Devem ser protegidos pela liberdade de expressão. (GROSS, 2017, p. 46)

Se verifica pelos conceitos que os atos discriminatórios poderiam ser coletivos, como proibir o acesso a estabelecimentos a pessoas em função de sua raça, cor, sexo, etc, e deveriam ser proibidos e punidos, haja vista que atingem um grupo coletivamente ou uma pessoa diretamente. Já o ato discursivo de conteúdo discriminatório estaria protegido pela liberdade de expressão pois não indicaria um alvo específico. Vinculado a esta concepção, entende necessário estabelecer vínculo do dano que o discurso de produz com o evento específico, para a proibição ou punição as expressões de ódio. Como no exemplo a seguir:

**o discurso racista** no palanque em praça pública, apesar de repugnante, **é um discurso de conteúdo discriminatório apenas, porque não opera ele mesmo a violação de direitos de igualdade distributiva.** Assim, defendo que, caso esse discurso não ofereça perigos imediatos e claros à integridade física de ninguém, ele deve ser protegido. (GROSS, 2017, p. 52, grifo nosso)

A autora apresenta longa distinção entre o discurso no espaço público e privado. Um dos exemplos discorre sobre a situação de uma organização racista, denominada de forma fictícia como “União Ariana pela libertação do Brasil”, com as seguintes situações hipotéticas: (1) organiza uma panfletagem em praça pública no qual conclama a todos os cidadãos a não votar em candidatos negros ou que sejam racionalmente miscigenados porque estas pessoas possuiriam menor capacidade intelectual para o trabalho. Os panfletos indicam “estudos

científicos” que corroboram com a tese” ou (2) um funcionário de uma empresa, membro da organização racista, espalha dezenas dos panfletos em mesas de café na empresa em que trabalha e dependura alguns no quadro de avisos dos funcionários e na sua mesa de trabalho e também mantém exemplares em sua gaveta (GROSS, 2017, p. 322).

**Segundo a tese que defendo nesse trabalho**, a organização “União ariana pela libertação do Brasil” poderia incorrer na panfletagem na Praça da Sé como exercício da liberdade de expressão. A única condição é a de que o ato fosse pacífico e não apresentasse riscos para a ordem pública ou a integridade física dos transeuntes (GROSS, 2017, p. 322, grifo nosso).

Em relação ao trabalhador, a autora defende que a colocação dos panfletos com conteúdos discriminatórios em espaços públicos deveriam ser proibidos pois “o funcionário membro da organização racista não poderia impor aos trabalhadores negros ou de raças miscigenadas o confronto com a inferiorização da sua condição e da sua identidade, de forma a prejudicar as condições do seu desempenho profissional” (GROSS, 2017, p. 322). Ao final, defende que o funcionário tem o direito a manter os panfletos em sua gaveta, pois não se pode exigir que ele “se dispa das suas convicções e dos elementos de que ele se cerca para afirmá-las” (GROSS, 2017, p. 323).

No mesmo sentido, com a revolução comunicacional em curso, a partir da velocidade das inovações digitais, o discurso performativo ultrapassa os meios tradicionais de comunicação (rádio, TV, jornais e revistas). Na propaganda eleitoral, os modelos históricos de campanhas (comícios, carreatas, passeatas, bandeirações, etc.) perde força diante da nova arena eleitoral, que são as redes sociais e aplicativos de mensagens (BOROWSKI, 2020). O discurso de ódio, potencializado nos períodos eleitorais, é mantido como estratégia para fidelizar apoiadores. O escudo da liberdade de expressão é transferida para o espaço virtual.

O que se observa é que muitas vezes as pessoas que se envolvem na prática de construção e disseminação de discursos de ódio na internet de forma geral, e sobretudo nas redes sociais, **alegam que têm o direito constitucional à liberdade de expressão, e que a iniciativa de questionar o que eles(as) dizem no ambiente virtual representa censura**. No entanto, a falha embutida nesse argumento é que a liberdade de expressão não isenta de responsabilidades civis e do cumprimento das normas e convenções sociais. (TRINDADE, 2022, págs. 88-89, grifo nosso)

Se do ponto de vista do direito, sustentado no escudo da liberdade de expressão, todo discurso pode ser relativizado, os estudos da psicologia já indicam que ele produz efeitos

violentos que atingem o ser humano, a partir do uso da linguagem, especialmente com conteúdos performáticos. “Se fomos formados na linguagem, então esse poder constitutivo precede e condiciona qualquer decisão que venhamos a tomar em razão a ela, insultando-nos desde o princípio, por assim dizer, por seu poder prévio” (BUTLER, 2020, p. 12). Assim, o discurso de ódio assume o caráter performativo, com a absorção do seu conteúdo por quem segue o interlocutor, a partir da normalização do conteúdo (STANLEY, 2019) por agentes públicos, mesmo sendo crime o discurso homofóbico<sup>47</sup> e racista<sup>49</sup>.

O inquestionável o poder do discurso da liberdade de expressão, utilizado como escudo para, de forma indiscriminada, disseminar discursos de ódio, racismo, transfobia, misoginia, etc, atinge de forma substanciais outros pilares democráticos, como respeito a divergência, produzindo uma cultura em que o principal objetivo é eliminar o adversário, representando, um paradoxo em que “se, de um lado, a liberdade de pensamento e, mais especificamente, a liberdade de expressão constitui ponto fulcral para sua preservação e também para seu desenvolvimento, o exercício de tal liberdade por agentes mal-intencionados põe em risco a própria democracia” (PEREIRA e GUNDIM, 2018, p. 137).

Na próxima seção, pretende-se apresentar dados coletados em diversas fontes externas em que o discurso de ódio, produziu uma cultura de ódio que causam impactos na Democracia, tanto em dimensão atitudinal, ou seja, na desconfiança nas instituições e procedimentos democráticos, quanto na dimensão comportamental, relativos a posicionamentos antidemocráticos que provocam a erosão das condições de convivência política.

47 Em 02 de julho de 2023, o Deputado Federal Gustavo Gayer, também pastor evangélico da Igreja Lagoinha, em seu culto afirmou: “Agora é a hora de tomar as cordas de volta e dizer: Pode parar, reseta! Mas Deus fala que não pode mais”, afirma. “Ele diz, ‘já meti esse arco-íris aí. **Se eu pudesse, matava tudo e começava de novo. Mas prometi que não posso’, agora tá com vocês**”. [<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/pastor-bolsonarista-nega-que-tenha-sugerido-matar-lgbts-e-alega-censura-a-cristaos/>].

48 O observatório do Grupo Gay da Bahia divulga o relatório anual de mortes violentas LGBT+ desde 1963. Ao longo dos 43 anos do levantamento 7.233 LGBT+ morreram de forma violenta. 42,05%, ou 3.029 mortes aconteceram no período entre 2010 e 2019. Apesar da redução dos números nos anos 2020-2023, possivelmente provocados pela reclusão durante a pandemia Covid-19, os dados indicam que em 2022 ocorreram 256 mortes e em 2023 foram 257. Estes dados são alarmantes. A cada 34 horas, uma pessoa LGBT+ é morta no Brasil, colocando o país como o “campeão mundial de homicídios e suicídios LGBT+” (O relatório considera apenas os dados oficiais, ressaltando que existe subnotificação, pela ocultação da orientação sexual da vítima). “Esses dados levantados pelo GGB, ao longo de 44 anos, é prova irrefutável da existência de uma **cultura do ódio** contra a população LGBT em nossa sociedade e do quanto devemos lutar para erradicar a homotransfobia estrutural causadora deste sangrento ‘homicídio’”. Os relatórios podem ser consultado no site: [<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>].

49 O mesmo deputado Gustavo Gayer, afirmou em um podcast que “**a população africana tem baixo QI**”. [<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/agu-envia-noticia-crime-a-pgr-contra-deputado-gustavo-gayer-por-suposta-fala-racista/>].

## 2.4. IMPACTOS DO DISCURSO DE ÓDIO

Finalizando este capítulo, serão apresentados dados gerais sobre os impactos do discurso de ódio em diferentes segmentos da dimensão política, buscando evidências da disseminação da cultura de ódio em diversas áreas. A violência contra jornalistas recebeu atenção especial nos últimos anos, tanto pelo crescimento significativo dos casos, quanto pela origem dos agressores, destacadamente o ex-presidente da República, conforme se demonstra nos dados da FENAJ. Também a violência contra agentes políticos demonstra o aumento da agressividade entre os que atuam na arena eleitoral, a partir do recebimento de ameaças, diretamente ou a familiares, atentados, sequestro e homicídios, conforme levantamento do Observatório da Violência Política e Eleitoral no Brasil, organizado pela Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Da mesma forma, os impactos produzidos na esfera educacional, a partir dos projetos intitulados escola sem partido que fomentaram enfrentamento e a intolerância contra profissionais educadores nos últimos anos. A partir da constatação de que o discurso de ódio foi utilizado para a libertação contra as amarras do politicamente correto permitindo inclusive aos seguidores o desrespeito a regras legais e formais, como a pressão nos locais de trabalho para direcionamento do voto de seus subordinados, os dados do Ministério Público do Trabalho (MPT) demonstram o crescimento destes casos no ambiente laboral, qualificados como assédio eleitoral, a partir das ações dos empregadores para influenciar na decisão do voto de trabalhadores e trabalhadoras.

### 2.4.1. A violência política contra jornalistas

A mídia tradicional tem sido um dos principais alvos do discurso de ódio. Os comportamentos violentos são materializados contra jornalistas, que ao final se traduzem como a parte mais visível e vulnerável dos veículos de comunicação. Os ataques às estruturas tradicionais faz parte da estratégia de (re)construção de narrativas, sob uma ideologia autoritária, que utiliza das ferramentas da internet para a disseminação de ataques, incentivados pelo uso do discurso de ódio. Os dados ressaltam o papel do presidente da república<sup>50</sup> na legitimação e no estímulo a ataques a profissionais de imprensa e à mídia em

50 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/em-novo-ataque-a-imprensa-bolsonaro-diz-que-jornalistas-sao-raca-em-extincao.shtml>

geral (MORAIS, MILANEZI e LIMA, 2023). Para Cruz, Bacha e Silva, Gibson (2022, p. 94) “Jornalistas são ameaçados e agredidos em seu trabalho. Canais das emissoras são apedrejados. A colmeia se torna a única fonte confiável de informações. A imprensa ‘distorce’ os fatos e não merece confiança”.

Os inúmeros ataques a imprensa se baseiam no discurso de ódio como estratégia de incentivo a comportamentos violentos por parte de seguidores e apoiadores, contra as empresas e que se materializam contra os profissionais jornalistas que estão na linha de frente<sup>51</sup>. Se utilizando de uma comunicação estratégica, a partir de suas conversas diárias com apoiadores no que foi chamado de cercadinho na frente do Palácio da Alvorada em Brasília, os ataques aconteciam sem qualquer constrangimento e incentivavam a plateia aos mesmos insultos e até violência física<sup>52</sup>. Após as agressões contra o fotojornalista Dida Sampaio, do Estadão, que levou um soco no estômago, empurrado e chutado na frente do Palácio do Planalto, em 03 de maio de 2020, por manifestantes enrolados em bandeiras do Brasil, a equipe da Rede Globo foi expulsa do espaço. Todos os eventos ocorreram com conhecimento de Bolsonaro, que não repudiou as agressões e ainda respondeu “pessoal da Globo vem aqui falar besteira. Essa TV foi longe demais” (CAMPOS, 2020, p. 200).

Sentindo-se validados, esses apoiadores do presidente foram ficando cada vez mais agressivos. No dia 25 de maio, uma mulher passou pela fila de jornalistas repetindo: ‘Ó o lixo, ó o lixo, ó o lixo’. E acrescentou, aos berros: ‘Escória! Lixos! Ratos’ ‘Ratazanas’ Bolsonaro até 2050! **‘Imprensa podre! Comunistas’**, enquanto outros ficavam gritando **‘Mídia lixo’**. (MELO, 2020, págs. 201-202).

Desde 1998, a Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ) publica informações sobre violência contra jornalistas no Brasil. Os dados mais estruturados estão divulgados nos relatórios de violência contra jornalistas desde 2005<sup>53</sup>. A elaboração do relatório consiste na coleta de dados por meio de denúncias à FENAJ ou aos Sindicatos filiados, feitas pelas próprias vítimas da violência ou por outros jornalistas, e também pela compilação de notícias publicadas pelos variados veículos de comunicação. São considerados casos de ameaças, agressões físicas ou verbais, assassinatos, censura ou cerceamento da atuação, etc. (FENAJ, 2023). A série histórica, entre 2005 e 2023, constam no gráfico 3 a seguir.

51 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/relembre-serie-de-ataques-de-bolsonaro-a-folha-desde-a-campanha-eleitoral-de-2018.shtml>

52 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/bolsonaro-manda-reporteres-calarem-a-boca-ataca-a-folha-e-nega-interferencia-na-pf.shtml>

53 Toda os relatórios podem ser consultados no link [<https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contrajornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>]

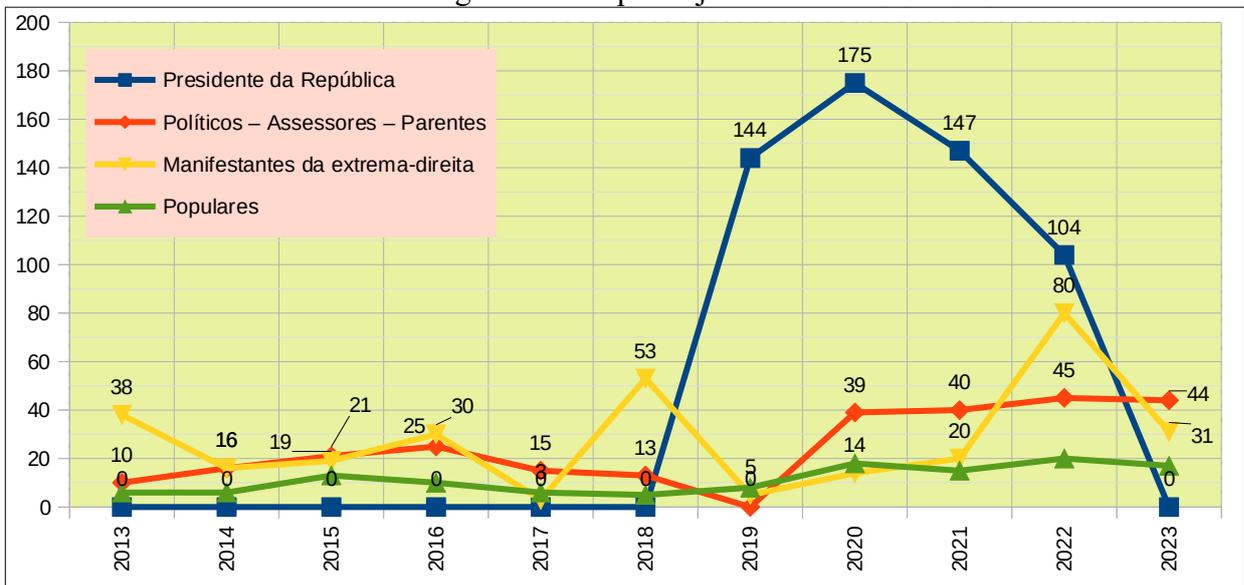
Gráfico 3 – Violência contra jornalistas denunciados à FENAJ – 2005-2023



Fonte: Elaboração própria a partir dos relatórios da FENAJ

Os dados do gráfico 3 demonstram o crescimento dos ataques aos profissionais da imprensa a partir de 2013, com explosão a partir de 2019, demonstrando que o enfrentamento com desgaste das estruturas da mídia tradicional, a partir de sua desacreditação, produz a violência real contra os profissionais, especialmente aqueles na linha de frente. Entre os registros constam desde ameaças, agressões, censuras por parte de empregadores, destacando-se no período um número significativo de ocorrências na Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), sob a tutela do governo Bolsonaro, bem como casos de atentados, injúria e até homicídios. No gráfico 4, destacamos os principais agentes agressores.

Gráfico 4 – Origem dos ataques a jornalistas - 2013-2023



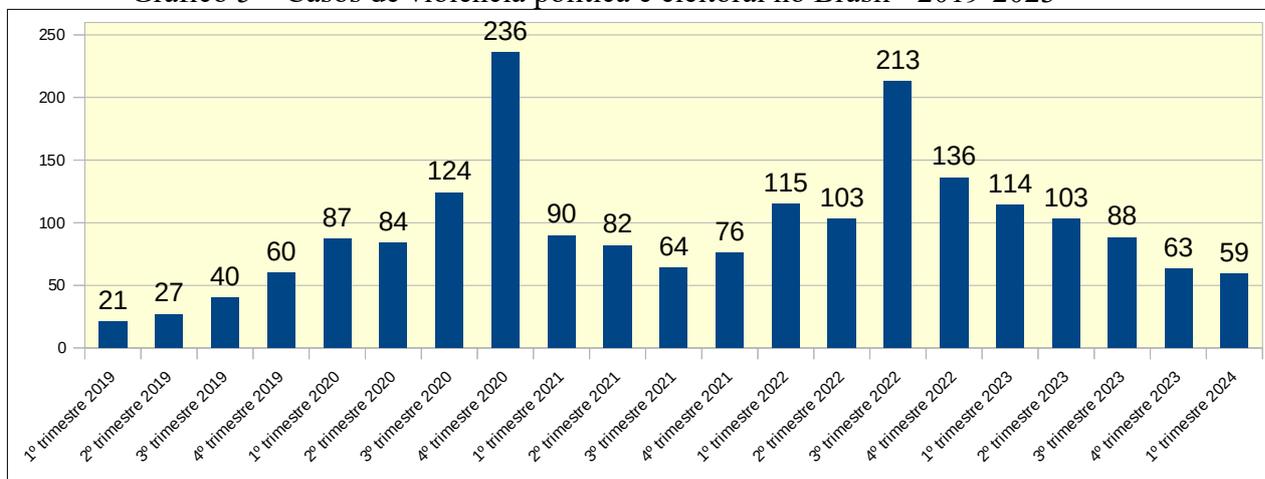
Fonte: Elaboração própria a partir dos relatórios da FENAJ

Os dados apontam a participação direta do Presidente da República nos episódios de violência política contra jornalistas durante seu mandato, indicando ser uma prática cotidiana, especialmente a partir de conversas com seguidores no chamado cercadinho em frente ao Palácio da Alvorada. Da mesma forma, durante toda a série histórica o número de denúncias relacionadas a agentes políticos, seja diretamente ou através de seus assessores e parentes, de manifestantes da extrema-direita e de populares. Chama a atenção que os números destas denúncias crescem significativamente a partir de 2018. Em 2023, não houve registro de violência por parte do Presidente Lula, ocasionando a redução de 51,8% no total de casos, contudo, mantém-se alto os ataques de políticos e manifestantes da extrema-direita, que pode ser relacionado aos eventos de 08 de janeiro de 2023.

#### 2.4.2. A violência política nas eleições

Divulgado desde janeiro de 2019, com periodicidade trimestral, pelo Observatório de Violência Política e Eleitoral no Brasil, pelo Grupo de Investigação Eleitoral (GIEL), da Escola de Ciência Política (ECP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)<sup>54</sup>, os dados referem-se a ameaças, agressões, atentados, homicídio e sequestros contra agentes políticos ou familiares, indicando o perfil das vítimas, funções ou cargos ocupados, partidos que estão vinculados e estados em que ocorreram os eventos. Os dados totais, do período de janeiro de 2019 até março de 2024, estão consolidados no gráfico 5.

Gráfico 5 – Casos de violência política e eleitoral no Brasil - 2019-2023



Fonte: Elaboração própria a partir do Observatório de violência Política e Eleitoral - UNIRIO

54 Os boletins trimestrais estão disponíveis no site <http://giel.uniriotec.br/?file=observatorio-violencia-politica-e-eleitoral>

Como era esperado, os anos eleitorais concentram o maior número de ocorrências. No segundo semestre de 2020, no pleito municipal, ocorreram 360 casos, e no segundo semestre de 2022 foram registrados 349 eventos de violência. Segundo dados do TSE<sup>55</sup> nas eleições municipais de 2020 foram registradas 557.529 candidaturas, ou seja, uma ocorrência para cada 1.548 atores eleitorais. Nas eleições gerais de 2012, 29.505 candidaturas foram apresentadas, resultando numa média de uma violência para cada 84,54 participante da eleição. Como era de se esperar, a violência foi generalizada com significativo aumento no período das eleições de 2022, onde, mesmo com número reduzido de candidaturas os casos foram similares aos da eleição municipal de 2020.

#### 2.4.3. O impacto da cultura do ódio na educação

Como desenvolvido na seção 1.2 do capítulo 1, o espaço escolar é um importante meio de socialização, por isto é importante analisar o impacto do discurso de ódio neste ambiente, muitas vezes travestido por outras nomenclaturas. Uma das estratégias mais difundidas está ancorado no que os setores da extrema-direita batizaram de “escola sem partido” iniciado em 2004 a partir de “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (<http://escolasempartido.org/>). Trata-se de um conjunto de medidas para “inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos”.

O movimento recebeu significativa adesão e proporcionou as bases para a apresentação de diversos projetos de lei por parte de parlamentares de extrema-direita, no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores, além de criação de frentes parlamentares contra a doutrinação ideológica e política nas escolas, em todo o sistema educacional. Fruto destes movimentos, leis aprovadas no Estado de Alagoas e nas cidades de Palmas, Paranaguá e Londrina, travestidas com nomes como “escola livre” ou de vedações ao ensino de temas vinculados a gênero e sexualidade, foram objeto de ações no Supremo Tribunal Federal (STF) que as declarou inconstitucionais pois ferem os princípios do pluralismo de ideias e a competência exclusiva da União para legislar sobre temas relacionados ao Direito Civil e as diretrizes e bases da educação nacional<sup>56</sup>.

---

55 Fonte: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>

56 Fonte: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=450392&ori=1>

Em pesquisa no site da Câmara dos Deputados e Deputadas, encontramos em tramitação o PL 7.180/2014, de autoria do Deputado Federal Erivelton Santana, do PSL/BA, que trata o tema de forma tangencial. Contudo, encontram-se anexados ao PL 7.180/2024, outros 34 projetos de lei. Destacamos o PL 246/2019, apresentado por 20 parlamentares, com destaque para as Deputadas Federais Bia Kicis (PL/DF), Carla Zambelli (PL/SP), Carolina De Toni (PL/SC), e os Deputados Federais Marco Feliciano (PL/SP) e Kim Kataguiri (União Brasil/SP), com o objetivo de instituir o “Programa Escola Sem Partido”. Como justificativa ao projeto consta que:

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas, bem como para fazer com que eles **adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis.** (PL 246/2019, Câmara dos Deputados)

Dos 34 projetos de lei apensados, 8 foram apresentados em 2023 e 1 no ano de 2024, indicando que a temática permanece ativa na Câmara dos Deputados e Deputadas. A grande maioria das propostas visa proibir conteúdos de orientação sexual nas escolas, verdadeiro tabu moral da extrema-direita brasileira.

Em pesquisa no site do Senado Federal encontrou-se o PL 193/2016, de autoria do Senador Magno Malta, para incluir entre as diretrizes e bases da educação o “Programa Escola sem Partido”. Na justificativa é reproduzida a íntegra o conteúdo do PL 246/2019, representando, portando, uma articulação entre os setores da extrema-direita na Câmara e no Senado. O PL 193/2016 foi arquivado em 2017 a pedido do autor.

Destaque-se que o fundador do movimento escola sem partido, Miguel Nagib, casado com Ruth Kicis, irmã da Deputada Federal Bia Kicis, portanto seu cunhado, é atualmente advogado, contudo atuou como Procurador do Estado de São Paulo em Brasília desde 1985 e trabalhou como assessor do Ministro do Supremo Tribunal Federal Sepúlveda Pertence, de 1994 até 2002, tornando-se seu sócio após sua aposentadoria em 2017. Nagib encerrou as atividades no Escola Sem Partido em 2020, contudo seus pressupostos permanecem influenciando o sistema político, conforme verificado nos projetos de lei que foram apresentados na atual legislatura, bem como instituições formais que permanecem censurando eventos culturais ou atividades educacionais que “atacam” seus princípios.

No Rio Grande do Sul, apesar de não localizar nenhum projeto na Assembleia Legislativa com os parâmetros “escola sem partido” ou “doutrinação” encontra-se em funcionamento a Frente Parlamentar contra “**A DOCTRINAÇÃO IDEOLÓGICA NO ENSINO**, com o objetivo de frear excessos que pretendem dobrar a sociedade às suas crenças”<sup>57</sup>. Criada em 30 de maio de 2023, com a assinatura de 20 Deputados e Deputadas Estaduais, ou seja, mais de 36% dos membros da Casa Legislativa. Sua primeira atividade foi um seminário em 24 de junho de 2023 que:

contou com a presença de pais, alunos, professores, políticos e pesquisadores. Todos interessados em discutir a militância de esquerda nas universidades e escolas do Rio Grande do Sul.

Ao final dos debates, os participantes formalizaram um protocolo de ações contra a doutrinação no ensino, ressaltando a importância de uma educação que promova a liberdade de pensamento, o senso crítico e a formação de uma base sólida de conhecimento. (Fonte: <https://ww4.al.rs.gov.br/noticia/331957-0>)

Em Caxias do Sul foi levada a voto a Criação da Comissão Temporária Escola Sem Partido, proposta pelo Vereador Sandro Fantinel (PL) com o “objetivo de evitar a proliferação de doutrinas partidárias e ideológicas, avalizando o direito do professor de ensinar sobre política às crianças”. A proposta foi rejeitada, contudo o Vereador usou a tribuna para orientar que “os pais dos alunos a fiscalizarem doutrinação político-partidária nas escolas” (fonte: <https://camaracaxias.rs.gov.br/noticias/index/22783>).

As movimentações políticas e legislativas (e também na esfera judicial) reforçam o papel da escola como formador de valores e crenças e a constante disputa com o espaço da família nesta tarefa.

A grande questão em disputa é quem educa: a família e/ou a escola? Quais são os objetivos da educação? **O movimento Escola sem Partido defende que apenas a família e a religião podem educar**, e os professores devem se restringir a instruir os alunos com o único objetivo de qualificá-los para o trabalho. (PENNA, 2018, p. 111, grifo nosso)

Neste espaço, criam-se vias propícias para a disseminação do discurso de ódio e perseguição contra educadores e educadoras e inibem o debate sobre participação política nas escolas, além de causarem danos a temas como orientação sexual que possuem grande impacto na prevenção contra violência sexual, por exemplo, além de outros extremamente necessários para abordar como gravidez precoce, respeito a diversidade, combate ao racismo,

57 <https://ww3.al.rs.gov.br/deputados/Portals/Deputados/FrentesParlamentares/23-214-FP%20DoutrEnsino.pdf>

xenofobia, etc, além de incentivar a violência no ambiente escolar. “A pior consequência do discurso reacionário no campo educacional é a adesão de muitos à campanha de ódio aos professores, que leva a práticas persecutórias e ao denunciamento” (PENNA, 2018, p. 112).

Portanto, trata-se de uma disputa sobre qual a ideologia será ensinada nos meios escolares, travestidas muitas vezes do discurso de proteção aos jovens de conteúdos sexuais ou incentivo a comportamentos antagônicos ao pensamento da família.

Escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante, **uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia** (uma vez que é leiga), onde os professores, respeitosos da “consciência” e da “liberdade” das crianças que lhes são confiadas (com toda confiança) pelos “pais” (que, por sua vez, são também livres, isto é proprietários de seus filhos), conduzem-nas à liberdade, à moralidade, à responsabilidade adulta pelo seu exemplo, conhecimento, literatura e virtudes “libertárias”. (ALTHUSSER, 2023, págs. 88-89, grifo nosso)

Por fim, as pesquisas sobre valores e crenças que impactam em comportamentos e atitudes no âmbito educacional, sobretudo no ensino médio, tem sido realizadas com maior frequência nos últimos anos no Rio Grande do Sul. Mesmo que não apresentem um panorama de todo o Estado as pesquisas do Núcleo de Pesquisas da América Latina do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS (NUPESAL/UFRGS) aplicada em 2015, sob a coordenação do Professor Marcello Baquero, sobre “Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo da socialização política de jovens no Sul do Brasil”, nas cidades de Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, com estudantes do ensino médio, na faixa etária entre 13 a 24 anos, em escolas públicas e privadas, permitem uma compreensão dos impactos na formação política dos jovens e os efeitos do discurso de ódio na educação.

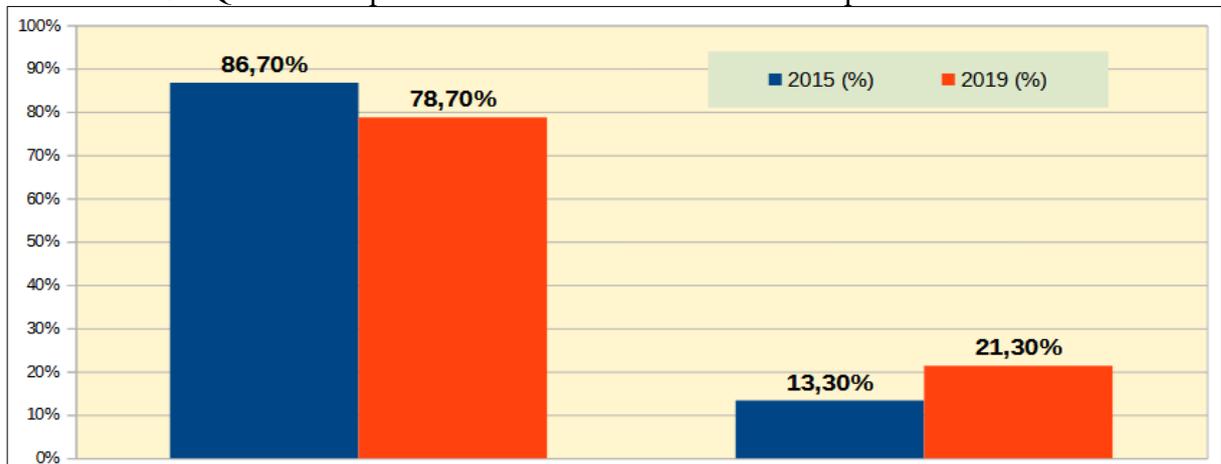
A pesquisa foi repetida no ano de 2019 somente em Porto Alegre. Com isto, é possível realizar uma comparação entre as respostas entre os dois momentos em que foram coletados os dados, auxiliando no objetivo deste estudo. Separamos as perguntas que investigam a percepção sobre a política nas tabelas e gráficos a seguir.

Tabela 2 - Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula?

	2015 (%)	2019 (%)
Concordo: a política faz parte da formação do estudante	86,70%	78,70%
Não concordo: lugar de política não é na aula	13,30%	21,30%

Fonte: GONZÁLEZ e CHIODI, 2013, p. 143

Gráfico 6 – Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula?



Fonte: Elaboração própria a partir de GONZÁLEZ e CHIODI, 2023, p. 143

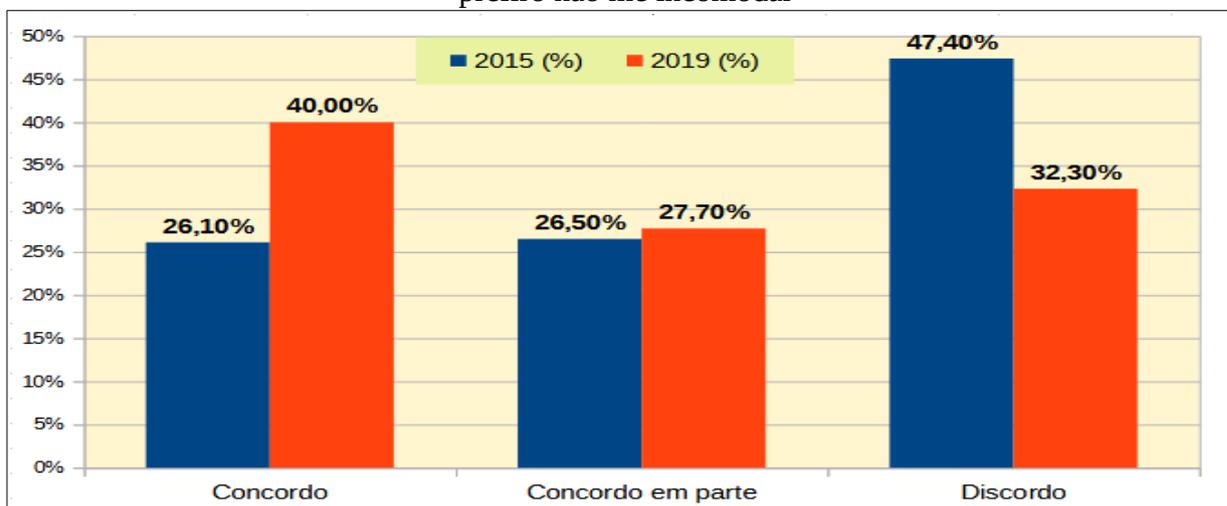
Apesar dos percentuais indicarem a concordância de que é importante o debate sobre assuntos políticos em sala de aula, houve redução de 8% entre 2015 e 2019, aumentando, na mesma proporção os que entendem que “lugar de política não é na aula”.

Tabela 3 - Não gosto de discussões ou assuntos políticos porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar

	2015 (%)	2019 (%)
Concordo	26,1%	40,0%
Concordo em parte	26,5%	27,7%
Discordo	47,4%	32,3%

Fonte: GONZÁLEZ e CHIODI, 2013, p. 143

Gráfico 7 - Não gosto de discussões ou assuntos políticos porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar



Fonte: Elaboração própria a partir de GONZÁLEZ e CHIODI, 2023, p. 143

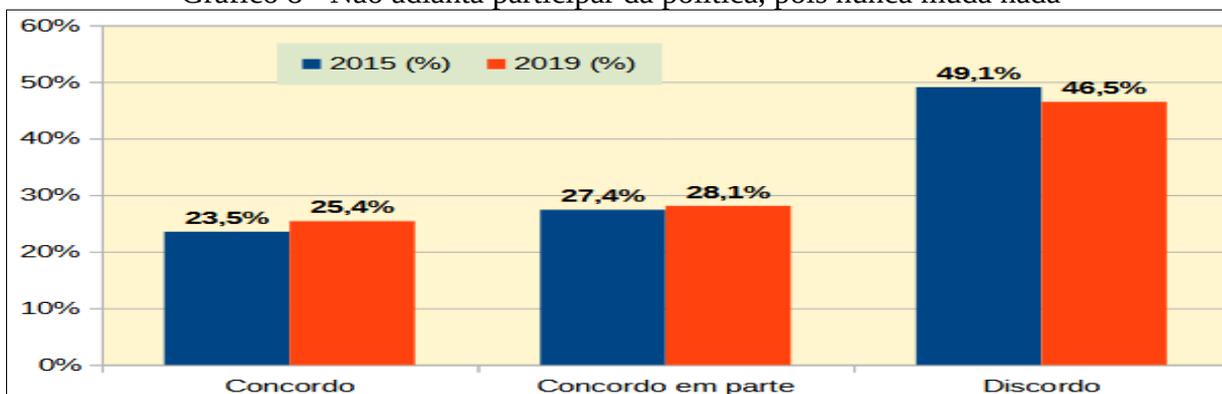
Novamente, na tabela 3 e gráfico 7 percebe-se uma piora em todos os percentuais, com a rejeição à discussão de assuntos políticos em sala de aula. Isto evidente no aumento dos que responderam que concordam com a afirmação de 26,1% em 2015 para 40% em 2019.

Tabela 4 - Não adianta participar da política, pois nunca muda nada

	2015 (%)	2019 (%)
Concordo	23,50%	25,40%
Concordo em parte	27,40%	28,10%
Discordo	49,10%	46,50%

Fonte: GONZÁLEZ e CHIODI, 2013, p. 145

Gráfico 8 - Não adianta participar da política, pois nunca muda nada



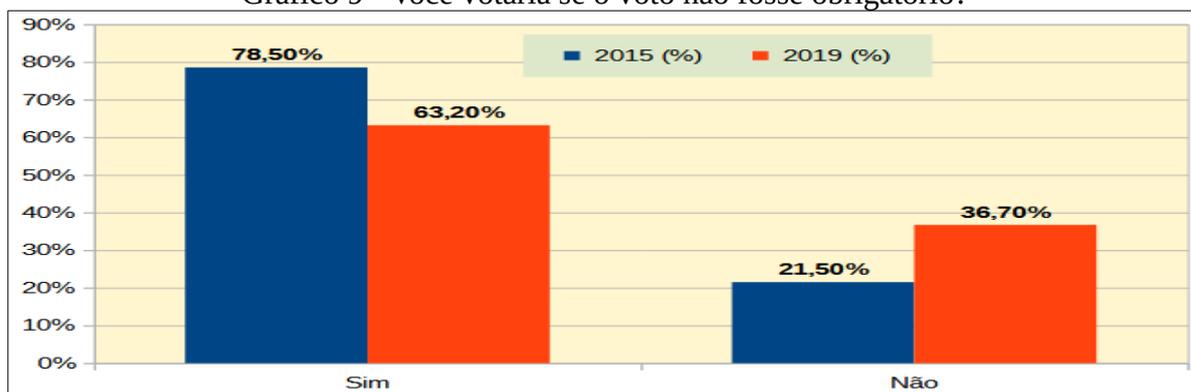
Fonte: Elaboração própria a partir de GONZÁLEZ e CHIODI, 2023, p. 145

Tabela 5 - Você votaria se o voto não fosse obrigatório?

	2015 (%)	2019 (%)
Sim	78,50%	63,20%
Não	21,50%	36,70%

Fonte: GONZÁLEZ e CHIODI, 2013, p. 145

Gráfico 9 - Você votaria se o voto não fosse obrigatório?



Fonte: Elaboração própria a partir de GONZÁLEZ e CHIODI, 2023, p. 145

Os dados das tabelas 4 e 5 e gráficos 8 e 9 precisam ser analisados em conjunto pois indicam rejeição a participação política, tanto nos níveis gerais, podendo ser na atividade partidária ou comunitária, quando formal, no exercício do voto. Todos os índices indicam piora nos dados entre 2015 e 2019, ainda que não em patamares significativos, mas indicam a preocupação com eventual impacto do discurso ódio no ambiente escolar.

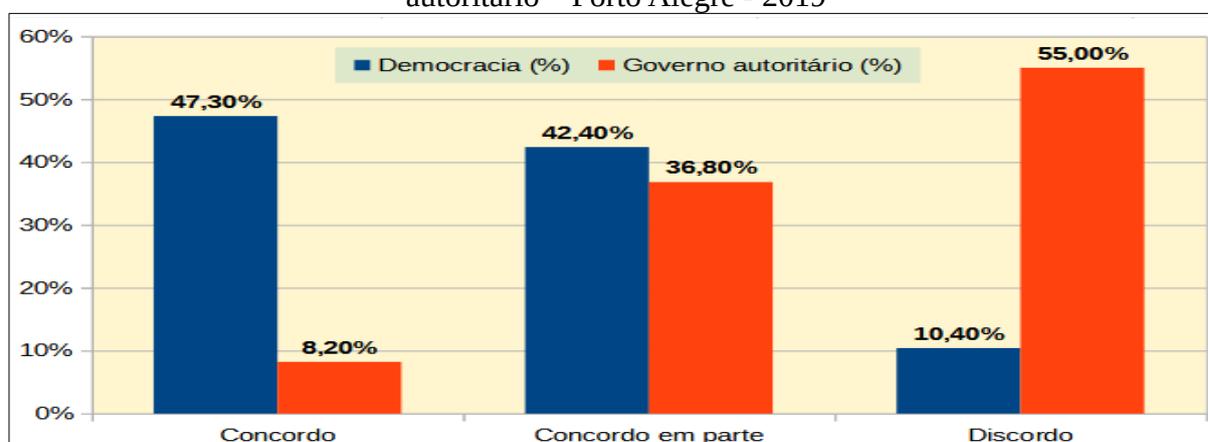
A última questão diz respeito ao apreço a um modelo de governo autoritário, exposto na tabela 6 e gráfico 10. A pergunta constou no questionário apenas na pesquisa de 2019, aplicada somente em Porto Alegre, o que impede uma comparação temporal, mas indicam que ainda existe espaço para aceitação de governos autoritários. Se considerarmos que 8,2% “concordam” que um governo autoritário é um índice pequeno, mas 36,8% responderam “concordar em parte”. 45% dos jovens que responderam a pergunta tem algum apreço ao modelo autoritário.

Tabela 6 - Concorda com afirmações sobre se é melhor democracia ou um governo autoritário – Porto Alegre - 2019

	Democracia (%)	Governo autoritário (%)
Concordo	47,30%	8,20%
Concordo em parte	42,40%	36,80%
Discordo	10,40%	55,00%

Fonte: GONZÁLEZ e CHIODI, 2013, p. 145

Gráfico 10 - Concorda com afirmações sobre se é melhor democracia ou um governo autoritário – Porto Alegre - 2019



Fonte: Elaboração própria a partir de GONZÁLEZ e CHIODI, 2023, p. 146

Os dados apresentam preocupações quando ao impacto do discurso de ódio no ambiente escolar. Os índices, comparados entre 2015 e 2019, pioram em todos os cenários. O

último dado, relativo ao apreço a um regime autoritário, requer maior atenção pois a pesquisa foi aplicada em um grupo de jovens na faixa etária entre 13 e 24, portanto, que não possuem parâmetros autoritários na sua curta experiência de vida, podendo ser resultado da influência de seus pais ou avós, saudosos de um tempo autoritário, insuflado pelo discurso de ódio.

Por fim, tanto os estudos sobre os projetos de lei, da defesa de uma escola sem partido, contra uma doutrinação de crianças e jovens, reforçam a importância da educação na socialização e da constante disputa ideológica, cujo impacto do discurso de ódio é percebido de plano, afastando grande parcela da juventude da participação política e aumentando o apreço e tolerância com modelos autoritários.

#### 2.4.4. O impacto da cultura do ódio nas relações de trabalho

O ambiente do trabalho é um espaço que merece a atenção dos estudos em Cultura Política pois complementa, na fase adulta, a socialização iniciada na família e na escola, podendo afetar suas atitudes políticas (Almond e Verba, 1989). Da mesma forma, no sistema capitalista, as relações de trabalho se constituem em uma forma hierarquizada, submetida a autoridade e ao poder de mando, ou seja, propício a comportamentos autoritários. É neste aspecto que abordaremos o tema do assédio eleitoral nas eleições de 2022, pois tornou-se um espaço em que o discurso de ódio se materializou em ameaças e coações para influenciar a decisão do voto de trabalhadoras e trabalhadores.

A temática não é inédita, tendo sido relevante nas eleições presidenciais de 2018. O caso mais significativo relacionado a prática de assédio eleitoral ocorreu, quando o empresário Luciano Hang, proprietário das Lojas Havan, reuniu os trabalhadores para indicar em quem deveria votar e quais os candidatos não podem votar, ou seja, no caso das eleições presidenciais de 2018, determinando o voto em Jair Bolsonaro. O empresário foi condenado pela prática de assédio moral, com decisão apenas em janeiro de 2024, ao pagamento de R\$ 85 milhões de reais<sup>58</sup>. Em 28 de maio de 2024 a sentença foi confirmada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST)<sup>59</sup>. No âmbito eleitoral foi condenado a multa no valor de R\$ 2.000,00, pela realização de propaganda eleitoral em bem de uso comum<sup>60</sup>.

---

58 Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/01/justica-condena-hang-a-pagar-r-85-milhoes-por-assedio-durante-campanha-eleitoral.shtml>.

59 Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/luisa-martins/politica/tribunal-mantem-condenacao-trabalhista-da-havan-por-assedio-eleitoral-em-2018/>

60 Fonte: <https://consultaunificadapje.tse.jus.br/#/public/resultado/0601434-39.2018.6.00.0000>

É importante destacar que a prática de assédio, tanto físico quanto psicológico, apresenta grande sub-notificação pela discriminação ou riscos que o/as denunciante(s) podem sofrer. Portanto, a denúncia é um ato de extrema coragem, pois as vítimas constantemente são questionadas, a coleta de provas é precária pois em regra o assédio é dissimulado em várias ações e comportamento dos assediadores, necessitando de provas a confirmação e punição. Da mesma forma o longo caminho percorrido entre a prática do assédio e a punição aos assediadores torna-se outro fator de descrédito e desincentivo a formalização da denúncia. Contudo o fator que mais dificulta a formalização da denúncia é o risco de perder o emprego. Por fim, também não é possível desconsiderar que uma parcela de trabalhadores e trabalhadoras tenham afinidade política com seus patrões, ou seja, não compreendem que a pressão exercida sobre eles trata-se de assédio.

Simular aos conceitos de outras formas de assédio, especialmente o moral, mais comumente percebido nos ambientes laborais, o eleitoral necessita primordialmente de uma vinculação com as eleições, ainda que veremos adiante que a prática perpassa por outros períodos. Para o escopo deste estudo, seguiremos o conceito elaborado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT):

O assédio eleitoral se caracteriza como a prática de **coação, intimidação, ameaça, humilhação ou constrangimento associados a determinado pleito eleitoral**, no intuito de influenciar ou manipular o voto, apoio, orientação ou manifestação política de trabalhadoras e trabalhadores no local de trabalho ou em situações relacionadas ao trabalho (MPT, 2023, grifo nosso).

Conforme apresentado na seção 2.1, as manifestações de ódio se materializam através de atitudes que inferiorizam e/ou humilham pessoa ou grupo social por características como gênero, orientação sexual, filiação religiosa, lugar de origem ou classe. O conceito do MPT agrega estas características para a definição de assédio eleitoral no espaço de trabalho, onde a estrutura hierárquica, tanto funcional quanto econômicas se materializam através de atitudes de dominação. O fenômeno do assédio eleitoral é relativamente novo e, pela sua raridade, não recebia maiores atenções das instituições responsáveis pela fiscalização das condições de trabalho, contudo, como se pode verificar no conceito adotado pelo MPT, tratam-se de atitudes perpetradas por quem detém o poder econômico contra trabalhadores e trabalhadoras em condições inferiorizadas que são ameaçadas, coagidas e humilhadas, nos seus locais de trabalho para se submeter ao mando dos patrões, até mesmo no seu livre exercício do voto.

Segundo o MPT, o assédio eleitoral pode ser praticado no local de trabalho ou através de manifestações públicas, como em sites, redes sociais ou grupo de mensagens, bem como em espaços de treinamento ou eventos. Configura uma violência psicológica amparada na discriminação de pessoas por conta de sua orientação política ou escolha eleitoral, dissonantes das do empregador. O dano pode ser psicológico, físico ou econômico, intencional ou não. As condutas abusivas atentam contra a dignidade e a liberdade de convicção política e do exercício direto do voto. Têm-se, portanto, o retorno a práticas arcaicas nos processos eleitorais, classificadas como o voto de cabresto, característica dos tempos do Brasil império e da primeira república onde as eleições estavam sob a tutela dos coronéis (LEAL, 2012). Assim como os coronéis que eram donos dos seus empregados na estrutura rural do Brasil agrário, em 2022 têm-se o empresário urbano, coagindo seus trabalhadores e trabalhadores para exigir-lhe o voto em seu candidato preferido.

Na pesquisa dos dados em sites oficiais não foi possível encontrar relatórios sobre casos anteriores às eleições de 2022. A busca de informações na internet resultou em uma informação divulgada pelo Procurador-Chefe do MPT-RS, Rafael Foresti Pego de que em 2018 foram recebidas 212 reclamações, envolvendo 98 empresas, números muito inferiores ao que se apresentaram nas eleições de 2022<sup>61</sup>. Os dados para a análise dos casos de assédio eleitoral nas eleições de 2022 foram solicitados por e-mail para Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (COORDIGUALDADE), que disponibilizou um relatório extraído do sistema interno MPT-Digital, abrangendo o período de 01 de abril de 2022 até o dia 29 de fevereiro de 2024.

Os dados brutos apresentam pequenas divergências que não impactam na presente análise. Foi necessário excluir os processos abertos de ofício pelo MPT, como o PAJ – Procedimento Administrativo para acompanhar a Ação Pública que eventualmente foi ajuizada. Também excluimos os dados relativos ao processo de Ação Promocional para Investigar determinado tema – PA – PROMO que constam no relatório, contudo não se tratam de denúncias recebidas de fontes externas mas resultam da atuação do MPT para investigar previamente ou posteriormente determinado fato ou circunstância que merecia maior atenção. Para a adequação dos dados recebidos ao propósito da pesquisa e a apresentação nesta seção, utilizamos como metodologia a análise histórica e geográfica das denúncias.

---

61 <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2022/10/denuncias-de-assedio-eleitoral-crescem-325-em-comparacao-com-pleito-de-2018-cl9hog21000ad018w5w86ggfe.html>

Realizou-se a ordenação histórica dos casos, cujo gráfico, pela extensão, consta no Anexo III, por sua relevância em indicar o início da série e demonstrar o aumento das denúncias em determinadas datas que podem ser relacionados a fatos conjunturais. A primeira denúncia foi formalizada no dia 01 de abril de 2022, no Distrito Federal. O último dado do relatório apresenta o registro de uma denúncia no dia 27 de fevereiro de 2024. A análise histórica indica uma vinculação extrema com as eleições, como esperado, e chama a atenção que a prática se mantém, ainda que em patamares reduzidos durante o ano de 2023 e permanecem sendo denunciadas em 2024. Para melhor visualização foi elaborada a Tabela 7 e o gráfico 11 com a evolução mensal, do período de abril de 2022 até fevereiro de 2024.

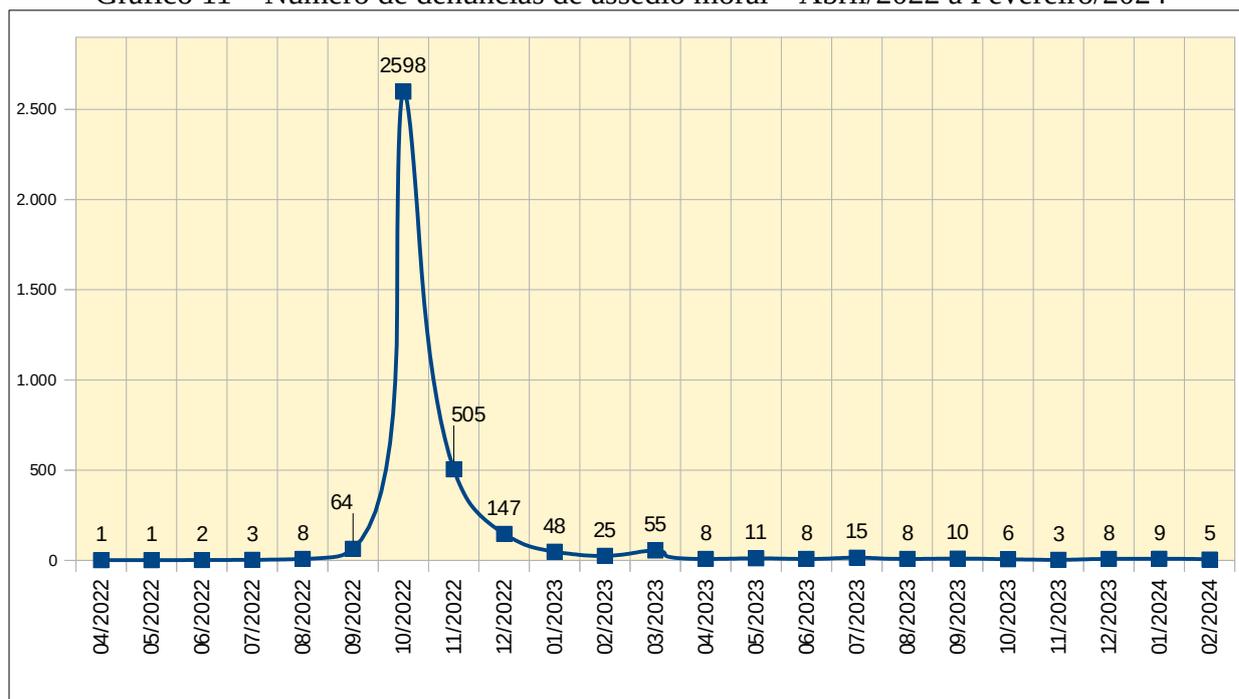
Tabela 7 – Número de denúncias de assédio eleitoral entre abril de 2022 e fevereiro de 2024

Mês da denúncia	Nº de denúncias	% do total
04/2022	1	0,03%
05/2022	1	0,03%
06/2022	2	0,06%
07/2022	3	0,08%
08/2022	8	0,23%
09/2022	64	1,80%
10/2022	2.598	73,22%
11/2022	505	14,23%
12/2022	147	4,14%
01/2023	48	1,35%
02/2023	25	0,70%
03/2023	55	1,55%
04/2023	8	0,23%
05/2023	11	0,31%
06/2023	8	0,23%
07/2023	15	0,42%
08/2023	8	0,23%
09/2023	10	0,28%
10/2023	6	0,17%
11/2023	3	0,08%
12/2023	8	0,23%

01/2024	9	0,25%
02/2024	5	0,14%
<b>TOTAL</b>	<b>3.548</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir do MPT

Gráfico 11 – Número de denúncias de assédio moral – Abril/2022 a Fevereiro/2024



Fonte: Elaboração própria a partir do MPT

A análise da série histórica indica que, entre os meses de abril e setembro, foram formalizadas apenas 79 denúncias de assédio eleitoral. Contudo, somente no mês de outubro foram apresentadas 2.598 denúncias, demonstrando a intensa pressão desenvolvida a partir do resultado do primeiro turno, ocorrido no dia 02 de outubro de 2022. O mês de outubro de 2022, sozinho, é responsável por 73,22% de todas as denúncias da série histórica. Conforme os dados expostos no Anexo III, no dia 28 de outubro, sexta-feira anterior ao segundo turno das eleições presidenciais, ocorreu o maior número de denúncias, 285, superando o número de 238 registrados no dia 27 de outubro. Estes dados evidenciam o uso do assédio eleitoral como estratégia para influenciar os resultados do segundo turno da eleição presidencial, através da coação e ameaça aos trabalhadores e trabalhadoras.

A percepção da gravidade do problema com o crescimento das denúncias motivou a instauração, em 05 de outubro de 2022, do Gabinete de Crise, através da Portaria nº 1.573/2022, do Procurador-Geral do Trabalho para enfrentar a questão, com apoio de outras

instituições, como o TSE e organizações de trabalhadores e trabalhadoras, como as Centrais Sindicais CUT, CTB, Força Sindical e UGT. Desenvolveu-se durante este período campanhas de mídia e institucional destacando que o “assédio eleitoral é uma violência no trabalho”. No entanto, os dados indicam que os esforços não tiveram a eficácia necessária para combater ou sequer diminuir a prática.

Passado o segundo turno, os dados indicam a resistência em aceitar os resultados eleitorais. No mês de novembro foram registradas 505 denúncias e em dezembro mais 147. Chama a atenção, conforme o gráfico do Anexo III, algumas datas conjunturais. Logo após o resultado de 30 de outubro, iniciam as manifestações contra a vitória de Lula, como a dos caminhoneiros bloqueando estradas e rodovias<sup>62</sup>. Na primeira semana de novembro de 2022 os movimentos contrários ao resultado eleitoral convocam uma greve geral para o dia 07 de novembro com apoio de empresas para fecharem as portas e aderirem aos bloqueios<sup>63</sup>. Os dados do Anexo III indicam que na primeira semana de novembro foram registradas 194 denúncias, enquanto na segunda 185. Verifica-se, portanto, a reedição da estratégia política de 2014, quando o resultado eleitoral não foi reconhecido pelo derrotado, mantendo-se uma militância ativa e com propósitos golpistas.

No mês de dezembro também é possível identificar o aumento do registro de denúncias no período relacionado aos atos violentos em Brasília quando do evento de diplomação do Presidente eleito pelo TSE no dia 12 de dezembro de 2022<sup>64</sup>. Somente nos dias 12 e 13 de dezembro de 2022 foram apresentadas 90 denúncias, o que demonstra que a mobilização alimentou comportamentos de assédio eleitoral no ambiente do trabalho. Por fim, merece destaque que no mês de janeiro se mantém um patamar alto no número de denúncias, mesmo após a posse do presidente eleito e da tentativa frustrada de golpe de estado. A persistência do registro de denúncias em todos os meses seguintes, até fevereiro de 2024, demonstra que a prática se consolida como um modelo do comportamento assediador e que merecerá a atenção das instituições para os próximos períodos eleitorais.

O segundo método de análise é a partir da distribuição geográfica das denúncias. Na tabela 8 e no gráfico 12, estão apresentados os dados por região do Brasil. Como era esperado,

---

62 <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/31/caminhoneiros-fecham-rodovias-contrar-resultado-das-urnas-apos-derrota-de-bolsonaro.ghtml>

63 <https://www.novanews.com.br/noticias/cidades/greve-bolsonarista-diversas-empresas-prometem-fechar-as-portas-a-partir-desta-segunda-07-em-nova-andradina>

64 <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/13/como-foram-os-atos-de-bolsonaristas-radicaes.ghtml>

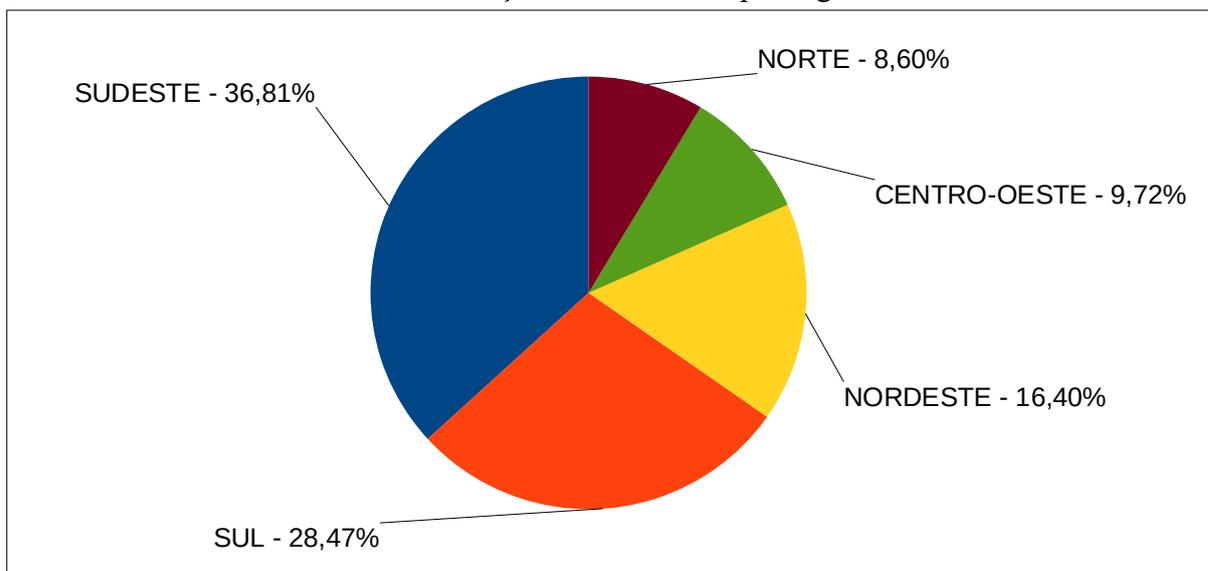
a Região Sudeste responde por 36,81% das denúncias registradas no país. A Região Sul vem em seguida com 28,47%. A Região Nordeste responde por 16,40%, a Região Centro-Oeste por 9,72% e ao fim a Região Norte com 8,60% do total.

Tabela 8 – Distribuição das denúncias por região do Brasil

REGIÃO	Denúncias	% do total	Eleitorado	%
SUDESTE	1.306	36,81%	66.707.465	42,83%
SUL	1.010	28,47%	22.558.759	14,48%
NORDESTE	582	16,40%	42.390.976	27,22%
CENTRO-OESTE	345	9,72%	11.539.323	7,41%
NORTE	305	8,60%	12.560.410	8,06%
	<b>3.548</b>	<b>100,00%</b>	<b>155.756.933</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do MPT

Gráfico 12 – Distribuição das denúncias por região do Brasil



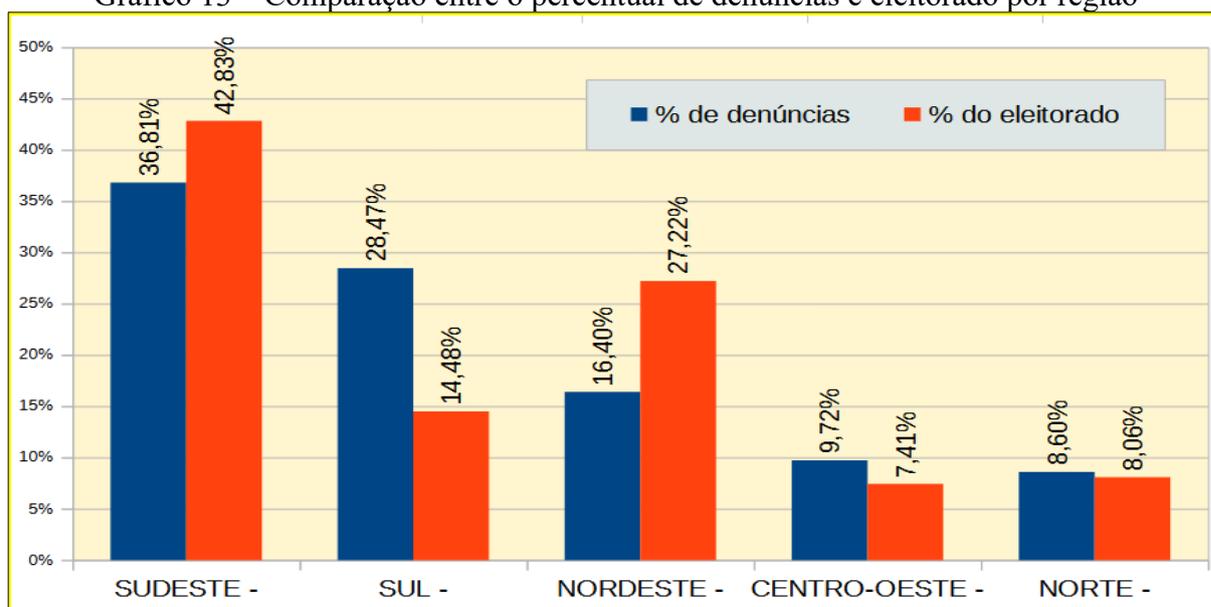
Fonte: Elaboração própria a partir do MPT

Contudo, a análise simples dos dados a partir dos números absolutos de denúncias por região não é uma variável que permite uma melhor explicação para o fenômeno. Assim, para dar proporcionalidade aos dados, comparou-se o percentual de denúncias com o eleitorado<sup>65</sup> de cada região nas eleições de 2022 como método para verificar a maior ou menor incidência dos casos de assédio eleitoral. A comparação está apresentada no gráfico 13.

65 Utilizou-se a estatística do eleitorado da eleição de 2022 disponível no site do TSE, disponível em <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapt/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/eleitorado-eleicao?session=105597599046708>

A região Sudeste, cujo eleitorado representa 42,83% de todo o país, computou 36,81% das denúncias, ficando abaixo de sua participação no geral. A mesma proporção é encontrada na região Nordeste com 16,4% das denúncias para 27,22% do eleitorado. A região Norte também apresenta uma proporção menor, ainda que quase idêntica entre o número de denúncias e o eleitorado com 8,6% de denúncias para 8,06% do eleitorado. A região Centro-Oeste apresenta um percentual maior de denúncias em relação ao eleitorado, 9,72% para 7,41%, resultado provocado pelo grande número de registros em Tocantins. Para o escopo desta pesquisa, é importante destacar os dados da Região Sul. Com 14,48% do eleitorado do país, a região foi responsável por 28,47% das denúncias, ou seja, o número de denúncias é quase o dobro de sua representação no total do eleitorado nacional.

Gráfico 13 – Comparação entre o percentual de denúncias e eleitorado por região



Fonte: Elaboração própria a partir do MPT

Ampliando a análise para os Estados, foi elaborada a tabela 9 com os registros das denúncias, também comparando o seu percentual em relação ao total registrado e ao eleitorado. Na última coluna também relaciona o número de casos com os eleitores de cada estado. Como já era esperado, os seis estados com maior número de denúncias de assédio eleitoral encontram-se nas regiões Sudeste e Sul: 1º Minas Gerais, 2º São Paulo, 3º Paraná, 4º Rio Grande do Sul, 5º Santa Catarina e 6º Rio de Janeiro. Chama a atenção o grande número de denúncias no Estado do Tocantins, na 7ª posição, com 160 registros, representando 5,51% do total, enquanto o eleitorado do estado representa apenas 0,7% do Brasil.

Tabela 9 – Distribuição das denúncias por Estados

Estado	Denúncias	% do total	Eleitorado	% do eleitorado	Caso/Eleitores
Minas Gerais	656	18,49%	16.290.870	10,46%	24.834
São Paulo	401	11,30%	34.667.793	22,26%	86.453
Paraná	375	10,57%	8.475.632	5,44%	22.602
Rio Grande do Sul	324	9,13%	8.593.469	5,52%	26.523
Santa Catarina	311	8,77%	5.489.658	3,52%	17.652
Rio de Janeiro	174	4,90%	12.827.296	8,24%	73.720
Tocantins	160	4,51%	1.094.003	0,70%	6.838
Paraíba	114	3,21%	3.091.684	1,98%	27.120
Mato Grosso	112	3,16%	2.469.414	1,59%	22.048
Goiás	107	3,02%	4.870.354	3,13%	45.517
Rio Grande do Norte	80	2,25%	2.554.727	1,64%	31.934
Espírito Santo	75	2,11%	2.921.506	1,88%	38.953
Pernambuco	74	2,09%	7.018.098	4,51%	94.839
Bahia	67	1,89%	11.291.528	7,25%	168.530
Pará	66	1,86%	6.082.312	3,91%	92.156
Rondônia	65	1,83%	1.230.987	0,79%	18.938
Alagoas	63	1,78%	2.325.656	1,49%	36.915
Distrito Federal	63	1,78%	2.203.045	1,41%	34.969
Mato Grosso do Sul	63	1,78%	1.996.510	1,28%	31.691
Ceará	61	1,72%	6.820.673	4,38%	111.814
Piauí	53	1,49%	2.573.810	1,65%	48.562
Sergipe	44	1,24%	1.671.801	1,07%	37.995
Maranhão	26	0,73%	5.042.999	3,24%	193.962
Amazonas	8	0,23%	2.647.748	1,70%	330.969
Roraima	3	0,08%	366.240	0,24%	122.080
Amapá	2	0,06%	550.687	0,35%	275.344
Acre	1	0,03%	588.433	0,38%	588.433
TOTAL	3.548	100,00%	155.756.933	100,00%	43.900

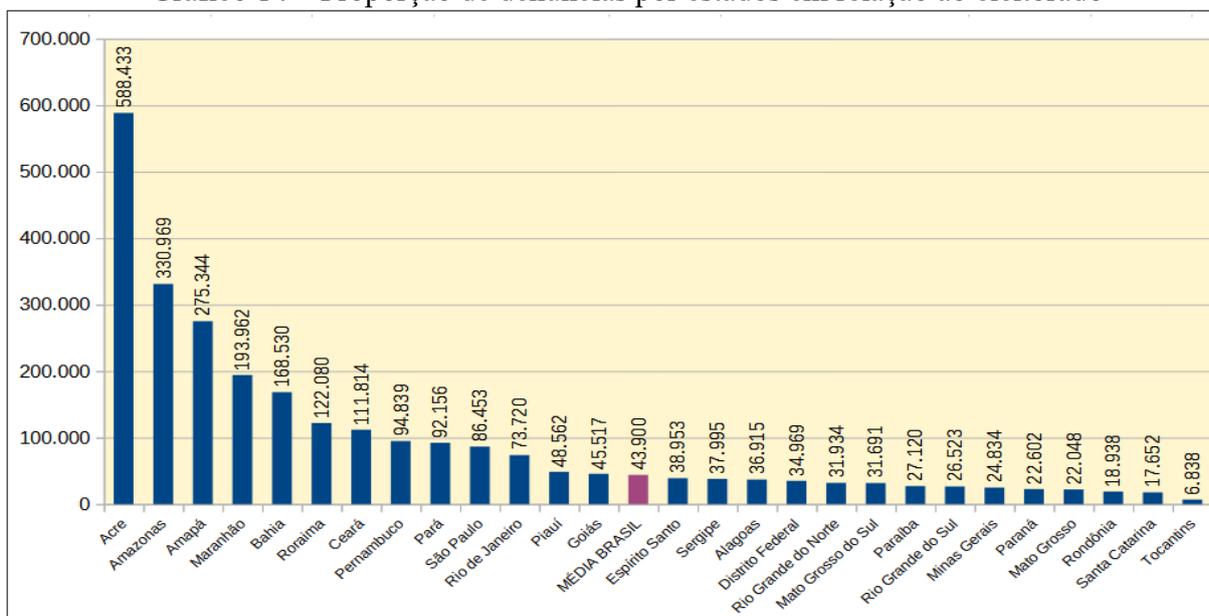
Fonte: Elaboração própria a partir do MPT

No outro extremo da tabela, constam os estados do Norte com o menor número de denúncias, sendo que no Estado do Acre apenas 1 denúncia foi apresentada, seguido do

Amapá com 2 e Roraima com 3. O Estado do Amazonas, em que pese um número significativo de eleitores, aparece com o 4º menor número de denúncias. É importante destacar a característica geográfica e econômica destes Estados, localizados na Região Norte, com economia vinculada a matriz extrativista e maiores dificuldades de acesso a informações.

Contudo, para melhor análise dos dados, recorreremos novamente ao método comparativo, utilizando os dados das denúncias em relação a variável eleitorado em cada estado. Apresentamos o gráfico 14, para melhor visualização, indicando que a média nacional indica a proporção de uma denúncia para cada 43.900 eleitores. Todos os estados que estão acima deste número, apresentam menor proporção entre a quantidade de registros de denúncias de assédio eleitoral em relação ao eleitorado.

Gráfico 14 – Proporção de denúncias por estados em relação ao eleitorado



Fonte: Elaboração própria a partir do MPT

Neste conjunto estão 13 estados, inclusive São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente segundo e sexto com maior número de denúncias, conforme tabela 9. Outros 14 estados estão posicionados abaixo da média nacional, ou seja, apresentaram mais denúncias em relação ao eleitorado local. Nesta situação, merece destaque o estado de Tocantins que apresenta a maior quantidade de casos proporcionalmente aos eleitores. Também chama a atenção que os três estados da Região do Sul apresentam maior proporção em relação aos seus eleitorados, sendo que Santa Catarina registrou uma denúncia para 17.652 eleitores, o Paraná uma para cada 22.602 e o Rio Grande do Sul, uma para cada 26.523.

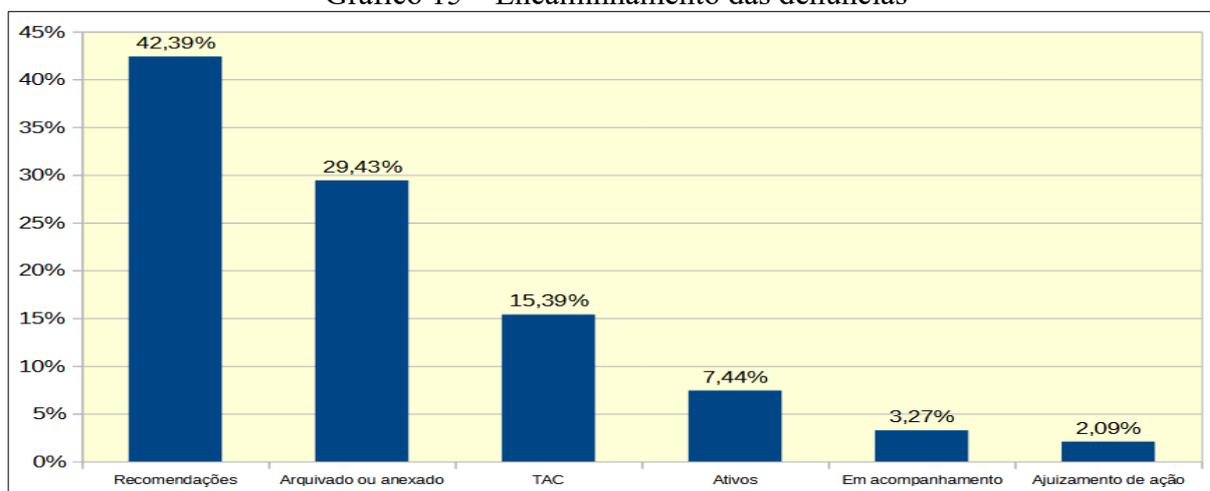
Por fim, a análise dos dados relativos a análise e os encaminhamentos das denúncias pelos Procuradores do Trabalho estão apresentados na tabela 10 e no Gráfico 15.

Tabela 10 – Distribuição das denúncias por Estados

Encaminhamentos	Casos	% do total
Recomendações	1.504	42,39%
Arquivado ou anexado	1.044	29,43%
TAC	546	15,39%
Ativos	264	7,44%
Em acompanhamento	116	3,27%
Ajuizamento de ação	74	2,09%
<b>TOTAL</b>	<b>3.548</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do MPT

Gráfico 15 – Encaminhamento das denúncias



Fonte: Elaboração própria a partir do MPT

Do total de denúncias, 1.504, ou 40,98%, foram objeto de recomendações, ou seja, foram enviadas orientações a empregadores sobre a conduta<sup>66</sup>. Outras 1.044 denúncias, representando 29,43% do total, reúnem as denúncias que foram anexadas a outros procedimentos com conteúdo idêntico ou que não apresentavam elementos mínimos para investigação.

66 A recomendação é faculdade prevista no art. 5º; § 6º da Lei 7.347/1985 que permite ao Ministério Público indicar condutas para adequação aos limites legais. Também possibilita a assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) que podem, inclusive, prever reparação financeira do dano. “§ 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial”. ([Incluído pela Lei nº 8.078, de 11.9.1990](#)).

Merece destaque os procedimentos que geraram o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), realizados em 546 casos, representando 15,39% do total. Nestas situações os denunciados<sup>67</sup> ou inquiridos<sup>68</sup> se comprometem a cumprir determinações do MPT, podendo ser desde o recolhimento de valores diretamente a fundo específico ou publicações para a reparação da conduta. Caso ocorra o descumprimento, é passível de cobrança judicial ou responder a ação judicial. Constavam no relatório 264 casos ainda como ativos, representando 7,44% do total, ou seja, ainda não havia um encaminhamento para a denúncia. Por fim, 116 casos, 3,27% do total, constavam em acompanhamento, sem indicação de sua situação.

Por fim, merece destaque para o número de Ação Civil Pública (ACP) que o MPT ingressou no período. A ACP é instrumento que o representante ministerial pode fazer uso quando a situação encontrada mereça uma intervenção judicial mais contundente. Ela pode ser gerada a partir de uma denúncia recebida ou mesmo da intervenção direta e/ou preventiva do MPT<sup>69</sup>. Do total de denúncias, apenas 74 foram ajuizadas ACP, representando 2,09%. A análise dos dados indicam que em 59,87% dos casos ocorreu alguma intervenção do MPT nas denúncias apresentadas. Contudo, discute-se a eficácia da intervenção, já que os casos de punição são raríssimos, restringindo-se a grande maioria a recomendações, com baixo número de ações judiciais.

Os dados demonstram que o assédio eleitoral foi utilizado de forma significativa para influenciar na decisão e liberdade no exercício do voto por parte de milhares de trabalhadores e trabalhadoras nas eleições de 2022, sobretudo no segundo turno, remetendo aos tempos do coronelismo, que se imaginava estarem superadas em função da legislação, que prevê punição, e pela consolidação da democracia a partir da realização regular das eleições. A conduta persiste como prática de coação dos trabalhadores e trabalhadoras por parte dos empregadores. A análise dos dados em relação aos casos do Rio Grande do Sul serão realizados na seção 3.3, onde estudaremos, com maior profundidade as situações envolvendo as denúncias de assédio eleitoral a partir dos dados públicos disponíveis.

---

67 Denunciados: quando uma pessoa ou empresa figura no polo apenas como denunciado, sem a instauração de inquérito para a investigação mais complexa.

68 Inquirido: quando uma pessoa ou empresa é objeto de investigação em inquérito civil público.

69 Nas eleições de 2022 um dos casos que mais chamou a atenção foi a publicação pela empresa Stara Equipamentos, da cidade de Não-Me-Toque indicando que o “cenário econômico” gerado pelo resultado eleitoral de 2022 (vitória do Presidente Lula) acarretaria a redução de 30% nos investimentos da empresa e poderia indicar a demissão de trabalhadores e trabalhadoras. Após o Ministério Público do Trabalho ingressar com uma ACP houve acordo judicial com a determinação do pagamento por parte da empresa do valor de R\$ 1,5 milhão, sem contudo, o reconhecimento de que a prática foi assédio eleitoral. Ver: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/555835>

### 3. O DISCURSO DE ÓDIO NAS ELEIÇÕES DE 2022 NO RIO GRANDE DO SUL

Neste último capítulo, utilizaremos os elementos teóricos apresentados nos capítulos 1, sobre os pressupostos das teorias da cultura política acompanhado da compreensão que os valores e crenças estão ancorados em pilares ideológicos, bem como o resgate de uma interpretação sobre a construção histórica do Rio Grande do Sul e do capítulo 2 que buscou construir um conceito de discurso de ódio com a perspectiva de que seus impactos possuem maior amplitude na política, não apenas nos grupos minorizados, ainda que sejam estes os mais impactados. Ou seja, buscamos testar a hipótese de que se trata de uma estratégia política e eleitoral para fidelizar uma parcela da sociedade em fundamentos do medo e da ameaça. Pretende-se buscar elementos que possibilitem analisar como a cultura política do Rio Grande do Sul é propícia para a disseminação desta estratégia.

Para esta pesquisa foram coletados dados no período eleitoral das eleições de 2022 e dos eventos que se seguiram após a divulgação e contestação dos resultados, que serão apresentados em três seções. Contudo, antes de detalhar os temas que serão abordados, destaca-se um episódio envolvendo um espaço que é importante para o escopo desta pesquisa: a família. Como desenvolvido na seção 1.2 o espaço familiar ainda persiste como um meio importante de socialização, em que pese estejamos passando por um período histórico em que as tecnologias digitais permitem que os jovens tenham mais experiências com outras de inovação de que seus pais, diminuindo, portanto, a internet passa a ter grande influência nas atitudes e comportamentos, especialmente na juventude, diminuindo o poder de influência das famílias (MORAIS, 2023).

Esta nova dinâmica nas relações entre gerações familiares têm recebido grande atenção nas estratégias da extrema-direita. O lema amplamente utilizado nas campanhas eleitorais e nos discursos conservadores têm demonstrado que a família é um dos centros de disputa ideológica, merecendo, inclusive, estar no slogan das campanhas eleitorais desde 2028: Deus, Pátria e Família<sup>70</sup>. Esta expressão é recorrentemente utilizada por setores da extrema direita, como no fascismo de Mussolini<sup>71</sup> e no Integralismo de Plínio Salgado na primeira metade do século XX, reunindo um tripé envolvendo a religião, o nacionalismo e a família tradicional. Portanto, em um período histórico em que a socialização dos jovens não é

70 Para as eleições de 2022, a campanha de Jair Bolsonaro acrescentou em seu lema a palavra liberdade, ficando então: “Deus, Pátria, Família e Liberdade”

71 <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/29/deus-patria-familia-lema-de-bolsonaro-tem-origem-fascista-entenda.htm>

mais monopólio dos genitores, este espaço recebe uma atenção especial nas eleições, com a busca de retomar o controle sobre os filhos.

É neste contexto que durante a campanha eleitoral, desde 2018, mas de forma mais contundente em 2022, as relações familiares se deterioraram, especialmente impactadas pelos meios digitais. Neste sentido, para o escopo desta pesquisa, um dos casos que chamou a atenção e que mereceu reportagem no Jornal Pioneiro de autoria da jornalista Letícia Kreling<sup>72</sup> em que relata as dificuldades no relacionamento entre familiares para a decisão do voto e influencia nas atitudes e comportamentos dos filhos, pressionados pelos pais a votarem no seu candidato, cuja pressão tem início quando da abertura da campanha eleitoral, mas atinge o seu ápice após a eleição, conforme relatado pelo filho: “logo após o segundo turno com a vitória de Lula nas urnas. O estudante relata que os pais chamaram ele e a irmã para uma reunião sobre os resultados das eleições. **Uma foto dele mostrando seu posicionamento político nas redes sociais no dia anterior foi o estopim**” (JORNAL PIONEIRO, 12 e 13 de novembro de 2022, pág. 6, grifo nosso).

Por mais que eu trabalhe, meus pais me ajudam com muitas coisas do dia a dia. **Nessa reunião, ele (o pai) me contou o que seria cortado dessa ajuda a partir do ano que vem.** Aquilo me chocou muito, porque não imaginei aquela reação por parte deles apenas por me posicionar politicamente. Fui dormir bem pensativo e triste. **Cheguei a me questionar se não deveria ter votado no Bolsonaro** só para evitar este confronto. (JORNAL PIONEIRO, 12 e 13 de novembro de 2022, pág. 6, grifo nosso).

A entrevista revela a estratégica básica do poder familiar, ou seja, a utilização do apoio econômico como pressão para submeter seus valores aos genitores. O caso relatado representa um choque de gerações, contudo, é importante destacar que, em regra, permanece a grande influência da família em termos de conduta e valores (BAQUERO e PRÁ, 2017), apesar de novos valores que estão sendo internalizados com a interação nos meios virtuais que impactam significativamente nas atitudes e comportamentos das novas gerações (MORAIS, 2023). O uso da força econômica como ameaça para o apoio aos filhos é uma forma de impor a vontade dos pais e representa a consumação do impacto do discurso de ódio neste ambiente, a partir da não aceitação da posição contrária.

Este capítulo está dividido em três seções que buscam apresentar dados que foram coletados durante e depois do período eleitoral envolvendo temas que se relacionam com o

72 <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/politica/noticia/2022/11/familias-abaladas-e-amizades-desfeitas-saiba-como-recuperar-relacoes-estremecidas-pelas-eleicoes-clacx8du800bh014u7ve7g674.html>

uso do discurso de ódio para interferir na vontade do eleitor e da eleitora, seja no meio virtual, como no caso das listas de boicote a estabelecimentos e profissionais liberais que apoiavam a candidatura de Lula em 2022, quanto nos meios presenciais, com o uso de violência física a apoiadores e nos espaços de trabalho com o assédio eleitoral de patrões para pressionar os trabalhadores e trabalhadoras a votarem em Jair Bolsonaro.

Na primeira seção serão apresentados elementos coletados a partir de grupos de WhatsApp que disseminavam listas de boicotes a apoiadores da campanha de Lula, especialmente entre o primeiro e segundo turno das eleições de 2022, mas que permaneceram após o resultado das urnas. Os elementos das listas demonstram movimentos coordenados, produzidos por algum centro de produção ou gabinete do ódio, articulados por uma estrutura de campanha que inicialmente produzia uma lista com nomes conhecidos de empresas, como Magazine Luíza, Banco Itaú, Natura, entre outros, que permitiam a agregação, por apoiadores, de estabelecimentos da região ou cidade, reproduzindo um discurso de ódio contra os que teoricamente eram apoiadores da candidatura Lula. O ódio verificado nas mensagens permite auferir que até mesmos eleitores de Jair Bolsonaro foram atingidos pelas listas de boicote.

Na segunda seção, a consequência da disseminação das listas de boicote ultrapassa os meios digitais e provoca atitudes e comportamentos violentos, como a agressão a militante política em cidade limítrofe com a Serra Gaúcha - RF3, além de ameaças diretas, seja presencialmente ou por ligações e mensagens nos telefones de comerciantes e prestadores de serviço que eventualmente seriam apoiadores da candidatura de Lula. Para a elaboração da seção foi realizada entrevista com a vítima das agressões físicas, para apresentação do caso, estudo da ação penal que apresentou outros eventos de violência praticado pelo agressor. Da mesma forma, a partir de publicações no Jornal Pioneiro foi possível apresentar outros casos de violência, buscando elementos para aferir se a região da Serra Gaúcha é mais propícia para a disseminação de ações com base no discurso de ódio.

A terceira e última seção, aprofunda os estudos da subseção 2.5.6 que apresentou os dados dos casos de assédio eleitoral no Brasil, analisando a distribuição por região e estados, agora analisando de forma mais detalhada as denúncias ocorridas no Rio Grande do Sul e, mais profundamente, os da Serra Gaúcha. A análise mais aprofundada no espaço do trabalho já mereceu atenção nos estudos de Almond e Verba pois compreende-se a importância deste ambiente na socialização, sobretudo pelo uso do poder econômica como instrumento de coação. Os dados demonstram que práticas como o coronelismo, o caudilhismo e o voto de

cabresto que imaginávamos estarem superados com a modernização cultural e a realização regular de eleições após a superação da ditadura civil-militar ainda permanecem como valores dos que detêm o poder econômico.

### 3.1. AS LISTAS DE BOICOTE A APOIADORES NAS ELEIÇÕES DE 2022

A utilização de campanhas de boicote a determinado produto comercial ou serviço é extremamente comum quando determinadas empresas apresentam condutas que o consumidor rejeita. No mercado publicitário, várias estratégias são utilizadas para que os produtos sejam vendidos e minimizado a sua rejeição pelo público. Assim, empresas que tenham sua marca associada a temas polêmicos, como apoio a governos nazistas ou fascistas, são constantemente alvos de campanhas de boicote ao consumo de seus produtos. Da mesma forma, aquelas que eventualmente cometem delitos em suas dependências, seja relacionados a episódios de racismo, homofobia, xenofobia, exploração de mão de obra em condições análogas à escravidão, tem sua marca associada a práticas que sofrem a repulsa por parte dos consumidores e a campanhas de boicotes. Contudo, em geral, estes movimentos tem baixa capacidade de gerar atitudes ou comportamentos violentos e possuem impacto duvidoso sobre os seus resultados efetivos, podendo inclusive gerar efeitos contrários<sup>73 74</sup>.

Em campanhas eleitorais os estrategistas buscam desenvolver os pontos fortes das candidaturas, criando mecanismos que minimizem as vulnerabilidades. Da mesma forma, nomes de empresas associadas a determinado campo político, candidatos ou candidatas, também sofrem constante pressão pelos seus posicionamentos, deixando-as suscetíveis a campanhas de boicote. A simples divulgação de uma doação financeira para campanhas eleitorais, dado público disponível no site do TSE, gerou reação de apoiadores de candidaturas adversárias para boicotarem seus produtos<sup>75</sup> mas os efeitos práticos são de difícil mensuração, podendo gerar redução no consumo de seus produtos, por parte dos que são contrários a determinadas candidaturas ou incentivo para aqueles que são seus apoiadores.

73 <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2023/03/boicotes-sao-efetivos-contra-praticas-antieticas-de-empresas-opine.shtml>

74 No início de 2023 foi a constatação da utilização de mão de obra em condições análogas à escravidão na colheita da safra da Uva na Serra Gaucha, mais especificamente envolvendo três vinícolas de Bento Gonçalves: Garibaldi, Salton e Aurora. Em que pese a repercussão e o incentivo ao boicote ao consumo de seus produtos, ao final do exercício os lucros foram recordes, como demonstra o balanço da Vinícola Aurora: <https://www.infomoney.com.br/business/vinicola-aurora-aposta-em-zero-alcool-para-faturar-r-1-bi-em-2026/>

75 <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/10/17/detergente-ype-doacao-jair-bolsonaro-repercussao.htm>

Contudo, o que se pretende avaliar nesta seção são ações de boicote realizadas durante a campanha eleitoral e que redundaram numa forma de violência psicológica ou física a apoiadores nas eleições de 2022. Para atingir este objetivo foi realizada coleta de informações a partir de *prints* de mensagens recebidas ainda durante o período da campanha eleitoral de 2022 além da pesquisa nos meios de comunicação e redes sociais. A primeira questão que surgiu é a de que este movimento foi articulado em várias regiões do Brasil, demonstrando ser uma estratégia organizada de forma profissional, especialmente a partir dos chamados gabinetes de ódio. A característica das mensagens, com formato padronizado e a inclusão de grandes empresas com marcas reconhecidas nacionalmente, como o Banco Itaú, XP Investimentos e Magazine Luíza, que possuem como regramento a não intervenção no processo eleitoral, reforça o indício de que a construção das listas de boicote foi uma ação estratégica da campanha eleitoral de apoiadores de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022<sup>76</sup>.

A circulação de mensagens, prioritariamente através dos aplicativos de mensagens (WhatsApp e Telegram) que possuem grande capacidade de disseminação de seus conteúdos, bem como, imensa dificuldade no rastreamento por parte dos mecanismos judiciais para sua contenção, possibilitou que os diversos grupos de apoio agregassem às listas eventuais alvos locais. Assim, a circulação das listas de boicote em cidades pequenas podem ter gerado efeito imediato nas atitudes e comportamentos dos apoiadores que levaram a concretização de ameaças, intimidação e coações a pequenos comerciantes e profissionais liberais.

Tal estratégia de intolerância já era conhecida com o incentivo a ações de boicote antes mesmo do período eleitoral. Um dos episódios digno de registro foi o cancelamento da palestra do Presidente do STF em Bento Gonçalves que seria realizada no dia 03 de junho de 2022 e que foi cancelado por pressão de apoiadores de Jair Bolsonaro<sup>77</sup>. Da mesma forma, após o resultado eleitoral do segundo turno, a violência e intolerância geraram o cancelamento da palestra do Poeta Nordestino Bráulio Bessa, que seria realizada em 03 de novembro de 2022, na cidade de São Marcos, por falta de segurança<sup>78</sup>.

Outra questão preliminar que é importante destacar é o fato de que na pesquisa não foram localizadas mensagens com lista de boicotes disseminadas pelos aplicativos de mensagens ameaçando eleitores ou apoiadores de Jair Bolsonaro. Portanto, qualquer tentativa

---

76 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/cidades-vivem-clima-de-tensao-com-grupos-radicaes-e-boicotes-a-eleitores-de-lula.shtml>

77 <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/empresarios-gauchos-mostram-como-a-intolerancia-contaminou-a-campanha>

78 <https://www.saomarcos.rs.gov.br/noticias/cancelada-palestra-com-braulio-bessa-em-sao-marcos/detalhe>

de encontrar simetria entre as ameaças a partir de listas de boicotes entre apoiadores de Bolsonaro ou Lula é inadequada e falsa. Outro fator que ratifica esta situação é o fato de que as listas foram disseminadas entre o primeiro e segundo turno das eleições presidenciais de 2022, após a divulgação dos resultados que indicaram a liderança de Lula na corrida eleitoral. A pesquisa apontou a existência de listas de boicotes em diferentes regiões e cidades do Rio Grande do Sul, todas incentivando ações que indicavam ameaças, constrangimento, intimidação e coação a apoiadores supostamente vinculados a candidatura Lula<sup>79 80</sup>.

Assim, o primeiro achado que merece destaque foi a inclusão de instituições de forma indiscriminada nas listas de boicotes e que geraram efeitos colaterais, atingindo entidades da sociedade civil que não são vinculadas a empresas industriais ou comerciais, nem profissionais liberais. Numa das listas constava a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – APAE de Ijuí, provocando a redução de doações após sua inclusão.

Figura 2 – Nota pública da APAE – Ijuí.



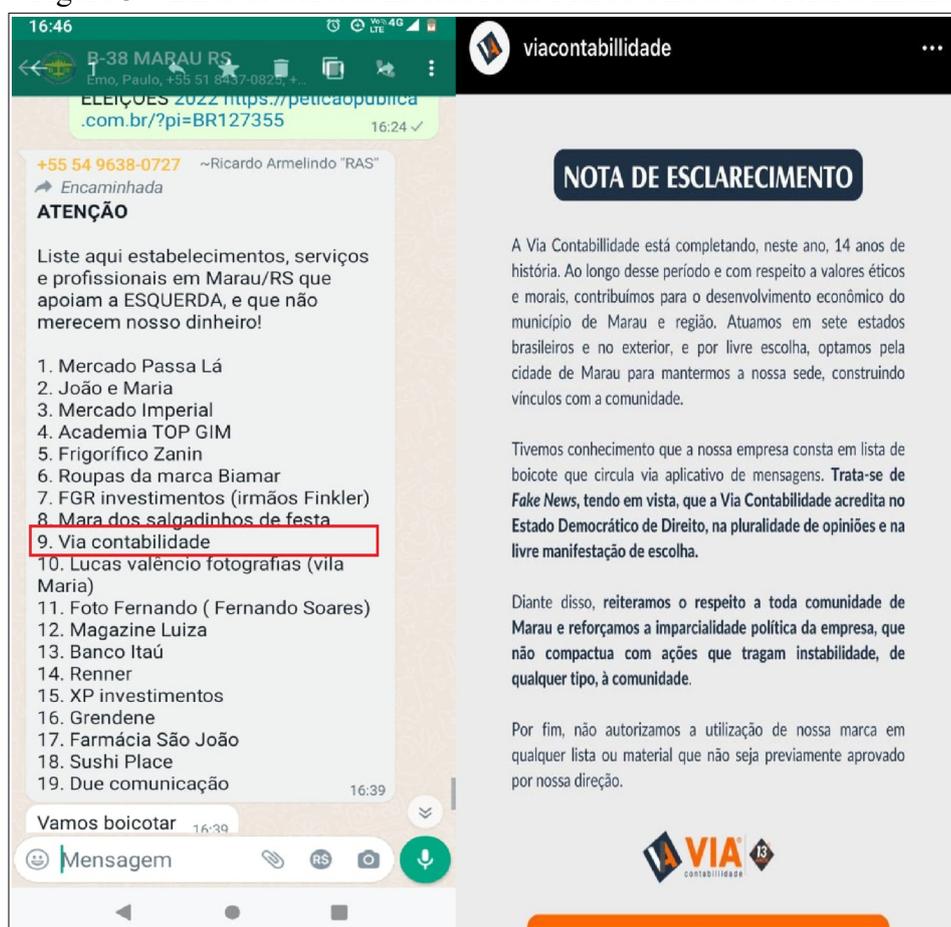
Fonte: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/11/07/apae-de-ijui-diz-ter-doacoes-canceladas-apos-ser-incluida-em-lista-de-boicote-a-petistas-faz-falta-para-a-merenda.ghtml>

79 <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/11/05/listas-de-boicote-a-petistas-no-rs-podem-configurar-dano-moral-e-concorrenca-desleal-diz-advogado.ghtml>

80 <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/11/05/empresas-e-profissionais-relatam-pressao-apos-divulgacao-de-listas-de-boicote-a-petistas-no-rs-todo-mundo-tem-medo.ghtml>;

Seguindo a pesquisa, foram encontradas diversas manifestações, em variadas regiões do Rio Grande do Sul, incentivando, além de boicote aos produtos e serviços, comportamentos violentos, com ameaças indiscriminadas a eventuais apoiadores da candidatura de Lula. Um dos casos aconteceu na cidade de Marau, localizado no norte do Estado do Rio Grande do Sul, cuja empresa de contabilidade foi incluída na lista de boicote. A lista segue o padrão nacional, com a manutenção de nomes de grandes empresas já citadas, como o Banco Itaú, XP Investimentos, Lojas Renner, etc. Como é possível verificar, na logomarca da empresa constava o número 13, alusivo aos 13 anos de atuação na cidade.

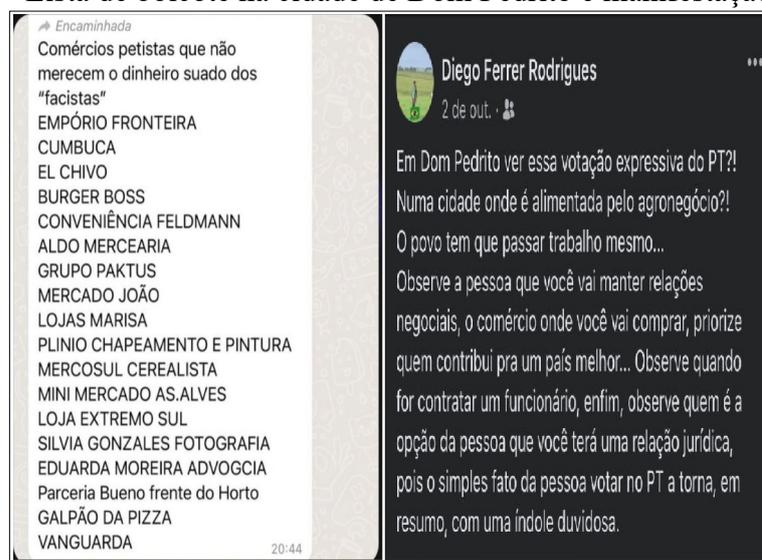
Figura 3 – Lista de boicote na cidade de Marau e nota de esclarecimento



Fonte: print recebido no período entre o primeiro e segundo turno.

Outra mensagem recebida circulou na cidade de Dom Pedrito, localizado na região da Campanha, próximo à divisa com o Uruguai, cuja lista de boicote, novamente com indicação de empresa conhecida, neste caso a Lojas Marisa. A publicação é acompanhada de manifestação depreciativa aos apoiadores da candidatura do PT.

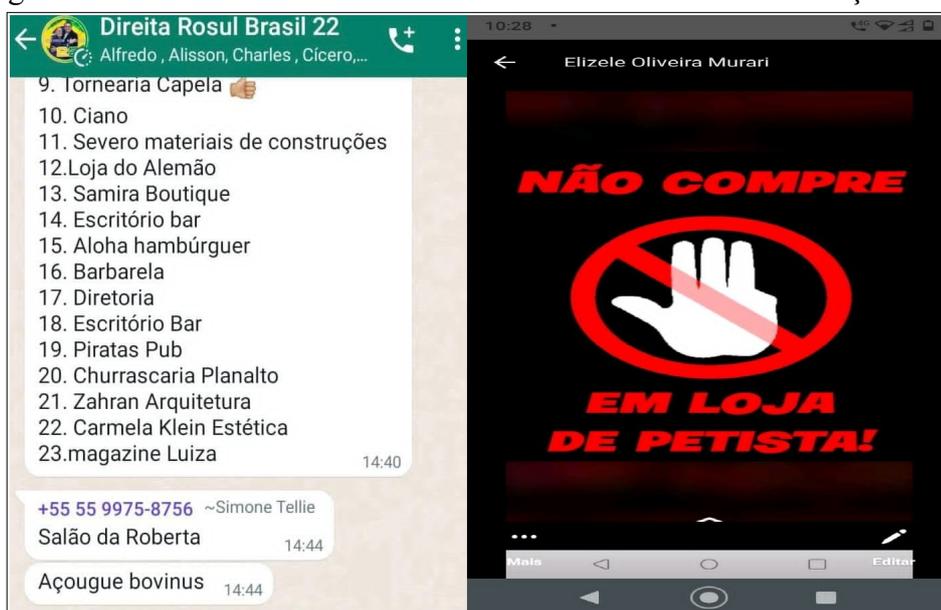
Figura 4 – Lista de boicote na cidade de Dom Pedrito e manifestação de ódio



Fonte: print recebido no período entre o primeiro e segundo turno.

Outra print é de lista da cidade de Rosário do Sul, também da região da campanha do Rio Grande do Sul e próxima da fronteira com o Uruguai, novamente composta por nomes de empresas conhecidas nacionalmente, como a Magazine Luíza, e que é seguida de mensagens para a inclusão de novos estabelecimentos. Segue ainda, mensagem sugerindo a identificação com cartaz de lojas petistas com a imagem da mão do Presidente Lula com apenas quatro dedos, expressão capacitista muito disseminada nas redes sociais.

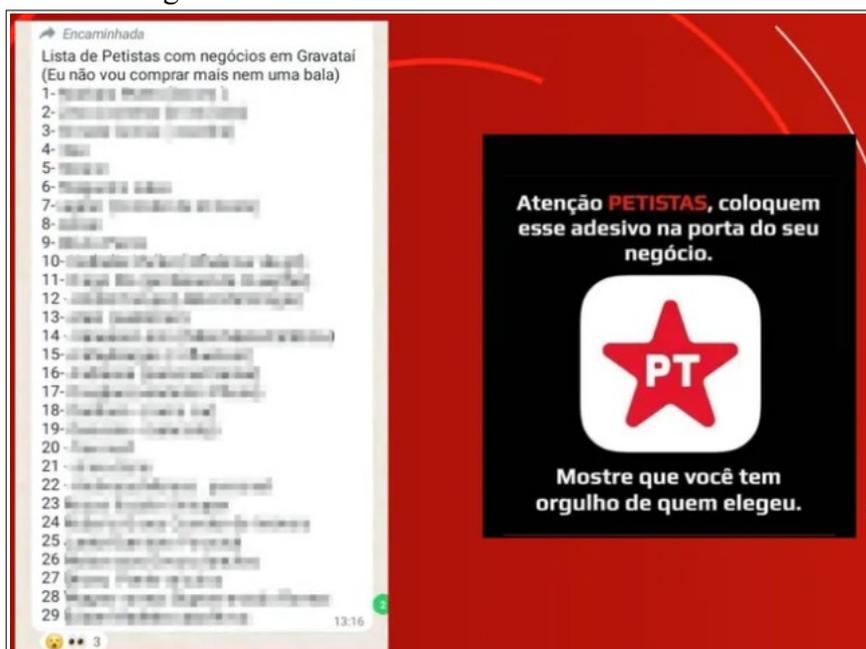
Figura 5 – Lista de boicote na cidade de Rosário do Sul e manifestação de ódio



Fonte: print recebido no período entre o primeiro e segundo turno.

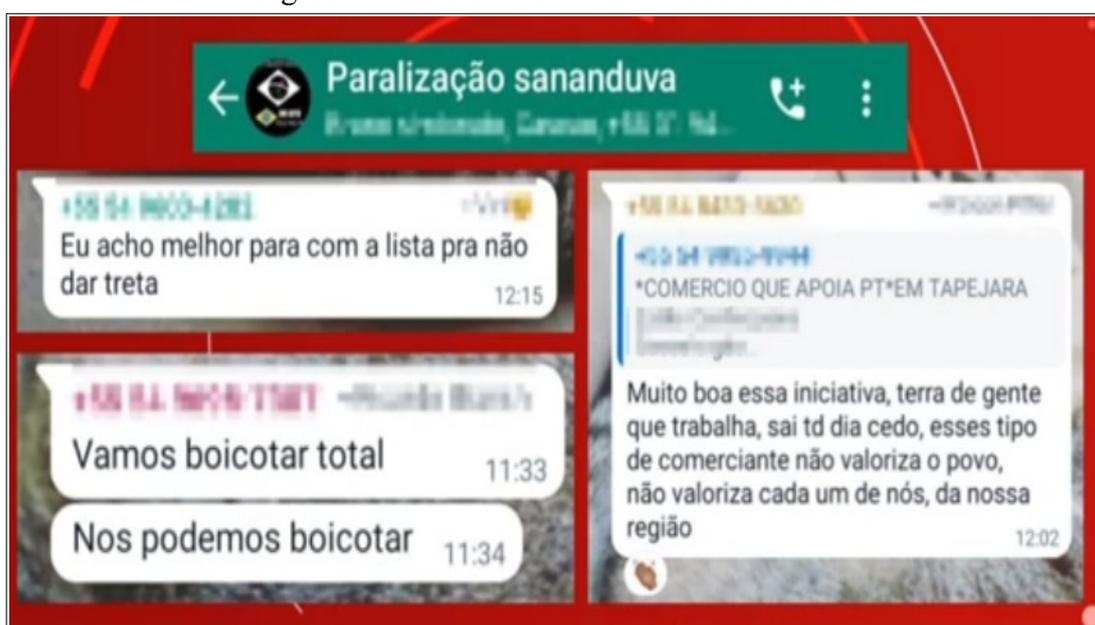
O mesmo padrão foi encontrado em listas de boicote que circulou nas cidades de Gravataí, na Região Metropolitana de Porto Alegre, Estrela na Região Central, Sananduva, na região norte do Estado, além de uma ameaça direta a profissional liberal em Porto Alegre.

Figura 6 – Lista de boicote na cidade de Gravataí



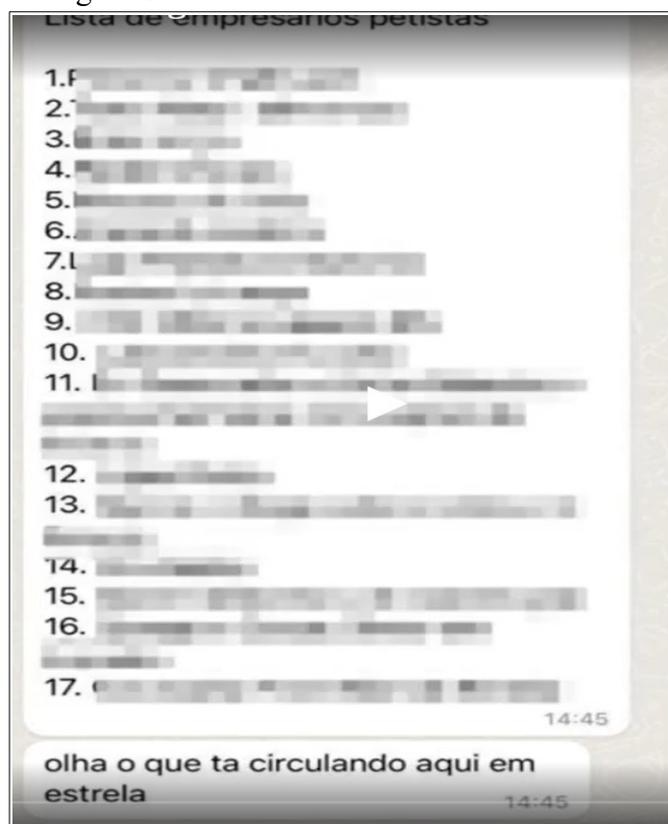
Fonte: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/11/05/listas-de-boicote-a-petistas-no-rs-podem-configurar-dano-moral-e-concorrencia-desleal-diz-advogado.ghtml>

Figura 7 – Lista de boicote na cidade de Sananduva



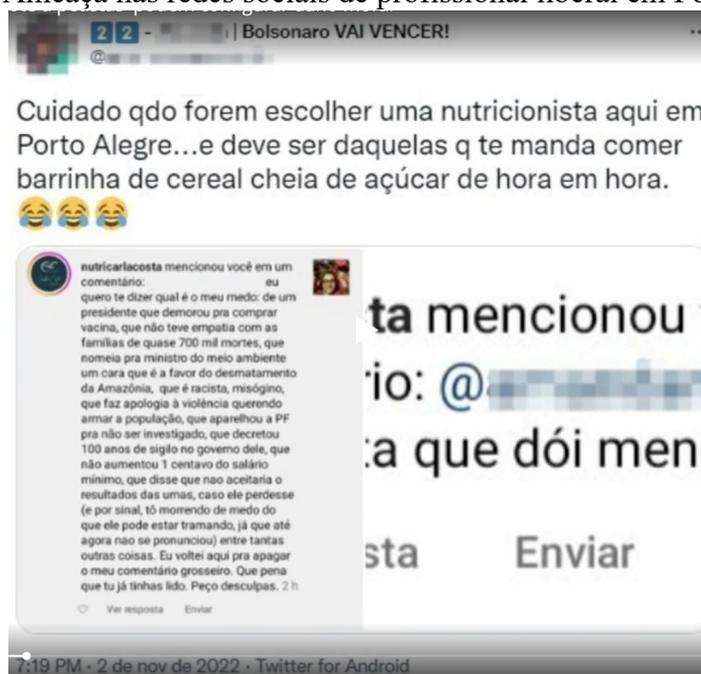
Fonte: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/11/05/listas-de-boicote-a-petistas-no-rs-podem-configurar-dano-moral-e-concorrencia-desleal-diz-advogado.ghtml>

Figura 8 – Lista de boicote na cidade de Estrela



Fonte: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/11/05/listas-de-boicote-a-petistas-no-rs-podem-configurar-dano-moral-e-concorrenca-desleal-diz-advogado.ghtml>

Figura 9 – Ameaça nas redes sociais de profissional liberal em Porto Alegre



Fonte: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/11/05/listas-de-boicote-a-petistas-no-rs-podem-configurar-dano-moral-e-concorrenca-desleal-diz-advogado.ghtml>

Por fim, face ao foco deste estudo, os casos tornados públicos relativos a cinco municípios da Serra Gaúcha: Caxias do Sul, Flores da Cunha, Gramado e Canela. Durante a pesquisa foi contatado o jornalista Bruno Tomé, que produziu a matéria em conjunto com a jornalista Letícia Krelling, para melhor compreensão dos relatos. A matéria divulgada no site do Jornal no dia 04 de novembro de 2022<sup>81</sup> foi publicada na edição impressa conjunta dos dias 05 e 06 de novembro. A lista de estabelecimentos vítimas do boicote não foi divulgada, contudo o jornalista forneceu a relação em conversa pelo WhatsApp para esta pesquisa.

A lista contém quase 50 estabelecimentos e segue o padrão nacional com a inclusão de grandes empresas. Destacamos o Banco Itaú, Magalu, Renner, Posto Ipiranga e Natura. Por respeito ao sigilo da fonte e segurança dos envolvidos, não divulgaremos nomes de estabelecimentos da região que constavam na lista de boicote. Constam na relação estabelecimentos de variados porte como padarias e confeitarias, hamburguerias, pizzarias e também profissionais liberais. Chama a atenção a inclusão de um Shopping e uma marca nacional de chocolates vinculado a um dos filhos de Jair Bolsonaro. O conteúdo da lista demonstra que a estratégia é a disseminação de um conteúdo agressivo como forma de manter mobilizados os apoiadores a partir da construção de um discurso de ódio que provoca reações sem conexão com a realidade.

Os relatos demonstram ainda um comportamento violento através de ameaças individuais, ou seja, a inclusão do nome do estabelecimento na lista de boicote provocou comportamentos que não se limitaram a negação do consumo de produtos ou serviços dos estabelecimentos, ultrapassando o espaço virtual e se convertendo em ameaças diretas. Um comerciante da cidade de Flores da Cunha relatou: “O homem falou para mim: ‘se precisar vou aí te surrar’”. Outra comerciante de Caxias do Sul recebeu mensagem ameaçadoras indicando que “tu e a tua família nem deveriam existir”, ressaltando que “não foi só puxar um boicote, foi uma agressão a mim e minha família”. Procurados para comentar sobre o caso as entidades empresariais de Caxias do Sul e da Região das Hortênsias responderam que “não sabiam da lista” e que não “estava a par”.

Conforme os resultados da eleição de 2022, na tabela 11, no primeiro turno Jair Bolsonaro recebeu 59,89% dos votos nas cinco cidades referenciadas, enquanto Lula atingiu 29,96% e o(a)s outro(a)s candidato(a)s, somados, 10,15%. No segundo turno, conforme a

---

81 <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/politica/noticia/2022/11/listas-de-boicote-atingem-moradores-e-estabelecimentos-de-pelo-menos-cinco-cidades-da-serra-cla320czn003m014u2obi2djd.html>

tabela 12, Bolsonaro atingiu 68,40%, enquanto Lula recebeu 31,60% dos votos válidos. Percebe-se que o crescimento de Bolsonaro foi significativo, recebendo quase 90% dos votos dos demais candidatos. As variáveis que interferem no resultado eleitoral são muitas e não é possível mensurar o impacto das listas de boicote na decisão do voto, contudo, a estratégia foi eficaz para manter a mobilização da base de apoio a candidatura à reeleição de Jair Bolsonaro. Veremos nas seções seguintes que a ameaça e até o uso de violência física foi utilizada por seus apoiadores como forma de intimidação e coação para influenciar o voto, especialmente na tentativa de reversão do resultado no segundo turno.

Tabela 11 – Resultado nos 5 municípios no 1º Turno – Eleições 2022

Município	Eleitorado	BOLSONARO	%	LULA	%	Outros	%
CANELA	25.194	14.708	58,38%	8.140	32,31%	2.346	9,31%
CAXIAS DO SUL	269.592	155.130	57,54%	85.696	31,79%	28.766	10,67%
FLORES DA CUNHA	20.171	15.104	74,88%	3.378	16,75%	1.689	8,37%
GRAMADO	25.341	17.266	68,13%	6.015	23,74%	2.060	8,13%
NOVA PRATA	15.405	10.810	70,17%	3.338	21,67%	1.257	8,16%
	<b>355.703</b>	<b>213.018</b>	<b>59,89%</b>	<b>106.567</b>	<b>29,96%</b>	<b>36.118</b>	<b>10,15%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Tabela 12 – Resultado nos 5 municípios no 1º Turno – Eleições 2022

Município	Eleitorado	BOLSONARO	%	LULA	%
CANELA	25.417	16.937	66,64%	8.480	33,36%
CAXIAS DO SUL	271.854	180.592	66,43%	91.262	33,57%
FLORES DA CUNHA	20.601	16.910	82,08%	3.691	17,92%
GRAMADO	25.604	19.160	74,83%	6.444	25,17%
NOVA PRATA	15.529	11.957	77,00%	3.572	23,00%
	359.005	245.556	68,40%	113.449	31,60%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

### 3.2. AS AGRESSÕES A MILITANTES POLÍTICOS

Conforme apresentado na seção anterior, a disseminação de listas de boicote a estabelecimentos comerciais e profissionais liberais ultrapassou o limite do espaço virtual dos grupos de WhatsApp e Telegram para desaguar em ameaças individuais e a familiares de supostos apoiadores da candidatura Lula. A violência sempre esteve presente nos processos eleitorais, com brigas e até assassinatos envolvendo apoiadores de candidaturas,

especialmente em pequenas cidades onde a disputa assume um caráter direto, quase no corpo a corpo com os eleitores e apoiadores. Contudo, nos últimos anos a dimensão da violência política assume um caráter de disputa nacional. Episódios como o assassinato do Mestre de Capoeira Moa do Katendê, logo após o primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, cujo inquérito concluiu que a motivação do crime, executado com 12 facadas, foi político<sup>82</sup>, não foi isolado. Em julho de 2022 o assassinato do Tesoureiro do PT na cidade de Foz do Iguaçu mantém o padrão de violência política<sup>83</sup> do último período<sup>84</sup>.

Para o escopo deste estudo, buscamos os elementos relativos ao crime de agressão sofrida por uma militante política numa cidade próxima da RF3, que demonstra o grau de animosidade estimulado pelo discurso de ódio, que podem incentivar comportamentos violentos, como no caso estudado, de forma consumada. Procuramos a vítima que se dispôs a conceder uma entrevista e forneceu dados do seu processo que, por tramitar na esfera criminal, possui sigilo. No quadro 3, a síntese da entrevista.

Quadro 3 – Entrevista com militante política vítima de agressão nas eleições de 2022

Questões	Respostas
Como você se identifica?	Sou mulher, heterossexual, na faixa etária entre 50 e 60 anos, classe média baixa, servidora pública estadual aposentada e atualmente exercendo atividade como profissional liberal
Qual sua trajetória política?	Sou filha de militantes presos pela ditadura militar em 1964 e neta de preso pela ditadura do Estado Novo em 1937. Desde os seis anos auxiliava minha mãe e companheiros na luta contra a ditadura. Fui dirigente estudantil, DAS, DCE e dirigente sindical, tanto em nível municipal quanto nacional.
Qual seu histórico de atuação partidária?	Após a redemocratização, fui dirigente do PCB junto com outros militantes históricos. Em 2006 filiei-me ao PT por 8 anos e fiz campanha e atuei como assessora eleitoral do partido. Saí do partido após os episódios de corrupção.
Você atua em outras frentes?	Sigo militante dos direitos humanos, atuo no sistema carcerário e continuo alinhada com a esquerda.

82 <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/10/17/investigacao-policial-conclui-que-morte-de-moa-do-katende-foi-motivada-por-briga-politica-inquerito-foi-enviado-ao-mp.ghtml>

83 No código penal Brasileiro não existe um tipo penal qualificado como “crime político”, ou seja, um assassinato é qualificado como “matar alguém” e se busca as motivações que levaram a consumação ou tentativa do ato.

84 <https://www.dw.com/pt-br/dirigente-petista-%C3%A9-assassinado-por-bolsonarista-em-foz-do-igu%C3%A7u/a-62425985>

	<p>Mantenho amizade com figuras históricas ligadas ao PT, especialmente com o ex-governador Olívio Dutra. Minhas deputadas são do PSOL.</p>
<p>Você já havia passado por outros episódios violentos em eleições?</p>	<p>Sempre. Sofri ameaças de morte, minha casa foi atacada, aqui é muito comum. Foguetearam a casa, quebraram telhas, meu filho teve proteção. Aqui é absurda a violência contra quem não vota na Direita, com quem o PT se coliga, em especial PP. Corrupção é o modus operandi.</p>
<p>Quando iniciaram os ataques nas eleições de 2022 e quais foram as formas de violência?</p>	<p>Quando officiei ao Ministério Público sobre as listas e designação de estrelas em estabelecimento e quando fiz a live com o Dr. XXX, que nem conhecia antes. Fui incluída em listas de profissionais a serem expurgados. Fui instada a colocar estrela na porta de meu escritório. Sofri violência física, moral e psicológica.</p>
<p>Houve alguma ocorrência antes da agressão física?</p>	<p>Um bolsonarista fanático, depois de uma live que fiz com o Dr. XXX, quebrou o interfone de meu escritório. Registrei ocorrência policial que arquivou, sem apurar nada. Com o apoio de deputadas, em reunião como Chefe de Polícia do Estado foi determinada a realização de investigação no dia 21.11.2022. No dia 23.11.2022 o sujeito veio ao meu escritório, não o reconheci, mas ele se identificou e ficou gravando toda a inserção, esperando que eu reagisse, pois exigia falar comigo.</p>
<p>Você pode descrever as agressões?</p>	<p>Após recusar qualquer diálogo com o agressor, saí para a rua pois achei que seria morta. Fui atacada com socos, empurrões e um ponta pé no meio da rua. Além das agressões fui chamada de puta, vagabunda, petista de merda, que, segundo ele, iriam eliminar, começando por mim.</p>
<p>Como foi a investigação?</p>	<p>Antes da minha chegada na delegacia de polícia para o registro da ocorrência o agressor já estava lá, ironizando a agressão. O delegado me atendeu desde o escritório mas pouco ou nada foi feito. Mesmo com o vácuo na minha câmara de vigilância, o Juiz solicitou imagens de câmeras da vizinhança, inclusive de uma empresa que obrigou os funcionários a votarem no PL e demitiu quem supôs não terem votado depois de ter divulgado uma carta aberta aos funcionários.</p>
<p>Qual o resultado da investigação?</p>	<p>Na investigação foi apurado que o agressor foi o responsável pela destruição do meu interfone. No processo criminal fez uma transação penal em função da tipificação do crime em lesão leve. Atualmente responde processo por dano e injúria.</p>
<p>E as agressões na internet?</p>	<p>Na internet fui linchada por amor ao “agressor”, pelas evangélicas e católicas, Deus, Pátria e família.</p>

	<p>Quando vieram a público as imagens da agressão, as fanáticas e fanáticos apagaram todas as ofensas, desde puta, até petista vagabunda, entre outras.</p> <p>Além disto a Presidente da Câmara de Vereadores, “xxx”, participante de bloqueios de estrada e outros asseveram horrores a meu respeito, publicamente.</p>
É possível identificar o perfil dos agressores na internet?	Várias pessoas de extrema direita, vândalos de 08/01/2023, elitistas, os ricos de xxx.
Qual a sua rotina após as agressões?	<p>Mantenho até hoje, cinco roteiros distintos para ir e voltar de casa, pois resido no interior, tenho acompanhamento do PPDDH e de muitos colegas e políticos.</p> <p>Na semana da agressão tive escolta da Brigada, tal a violência. Tentaram impedir as pessoas de consultarem meu escritório, inviabilizar meu trabalho.</p> <p>Seguem perseguindo, o que é muito comum aqui, o epicentro do fascismo no Estado.</p>
Você identifica a presença de um discurso de ódio que impactou nas agressões concretizadas?	<p>Com certeza absoluta.</p> <p>O discurso dos fanáticos aqui é o mais raiz da extrema direita. Odeiam o PT, odeiam o Lula, se acham a Tereza Cristina, Ministra, com 12 hectares de terra.</p> <p>Se denominam do agro, da família tradicional, contra o comunismo. Defendem tortura e morte.</p> <p>Odeiam a cultura, homossexuais, são absurdamente atrasados, odeiam quem pensa.</p>
Na sua visão, porque acha que estes discursos de ódio e agressões acontecem? Tem algo que propicia isso na cultura política aqui na região?	<p>Região de colonização italiana, polonesa, branca, de machos que não respeitam as famílias e mulheres que não se respeitam, de indigência intelectual, que tem poucas indústrias, que tem camionete como status, mesmo que financiada, na senda da exterminação de pobres.</p> <p>Odeiam os pobres.</p>

A vítima buscou auxílio no Programa de Proteção e reforço em sua segurança. Foi disponibilizado acesso a todo os relatórios de atendimento e dos boletins de ocorrência. Os documentos indicam dificuldades das autoridades policiais e do Ministério Público e Poder Judiciário na investigação, apesar dos elementos indicando as agressões. Da mesma forma, indica que a entidade profissional que está vinculada em função de sua atividade laboral não prestou nenhum apoio apenas pedindo acesso aos autos. A vítima relata que sofreu ameaça de conselheiro do órgão de classe e que, posteriormente, foi aberto processo ético disciplinar contra ela. No mesmo sentido, pela cultura política da cidade e região, com padrão

conservador, não constrói política pública nem rede de proteção à mulheres, em que pese tenha vereadora exercendo mandato e outras ocupando cargos públicos de relevância.

Com sua autorização, foi disponibilizado o acesso ao processo criminal, para aprofundamento da pesquisa. Como se trata de processo penal, as informações são protegidas por sigilo e os elementos apresentados neste estudo não identificará dados que possam desrespeitar a privacidade das partes. O objetivo do aprofundamento da análise do caso, a partir das informações do processo judicial, é compreender o contexto da cultura política que incentiva ou apoia o comportamento violento. Para isto é necessário resgatar um histórico dos eventos que culminaram com o episódio de agressão.

As mensagens coletadas a partir da apreensão do celular do denunciado, visualizada no processo judicial, indicam que a disseminação de mensagens e vídeos com conteúdo de ódio era prática constante. Conforme a figura 10 mensagens antes do primeiro turno e durante a campanha eleitoral para o segundo turno indicavam a circulação de mensagens com conteúdo de ódio. A primeira indicava que “Petistas são galinhas” e outra apresentava um vídeo “Urgente Satanista Revela Tudo. Bolsonaro Guerra de Principados”, com links para vídeos no YouTube.

Figura 10 – Mensagens de ódio compartilhadas em mensagens no WhatsApp



Fonte: Inquérito policial

Da mesma forma, como demonstrado na seção anterior, o desenrolar das ameaças está diretamente relacionado à divulgação de listas de boicotes a apoiadores de Lula ou vinculados a sua campanha eleitoral ou a movimentos sociais. A figura 11 com imagem sugerindo que os “petistas” coloquem um adesivo com a estrela no seus estabelecimento não é novidade<sup>85</sup> pois ela circulou em outras listas de boicote, como a citada na seção anterior que circulou na cidade de Gravataí, Região Metropolitana de Porto Alegre. A figura 11 possui uma segunda mensagens que também associa ao boicote aos serviços de quem não “pensa como você”.

Figura 11 – Mensagens que circularam nos grupos de WhatsApp

**Nazistas intimidam eleitores de Lula em [REDACTED] (RS)**

13/11/2022(<https://bemblogado.com.br/site/2022/11/13/>)



Fonte: Inquérito policial

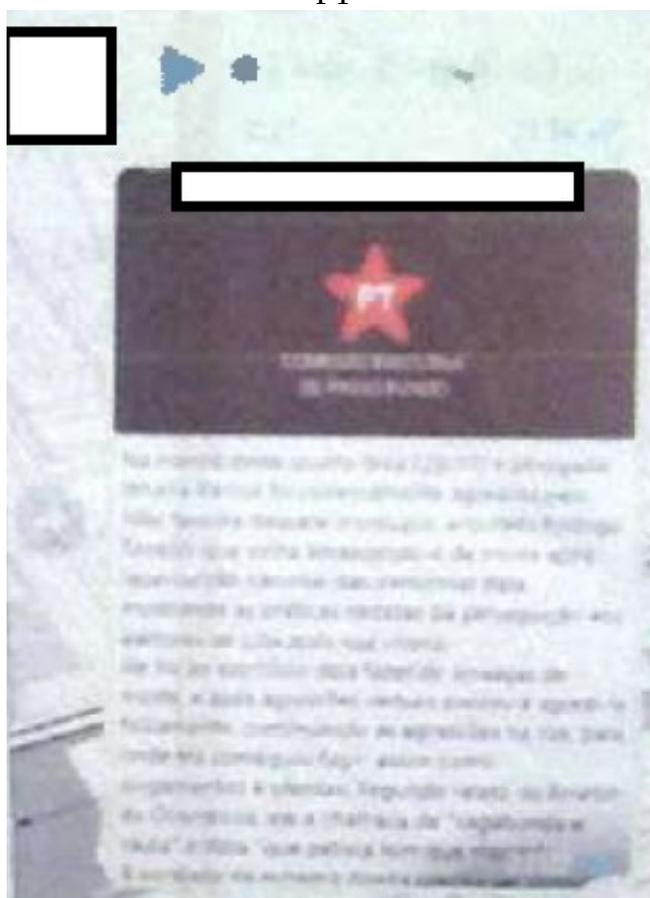
Contudo, anterior a divulgação das mensagens em grupos de WhatsApp, o agressor já havia sido denunciado por outras duas pessoas por ameaças. A primeira, sem qualquer vinculação política foi coagida a participar das atividades que a uma entidade empresarial convocou para o dia nacional de greve para contestar o resultado das eleições na primeira semana de novembro. Ao se negar a participar foi chamada de esquerdista. A vítima relata no Boletim de Ocorrência que viu o denunciado “passar por outros comércios que estavam

<sup>85</sup> Impressiona a similaridade da atitude de “marcar” os estabelecimentos petistas com a chamada “noite dos cristais” na Alemanha nazista, onda antisemita desencadeada nos dias 09 e 10 de novembro de 1938, quando estabelecimentos vinculados aos judeus foram destruídos e obrigaram os comerciantes a colocar a estrela de Davi em suas instalações e no seu vestuário.

abertos no dia” para pressionar para participarem da “greve”, além de reafirmar a existência das listas de boicote. O segundo boletim de ocorrência foi registrado por um militante que possuía bandeira em sua residência foi ameaçado e ofendido pelo mesmo denunciado com os termos “vagabundo”, “caco”, “sem vergonha”, “ladrão”, “tu é que nem o Lula”, entre outros. As ofensas ocorreram em duas datas: 05 e 07 de novembro de 2022.

Outra ocorrência policial comprovou que o denunciado compareceu no endereço da vítima durante a noite e quebrou o interfone. Os boletins de ocorrência demonstram que a agressão a militante não foi fato isolado, havia um ódio permanente contra os adversários do denunciante ou supostos apoiadores e mais especificamente contra a vítima. A figura 12 foi extraída dos autos do processo criminal e consta a estrela do PT e o nome da vítima em mensagem compartilhada em grupos de WhatsApp, demonstrando a perseguição prévia à agressão e de forma recorrente.

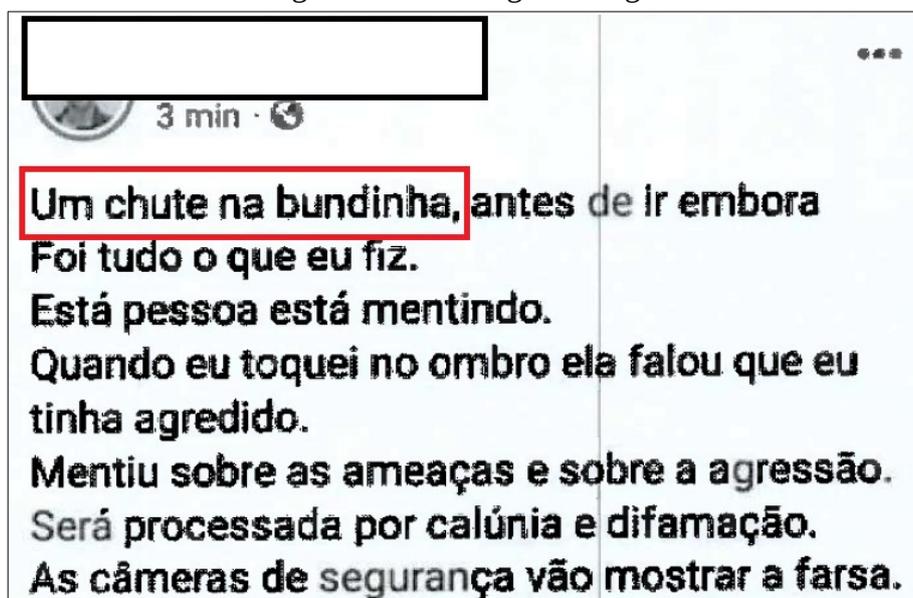
Figura 12 – Mensagem em grupos de WhatsApp com o nome da vítima associada a estrela do PT



Fonte: Inquérito policial

Feito este registro prévio do *animus* do denunciado, o relatório do inquérito policial comprova as agressões contra a vítima, inicialmente negado, mas confirmado posteriormente a partir de um vídeos das câmeras de vídeo da rua. Além disto, outro vídeo gravado pelo próprio autor que o manteve armazenado em seu celular, ilustrou toda a dinâmica dos fatos inclusive a confirmação das ofensas à vítima que foi chamada de “vagabunda”. Imediatamente após as agressões o denunciado utilizou novamente as redes sociais para acusar a vítima de estar mentindo, contudo em uma mensagem aos amigos informa que “Um chute na bundinha, antes de ir embora foi tudo o que eu fiz”, conforme figura 13.

Figura 13 – Mensagem do agressor



Fonte: Inquérito policial

Em outro áudio enviado nas redes sociais relatando o ocorrido e transcrito no processo criminal, o autor das agressões se descreve como “uma pessoa de paz, uma pessoa cristã”.

Figura 14 – Mensagem do agressor

*Olá, estou fazendo uma nota de esclarecimento aos amigos. Que estão chocados, às pessoas me conhecem sabem que eu sou uma pessoa centrada, uma pessoa de paz, uma pessoa cristã. E estão chocadas com as notícias que têm circulado, mentiras que a senhora*

Fonte: Inquérito policial

Ao final do inquérito, o denunciado foi indiciado pelos crimes dos artigos 129 (lesão corporal); 140 (injúria) e 163 (dano) do código penal, contudo o Ministério Público somente propôs a ação penal pela agressão, pois os crimes de injúria e de dano são de iniciativa privativa da vítima em ação própria. Em função do crime ser considerado de menor potencial ofensivo foi realizada audiência em que o denunciado aceitou uma transação penal que determinou o pagamento do valor de 2 salários-mínimos, parcelados em 6 vezes, destinado a entidade assistência. Em relação aos crimes de injúria e dano ao patrimônio a vítima ingressou com outra ação através do protocolo de uma queixa-crime que ainda está tramitando.

O estudo deste caso ratifica comportamentos já indicados como associados a uma cultura política de determinada comunidade, a partir dos parâmetros do capítulo 1. Conforme a entrevista com a vítima a cidade mantém valores tradicionais, não dando importância a políticas de apoio as mulheres vítimas de violência, por exemplo. É possível identificar atitudes e comportamentos permanentes e recorrentes, articulados por apoiadores da campanha de Bolsonaro na cidade referida, vinculados a uma cultura política que mantém os parâmetros já apresentados na seção 1.3 relativos ao Rio Grande do Sul, com elementos de violência política, característicos do início do século XX, período em que os adversários políticos eram eliminados com o uso da força, reforçando condutas machistas e misóginas.

### 3.3. CASOS DE ASSÉDIO ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

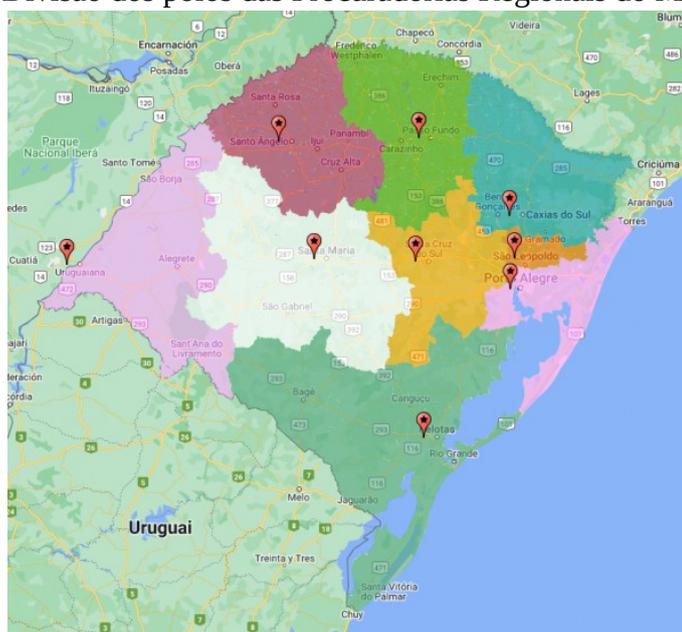
Retomamos a pesquisa sobre os casos de assédio eleitoral nas eleições de 2022, agora com foco nos dados disponíveis do Rio Grande do Sul, buscando analisá-los com maior profundidade. Para esta seção o procedimento metodológico seguirá analisando a evolução histórica e geográfica dos casos, contudo, avançamos no detalhamento para identificação de um perfil das denúncias, com informações sobre os denunciados e/ou inquiridos, bem como análise dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o MPT. Importante ressaltar novamente que não dispomos de dados de eleições anteriores para eventual comparação com os relativos as eleições de 2022.

A partir dos dados disponibilizados pela COORDIGUALDADE, foi realizada a consulta individual de todos os 327 casos relativos ao Rio Grande do Sul. Como método já utilizado anteriormente, excluímos 4 processos criados pelo MPT-RS, da classe PAJ e PA-

PROMO, pois o foco do estudo são as denúncias oriundas de fonte externa. Assim, foi produzido um novo relatório onde constam, além da sequência temporal, os dados públicos disponibilizados na página de consulta de procedimentos do MPT-RS<sup>86</sup>. Foram sistematizadas as informações sobre o denunciado e/ou inquirido e situação do processo. Quanto a identificação da cidade de origem da denúncia, procuramos o dado mais específico disponível para segregação, contudo, alguns processos não indicavam a localização, ficando vinculando à sede do polo regional. O arquivo com as informações ficará disponível para eventuais conferências ou futuras pesquisas sobre o tema.

Outro ajuste necessário foi a compatibilização entre a abrangência das procuradorias regionais do Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul e os municípios que definimos no escopo deste estudo como da Região Funcional de Planejamento – RF3. As procuradorias regionais do MPT-RS estão divididas em 9 polos, conforme o mapa 1 a seguir<sup>87</sup>, sendo que a Regional Caxias do Sul, é composta de 63 municípios, a grande maioria coincidente com a RF3. Assim, os dados relativos aos casos de assédio eleitoral nas cidades da Serra Gaúcha - RF3 foram ajustados para considerar os municípios abrangidos da RF3 relacionados no Anexo I.

Figura 15 – Divisão dos polos das Procuradorias Regionais do MPT no RS



Fonte: MPT-RS

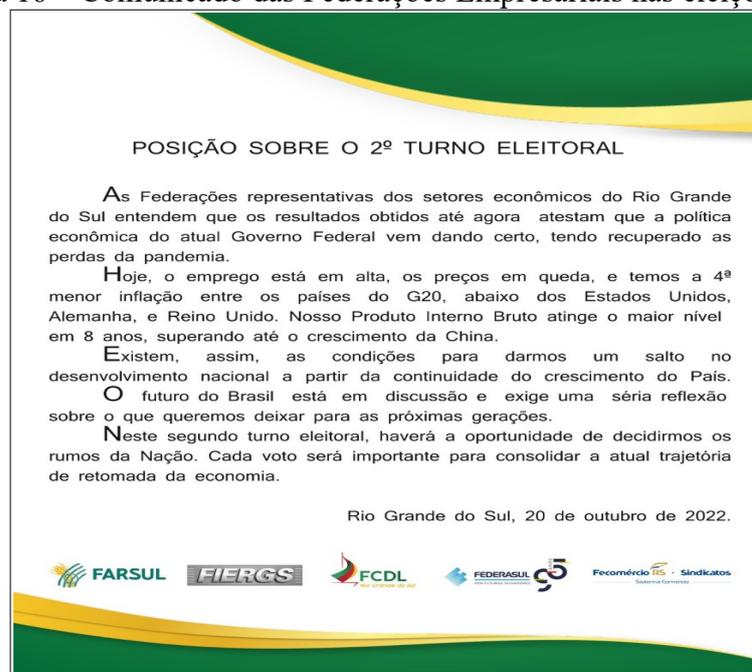
86 Ver: <https://www.prt4.mpt.mp.br/servicos/movimentacao-de-procedimentos>

87 <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/11/2014&jornal=1&pagina=64&totalArquivos=120>

### 3.3.1. A evolução das denúncias de assédio eleitoral na Serra Gaúcha - RF3

Antes da análise dos casos individuais merece destaque o posicionamento das grandes federações empresariais do Estado do Rio Grande do Sul, que de forma conjunta publicaram seu posicionamento sobre o 2º turno das eleições de 2022 em jornais de grande circulação e em suas redes sociais, compartilhado por vários de seus associados. O manifesto mesmo que não mencionasse o nome do candidato Jair Bolsonaro, ressalta que “o atual Governo Federal vem dando certo” e defende “continuidade do crescimento do País”. Faz um alerta para a reflexão sobre “o que queremos deixar para as próximas gerações”.

Figura 16 – Comunicado das Federações Empresariais nas eleições 2022



Fonte: <https://www.jornaldocomercio.com/politica/2022/11/871874-federacoes-gauchas-lancam-nota-em-defesa-da-liberdade-de-expressao.html> e [https://twitter.com/fecomercio\\_rs/status/1523662157308592129](https://twitter.com/fecomercio_rs/status/1523662157308592129)

O posicionamento público das federações empresariais pode ter estimulado ações isoladas de empresas e apoiadores que também fizeram publicações e anúncios de suas preocupações com os resultados da eleição no primeiro turno e eventuais reflexos na política da empresa em caso de vitória de Lula no segundo turno. Os casos que mais repercutiram foram da empresa Stara Implementos Agrícolas, da cidade de Não-Me-Toque, e da Mineradora Brazil Original Minerais Ltda, com sede em Soledade, cujos TACS formalizados serão analisados na seção 3.3.3.. Estes posicionamentos também podem ter gerado o estímulo

aos pequenos e médios empresários, espalhado pelo estado, para produzirem ações que influenciasse na decisão do voto no segundo turno das eleições de 2022, com o uso das listas de boicote a outros comerciantes ou profissionais liberais, apoiadores da candidatura Lula.

Passamos a análise dos dados. Tendo em vista o grande número de ocorrências, construiu-se o Anexo IV com a evolução histórica das denúncias registradas no Rio Grande do Sul. Diferente do Brasil, em que a primeira denúncia foi registrada em 1º de abril de 2022, no Rio Grande do Sul os dados apontam para a formalização de duas denúncias junto ao MPT-RS apenas em 08 de setembro de 2022, envolvendo uma empresa de Transportes da cidade de Bento Gonçalves. Contudo, com a proximidade das eleições os números aumentaram significativamente e o mês de outubro se alinha com o parâmetro nacional.

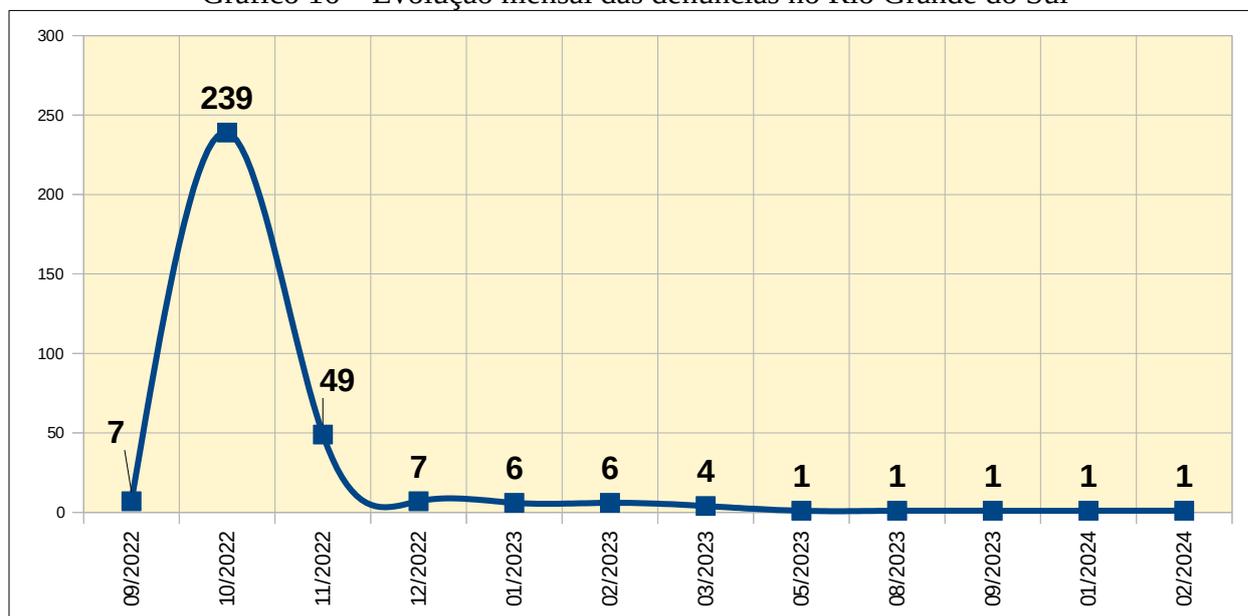
Enquanto no Brasil os casos registrados em outubro representaram 73,22%, no Rio Grande do Sul o percentual foi de 73,99%, conforme a tabela 13 e o gráfico 16. A partir de março de 2023 os registros diminuem significativamente, contudo, chama a atenção que ainda nos meses de janeiro e fevereiro de 2024 denúncias continuam sendo apresentadas, demonstrando que o processo de pressão política é permanente e que as campanhas de enfrentamento e/ou as punições não tem sido eficazes.

Tabela 13 – Evolução mensal das denúncias no Rio Grande do Sul

Mês da denúncia	Nº de denúncias	% do total
09/2022	7	2,17%
10/2022	239	73,99%
11/2022	49	15,17%
12/2022	7	2,17%
01/2023	6	1,86%
02/2023	6	1,86%
03/2023	4	1,24%
05/2023	1	0,31%
08/2023	1	0,31%
09/2023	1	0,31%
01/2024	1	0,31%
02/2024	1	0,31%
<b>TOTAL</b>	<b>323</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PMT-RS

Gráfico 16 – Evolução mensal das denúncias no Rio Grande do Sul



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PMT-RS

Além do início dos registros mais próximo das eleições, a redução dos casos também ocorreu mais rapidamente. Ainda que no novembro o percentual de 15,17% é levemente maior do que o do Brasil, em dezembro os 2,17% já indicam a queda, em que pese janeiro com 1,86% seja pouco maior do que os casos nacionais. Durante o ano de 2023 foram registrados apenas 13 denúncias, contudo, a prática indica sua permanência com o registro de 2 casos no início de 2024.

### 3.3.2. A distribuição regional das denúncias

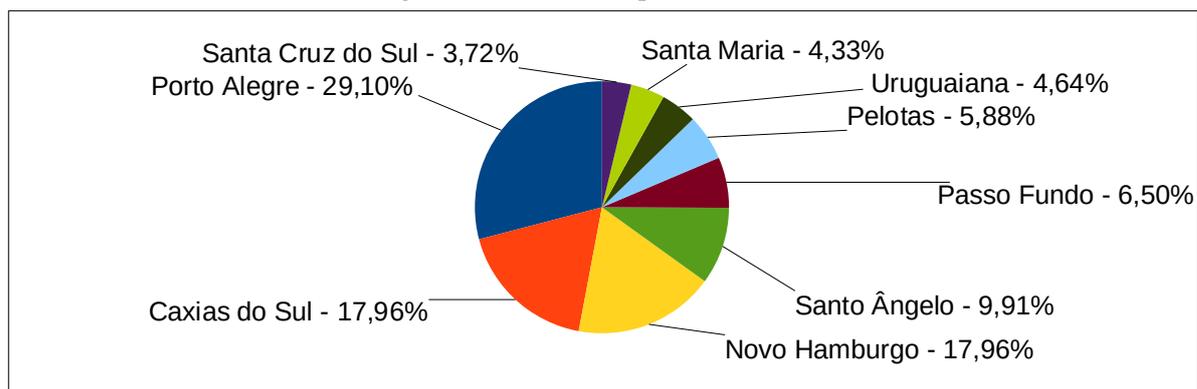
A partir da análise temporal, necessário sistematizar os dados regionalmente no Rio Grande do Sul, conforme apresentado na tabela 14 e gráfico 17. Como era esperado, a região de Porto Alegre concentra o maior número de casos (94) representando 29,10% do total, recebendo denúncias originadas de 14 municípios. Em segundo lugar estão as regiões de Caxias do Sul e Novo Hamburgo, com 58 casos e 17,96% do total. A regional de Caxias do Sul recebeu denúncias originadas de 16 municípios enquanto a de Novo Hamburgo 17. Estas regiões possuem mais habitantes, maior concentração de empresas e do PIB Estadual, ou seja, possuem maior probabilidade de haver conflitos entre patrões e trabalhadores no ambiente de trabalho. Contudo, preferimos não aprofundar os estudos com indicadores diversos para eventual comparação.

Tabela 14 – Distribuição das denúncias por Procuradorias do MPT no RS

Região – MPT-RS	Denúncias	%	Cidades	%
Porto Alegre	94	29,10%	14	15,05%
Caxias do Sul	58	17,96%	16	17,20%
Novo Hamburgo	58	17,96%	17	18,28%
Santo Ângelo	32	9,91%	11	11,83%
Passo Fundo	21	6,50%	10	10,75%
Pelotas	19	5,88%	7	7,53%
Uruguaiana	15	4,64%	3	3,23%
Santa Maria	14	4,33%	8	8,60%
Santa Cruz do Sul	12	3,72%	7	7,53%
<b>TOTAL</b>	<b>323</b>	<b>100%</b>	<b>93</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do MPT

Gráfico 17 - Distribuição das denúncias por Procuradorias do MPT no RS



Fonte: Elaboração própria a partir do MPT

Conforme apresentado no Anexo IV, foram registradas denúncias originadas de 93 cidades, representando 18,71% dos 497 municípios que compõe o Estado do Rio Grande do Sul, abrangendo uma população de 7.329.873 habitantes, correspondente a 67,35% do total. Novamente é importante destacar que a relação entre denúncias e população não se apresentou adequada para o presente estudo. Conforme o Anexo IV, os municípios relacionados possuem enorme diversidade regional e populacional que não permitem uma comparação eficiente entre eles. Encontramos poucos casos em alguns municípios com grande população, como Canoas registrou apenas 1 denúncia para uma população de 347.657 habitantes. No outro extremo temos Pinhal com 10 registros para uma população de 14.995<sup>88</sup>.

<sup>88</sup> Em função da desproporção dos casos registrados na cidade de Pinhal, buscamos informações e identificamos que as denúncias foram contra falas de vereadores com ameaças de demissões de trabalhadores. Foi ajuizada ação na Justiça do Trabalho em que se comprometeram com a retratação.

Como mencionado anteriormente, a formalização de uma denúncia de assédio eleitoral, assim como outras formas de assédio, pressupõe a existência de enormes riscos ao denunciante. No ambiente laboral o medo e a insegurança quanto ao futuro e eventual demissão são fatores que impactam significativamente na decisão de formalizar a denúncia. Conforme aprofundamos a análise dos casos no Rio Grande do Sul percebeu-se a grande diversidade nos perfis das empresas e dos denunciados e/ou inquiridos. Constam na relação grande, média e pequenas empresas, dos mais variados setores econômicos. Da mesma forma foram encontradas denúncias que envolviam órgãos públicos, sindicatos patronais, associações comerciais e até contra escolas. Os dados demonstram que a prática se tornou uma estratégia espontânea de apoiadores, estimulados pelo discurso de ódio, que tinham a intenção de influenciar a decisão do voto de seus trabalhadores.

Contudo, novamente chamo a atenção para a falsa simetria que possa surgir com qualquer comparação entre as denúncias envolvendo apoiadores de Bolsonaro e de Lula. Todos os processos foram analisados identificando o denunciado, cuja tabela encontra-se disponível para consulta. Das 324 ocorrências, consta apenas uma denúncia contra a CUT e outra contra o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Porto Alegre, que poderiam indicar alguma ação em favor da candidatura Lula, contudo, ambas foram arquivadas por falta de interesses tuteláveis. Portanto, apenas a simples identificação dos denunciados já indica que qualquer simetria entre as candidaturas é falsa. Ademais, os 38 processos que foram concedidos o acesso, todos indicaram ações para coação de trabalhadores e trabalhadoras a favor de Jair Bolsonaro.

### 3.3.3. Análise dos TACs formalizados no Rio Grande do Sul

A pesquisa nos casos do Rio Grande do Sul indicou a formalização de 19 TACs. A partir da consulta aos dados públicos foi possível a construção da Tabela 15 com o detalhamento dos compromissos assumidos e eventuais pagamentos relativo a dano moral coletivo ou individual. Para melhor compreensão se procurou manter o nome fantasia das empresas envolvidas, bem como a quantidade de denúncias recebidas. Além dos TACs oriundos de denúncias externas a pesquisa localizou dois processos abertos a partir da divulgação de matérias na imprensa que indicavam posicionamentos de empresas diante dos resultados das eleições presidenciais de 2022. Estas ações não constam na relação fornecida

pela COORDIGUALDADE, mas se trata de intervenção de ofício do MPT a partir da alta repercussão na imprensa.

O primeiro aconteceu na cidade de Soledade, onde a empresa Brazil Original Mineraiis Ltda, divulgou comunicado a fornecedores e prestadores de serviço com sua “avaliação do cenário eleitoral” manifestando “imensa tristeza” com o resultado e indicando a previsão de redução de produção e suspensão de investimento caso não fosse revertido no segundo turno. Pediu apoio a “todas as pessoas de bem” que defendem uma “pátria sem corrupção” a “propriedade privada” e “Deus e família”, temas associados a campanha de Jair Bolsonaro<sup>89</sup>. Aberto inquérito civil pelo MPT-RS, firmou TAC se comprometendo a divulgar comunicado em suas unidades “quanto ao direito de escolher livremente candidatos a cargos eletivos”. Não foi imposta nenhuma sanção pecuniária por dano moral coletivo.

O segundo, relativo a empresa Stara Implementos Agrícolas, da cidade de Não-Me-Toque, que também anunciou redução de investimentos em caso de vitória de Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 2022. A empresa não admitiu que a conduta feriu a legislação tendo o MPT-RS ingressado com uma Ação Civil Pública solicitando a condenação ao pagamento de R\$ 10 milhões a título de dano moral coletivo. Em 26 de abril de 2024, foi homologado acordo judicial em que a empresa não reconhece a prática como assédio eleitoral, contudo, aceitou pagar R\$ 1,5 milhão a título de indenização por danos morais coletivos e a realizar campanhas de esclarecimentos nas eleições de 2024 e gerais de 2026 ressaltando a livre escolha do voto de seus trabalhadores e trabalhadoras<sup>90</sup>.

A síntese dos casos que resultaram na formalização dos TACs, estão reunidos na Tabela 15, contudo, para aprofundar a análise dos casos foi peticionado nos processos solicitando acesso aos dados das denúncias e os pronunciamentos das empresas. A seguir apresentamos uma análise de casos a partir de uma amostra, priorizando um TACs por região ou que possua maior relevância para o presente estudo. Não foram formalizados TACs nas regiões de Santa Cruz do Sul e Uruguaiana.

### **Caso 1 – Região: Santo Ângelo – Cidade: Miraguaí - Empresa: Mais Frango Miraguaí**

Denúncia de campanha eleitoral para Jair Bolsonaro e um candidato da região, com a colocação de bandeiras do Brasil nos veículos da empresa e hasteamento na entrada do prédio.

89 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/10/quatro-empresas-do-rs-ja-fecharam-acordo-por-assedio-eleitoral.shtml>

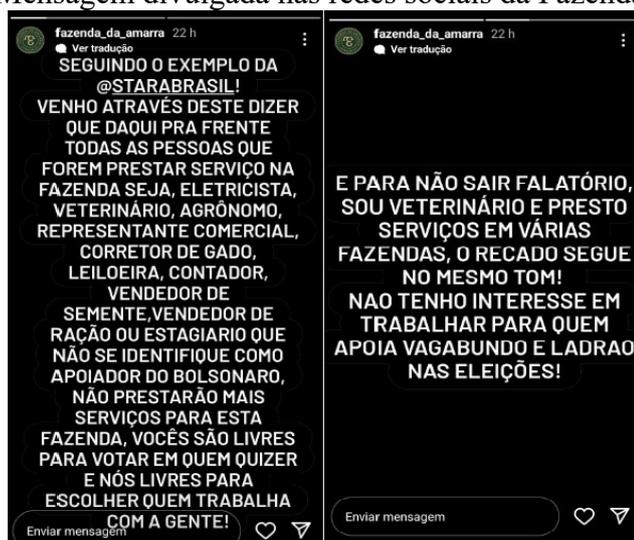
90 <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/555835>

Dono da empresa ameaça de demissão de 50% dos trabalhadores caso não votem em Bolsonaro. Utilização de vários caminhões com a logomarca da empresa em carreta realizada no dia 29.09.2022 em favor de Jair Bolsonaro, onde também participaram veículos de outras empresas, com a juntada de vídeo nos autos. Formalizado TAC estipulando o valor de R\$ 100.000,00, a título de danos morais coletivos, que foi destinado a campanhas de conscientização, distribuídos R\$ 12.000,00 para a Rádio Planeta de Miraguaí R\$ 88.000,00 para o Grupo RBS.

### **Caso 2 – Região: Pelotas – Cidade: Lavras do Sul – Empresa: Fazenda da Amarra**

Estimulado pelo exemplo da Stara Brasil, um dos proprietários da Fazenda da Amarra, que atua na criação de gado, publicou em suas redes sociais a mensagem, conforme figura 16.

Figura 17 – Mensagem divulgada nas redes sociais da Fazenda da Amarra



Fonte: MPT-RS – Processo IC nº 000182.2022.04.003/1

Solicitado a se manifestar, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lavras do Sul respondeu que “infelizmente estes fatos são comuns em nosso município, não só nas eleições para presidente mas também nas eleições municipais [...] é difícil alguém querer denunciar ou testemunhar tais fatos”. Na audiência de instrução o proprietário “esclareceu que sabe que se excedeu e foi infeliz com a postagem, pediu desculpas e concorda em se retratar”. A empresa possui apenas 2 funcionários e a mensagem não se referiu a eles. Ao final acordaram com a retratação nas redes sociais e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, através do pagamento de publicações no rádio local no valor de R\$ 1.000,00.

**Caso 3 – Região: Porto Alegre – Cidade: Sapucaia do Sul - Empresa: Posto Zoológico Ltda**

Denúncia de que os funcionários do posto eram obrigados a distribuir bandeirinhas do candidato Jair Bolsonaro aos clientes. Realizada vistoria pelo Procurador do Trabalho no local, constatou a distribuição das bandeiras, contudo, os trabalhadores negam que tenham sofrido ameaça ou constrangimento, apenas que os donos disponibilizaram as bandeiras para distribuição. Os proprietários informaram que um fornecedor tinha deixado as bandeiras mas não pediram ou pressionaram os trabalhadores a votar em Bolsonaro, mas confirmaram que tinham o propósito de incentivar o voto de clientes. Formalizado TAC sem indenização por dano moral coletivo.

**Caso 4 – Região: Passo Fundo – Cidade: Carazinho - Empresa: Oficina Mecânica Casirigui**

Denúncia de que os donos da empresa obrigou a todos os trabalhadores a ir ao trevo da bandeira na BR 258 para participar do movimento eleitoral do candidato Jair Bolsonaro, que ocorreu entre 31 de outubro até 04 de novembro, todas as tardes as 17h. Os trabalhadores receberam pressão para votar, participar do movimento e ameaça de demissão. Em contato com trabalhador demitido em dezembro de 2022 nega que tenha ocorrido pressão para votar e que o proprietário “apenas convidada seus empregados para participarem de atos em favor de certo candidato à Presidência. Por se darem no horário de expediente ele e todos os seus colegas aceitavam participar, pois preferiam **‘ficar sentados à sombra, tomando Coca’** a ter de trabalhar”. Formalizado TAC com o compromisso de se abster da conduta, sem, contudo, indenização por dano moral coletivo.

**Caso 5 – Região: Santa Maria – Cidade: Rosário do Sul - Entidade: Associação dos Arrozeiros de Rosário do Sul**

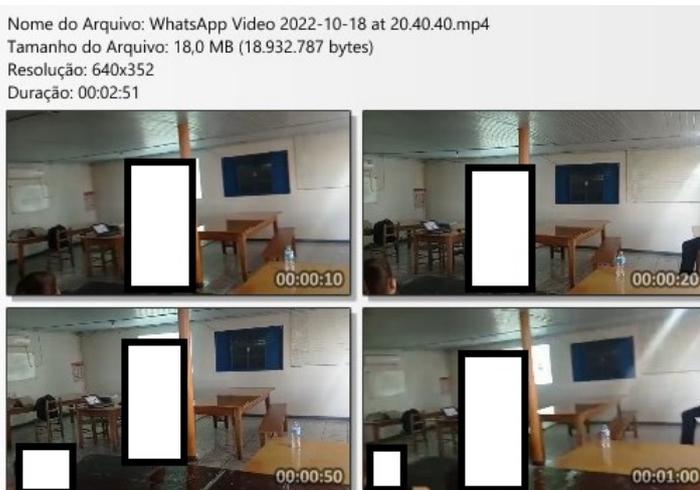
Divulgação de comunicado alertando que: “diante dos resultados apresentados pelas urnas nas eleições de **‘primeiro turno’** e a iminência do retorno de um governo que **‘já se pronuncia de forma a denegrir a imagem do produtor rural’**, temos o dever de **alertar** quanto aos impactos que poderão causar em nível de Brasil, assim refletindo diretamente em nosso município”. No primeiro turno Lula recebeu 52,44% dos votos enquanto Bolsonaro

atingiu 40,85%. No segundo turno Lula atingiu 53,10% e Bolsonaro 46,90%. Os termos do TAC determinam a divulgação de comunicado declarando o direito dos trabalhadores e trabalhadores vinculados aos arroseiros associados de escolher livremente seus candidatos, sem aplicação de multa por danos morais coletivos.

### **Caso 6 – Região: Santo Ângelo – Cidade: Santo Cristo - Empresa: Granja Gerhardt**

O empresário rural reuniu os trabalhadores e faz ameaça de demitir 30% dos empregados caso o Lula vença as eleições. Informa que sabe quem vota e em quem e insinua que acessa as redes sociais dos trabalhadores. A denúncia é acompanhada por imagens da referida reunião. Os termos do TAC determinam a divulgação de comunicado declarando o direito dos trabalhadores e trabalhadores de escolher livremente seus candidatos. As imagens da reunião foram juntadas nos autos, conforme figura 17, preservada a identidade do empregador.

Figura 18 – Imagens da reunião com os trabalhadores



Fonte: MPT-RS – Processo IC nº 000182.2022.04.003/1

### **Caso 7 – Região: Caxias do Sul – Cidade: Caxias do Sul - Empresa: Fábrica Nacional de Amortecedores Ltda**

A empresa, atendendo convocação para a greve nacional contra os resultados da eleição, no dia 07 de novembro de 2022 determinou aos empregados que se dirigissem para a frente do Quartel do Exército para apoiar as manifestações que pediam a intervenção militar. Tal situação caracteriza lockout. Formalizado TAC com a determinação de abstenção em promover qualquer discriminação, bem como ao pagamento de indenização por dano moral

coletivo, no valor de R\$ 15.000,00, destinado ao custeio de campanha de conscientização política, por meios de divulgação nas principais rádios de Caxias do Sul e região.

### **Caso 8 – Região: Pelotas – Cidade: Cerro Grande do Sul - Empresa: Padaria e Confeitaria Garcia**

A proprietária da padaria divulgou mensagem no seu Facebook, sugerindo que os empregadores devem verificar o que funcionários publicam em suas redes sociais e “ver quem vota contra o que paga o salário deles”, conforme a figura 18. Efetuada a formalização do TAC determinando a publicação de texto com a retratação no seu perfil no Facebook, bem como o pagamento de indenização pelo dano moral coletivo, através de publicação, via *story* e *feed*, no Instagram da Padaria de campanha contra o assédio eleitoral, elaborada pelo MPT, uma vez ao dia, até a eleição do segundo turno e ainda o custeio de uma publicação no Jornal Regional de Notícia, que deve permanecer no site de notícias até o dia da eleição. Não houve a aplicação de penalidade pecuniária por dano moral individual.

Figura 19 – Imagens da publicação no Facebook



Fonte: MPT-RS – Processo IC nº 000273.2022.04.004/1

### **Caso 9 – Região: Novo Hamburgo – Cidade: Araricá - Empresa: Luquelme Calçados Ltda**

Segundo a denúncia, a empresa “forneceu e obrigou os funcionários a vestirem camisetas do Brasil, tirando fotos na frente da empresa, fazendo gestos de ‘arminha’ ou sinal

de ‘vinte e dois’ com os dedos. Após, todos tiveram que trabalhar com a vestimenta”. Posteriormente ao registro da denúncia, o representante sindical compareceu na empresa, constatando os fatos relatados e recebendo como resposta do proprietário que “era bolsonarista e que na empresa dele era o mesmo que mandava”. Em audiência realizada no processo de investigação o proprietário confirmou a compra “mas que não obrigou ninguém a usar”<sup>91</sup>. Ao final, formalizado o TAC com a obrigação assumida de se abster em relação a ameaças, constrangimentos ou coação aos seus trabalhadores, bem como em demitir, manter ou admitir empregados de acordo com sua orientação política. Também comprometeu-se a pagar o valor de R\$ 5.000,00, destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Tabela 15 – Detalhamento dos TACs formalizados junto ao MPT-RS

Nº processo	Parte	Cidade	Região	Denúncias	Data(s)	TAC	Determinações
IC 000157.2022.04.003-3	Mais Frango Miraguaí <sup>92</sup>	Miraguaí	Santo Ângelo	01	29/09/22	14/10/22	- Abster-se de realizar condutas de assédio moral; - Divulgação de comunicado nos meios físicos e digitais (WhatsApp). - Pagamento de dano moral coletivo no valor de R\$ 100.000,00, destinado ao custeio de campanhas de conscientização política.
IC 00273.2022.04.004/1	Padaria e Confeitaria Garcia <sup>93 94</sup>	Cerro Grande do Sul	Pelotas	01	05/10/22	13/10/22	- Abster-se de realizar condutas de assédio moral; - Retratação pública nos meios físicos e digitais (Instagram). - Pagamento de dano moral coletivo através do custeio de publicações no Jornal Regional de Notícias.
IC 000272.2022.04.004/5	Fazenda da Amarra <sup>95</sup>	Lavras do Sul	Pelotas	1ª 2ª 3ª	05/10/22 10/10/22 03/03/23	13/10/22	- Abster-se de realizar condutas de assédio moral; - Retratação pública nos meios físicos e digitais (Instagram). - Pagamento de dano moral coletivo através do custeio de veiculação na Rádio Pepita FM, no valor de R\$ 1.000,00
IC 000283.2022.04.002/8	Associação dos Arrozeiros de Rosário do Sul <sup>96</sup>	Rosário do Sul	Santa Maria	1ª 2ª 3ª 4ª	07/10/22 07/10/22 17/01/23 17/01/24	12/05/23	- Exclusão de comunicado veiculado no Facebook; - Abster-se de realizar condutas de assédio moral; - Divulgação de comunicado no perfil do Facebook e em quadros de aviso da associação; Obs: TAC assinado em Porto Alegre

91 Em função da necessidade de preservação das informações pessoais do processo, não é possível inserir neste estudo as fotos, contudo, nas mesmas é possível ver todos os funcionários reunidos na entrada da empresa com vários fazendo o sinal de “V” com as duas mãos, vinculando ao número de Bolsonaro, bem como alguns fazendo o gesto de uma arma com a mão. Em uma segunda foto é possível verificar que todos os funcionários estão no sem ambiente de trabalho, vestidos com a camiseta fornecida pela empresa.

92 <https://gachazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2022/10/ministerio-publico-firma-acordo-de-r-100-mil-com-empresa-de-miragua-i-em-caso-de-assedio-eleitoral-cl9a0z64s001g013p0kvpwwr5.html>

93 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/10/quatro-empresas-do-rs-ja-fecharam-acordo-por-assedio-eleitoral.shtml>

94 <https://www.brasildefatores.com.br/2022/10/17/empresas-denunciadas-por-assedio-eleitoral-se-retram-apos-acordo-firmado-com-mpt-rs>

95 <https://gachazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2022/10/fazenda-de-lavras-do-sul-faz-retratacao-nas-redes-sociais-apos-caso-de-assedio-eleitoral-cl98qe70k007m018w6fg6snr6.html>

Nº processo	Parte	Cidade	Região	Denúncias	Datas	TAC	Determinações
PP 002638. 2022.04. 000-4	Clínica do Sono	Porto Alegre	Porto Alegre	01	19/10/22	27/10/22	- Abster-se de realizar condutas de assédio moral; - Divulgação de comunicado em meios físicos e digitais (WhatsApp).
IC 000182. 2022.04. 003/1	Granja Gerhardt Constinta Com. de Tintas. José Ademar Gerhard <sup>97</sup>	Santo Cristo	Santo Ângelo	1ª 2ª 3ª 4ª 5ª	19/10/22 19/10/22 19/10/22 20/10/22 27/10/22	26/10/22	- Abster-se de realizar condutas de assédio moral; - Divulgação de comunicado em meios físicos e digitais (WhatsApp). - Publicação nas redes sociais de José Ademar Gerhardt de vídeo pessoal com retratação.
IC 000312. 2022.04. 008/8	SKA Automação de Engenharia	São Leopoldo	Novo Hamburgo	1ª 2ª 3ª	19/10/22 26/10/22 06/02/23	11/07/23	- Abster-se de realizar condutas de assédio moral e demissões em função da posição política dos trabalhadores e trabalhadoras; - Divulgação do TAC para seus empregados.
IC 002677. 2022.04. 000-4	Posto Zoológico Ltda	Sapucaia do Sul	Porto Alegre	1	20/10/22	28/10/22	- Abster-se de realizar condutas de assédio moral e exigir prova do voto dos trabalhadores e trabalhadoras;
IC 002693. 2022.04. 000-6	Premium Negócios Imobiliários <sup>98</sup>	Capão da Canoa	Porto Alegre	1	21/12/22	25/10/22	- Abster-se de realizar condutas de assédio moral e exigir prova do voto dos trabalhadores e trabalhadoras; - Dar publicidade acerca das condutas de assédio eleitoral praticada pela empresa em reunião conduzida por seu gestor; - Dano moral coletivo para custear 8 inserções diárias na Rádio Horizonte de Capão da Canoa, entre os dias 26 e 29/10/2022.
IC 000319. 2022.04. 008/2	Stampa Artefatos de Couro Ltda	Presidente Lucena	Novo Hamburgo	1	21/10/22	12/09/23	- Abster-se de realizar condutas de assédio moral ou demissões em função da posição política dos trabalhadores e trabalhadoras; - Divulgação do TAC para seus empregados. - Dano moral individual no valor de R\$ 5.949,00, mediante doação para a APAE de Feliz.
IC 002733. 2022.04. 000-4	Associação Sargentos e Tenentes da BM	Porto Alegre	Porto Alegre	1	25/10/22	17/11/22	- Abster-se de realizar condutas de assédio moral e exigir prova do voto dos trabalhadores e trabalhadoras que lhe prestam serviços;
IC 000307. 2022.04. 004/0	Renan Fontoura ME	Dom Pedrito	Pelotas	1	26/10/22	28/10/22	- Publicação de retratação nas redes sociais com pedido de desculpas pelo comentário publicado no grupo de WhatsApp "BOTEÇO DO TARTA", no qual teria dado a entender que realizou reunião com seus funcionários para influenciar seus votos; - Dano moral coletivo através do custeio de nove inserções diárias nas Rádios 97,1 FM e Sulina AM.
IC 000340. 2022.04. 008/7	Caimi & Liaison Ind. e Com. de Couros	Novo Hamburgo	Novo Hamburgo	1ª 2ª	27/10/22 28/10/22	23/01/24	- Abster-se de realizar condutas de assédio moral ou demissões em função da posição política dos trabalhadores e trabalhadoras; - Divulgação do TAC para seus empregados.

96 <https://www.brasilefators.com.br/2022/10/17/empresas-denunciadas-por-assedio-eleitoral-se-retram-apos-acordo-firmado-com-mpt-rs>

97 <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2022/10/mpt-rs-obriga-empresario-de-santo-cristo-a-se-retratar-por-assedio-eleitoral-a-funcionarios-cl9rkl9vw00ez014u9f3lhx9u.html>

98 <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2022/10/imobiliaria-de-capao-da-canoa-firma-acordo-com-mpt-rs-apos-denuncia-de-assedio-eleitoral-cl9t1n57b00db0170d7tf0lzx.html>

Nº processo	Parte	Cidade	Região	Denúncias	Datas	TAC	Determinações
IC 000317. 2022.04. 002/0	Bahrilla Rest. e Bar Mita Pizza e Bar Matheus Forgiarini	São Gabriel	Santa Maria	1ª 2ª 3ª	31/10/22 01/11/22 08/11/22	20/06/23	- Abster-se de realizar condutas de assédio moral ou demissões em função da posição política dos trabalhadores e trabalhadoras.
IC 000370. 2022.04. 008/9	Luquelme Calçados	Araricá	Novo Hamburgo	1	01/11/22	26/01/23	- Abster-se de realizar condutas de assédio moral ou demissões em função da posição política dos trabalhadores e trabalhadoras; - Divulgação do TAC para seus empregados. - Dano moral coletivo no valor de R\$ 5.000,00 destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
IC 000554. 2022.04. 006/0	Fábrica Nacional de Motores	Caxias do Sul	Caxias do Sul	1	07/11/22	10/11/22	- Abster-se de realizar condutas de assédio moral ou demissões em função da posição política dos trabalhadores e trabalhadoras; - Divulgação do TAC para seus empregados. - Dano moral coletivo no valor de R\$ 15.000,00 destinado ao custeio de campanha de conscientização política nas principais emissoras de rádio do Município de Caxias do Sul e região.
IC 000429. 2022.04. 001/0	Oficina Mecânica Casirigui	Carazinho	Passo Fundo	1	11/11/22	27/04/23	- Abster-se de realizar condutas de assédio moral;
IC 000001. 2023.04. 001/0	Borilli Pneus Ltda	Tapejara	Passo Fundo	1	05/01/23	28/04/23	- Abster-se de realizar condutas de assédio moral;
PP 000313. 2022.04. 004-1	SIGILOSO	Cerro Grande do sul	Pelotas	1	26/10/22		PROCEDIMENTO SIGILOSO Informações não disponíveis

Fonte: Elaboração própria a partir do MPT-RS

A análise aprofundada dos casos de assédio eleitoral no Rio Grande do Sul demonstrou que a prática da pressão política permanece enraizada nos valores dos que detém o poder econômico, rememorando práticas do início do século XX, como o coronelismo<sup>99</sup>, que no Estado recebe o nome de caudilhismo em função da construção política histórica pelo poder militar e econômico dos estancieiros que determinavam, cristalizada através do voto de cabresto<sup>100</sup>, determinando em quem seus trabalhadores e trabalhadoras deveriam votar, como acontecia há mais de 100 anos.

99 <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/marta-sfredo/noticia/2022/10/assedio-eleitoral-nao-e-sintoma-de-polarizacao-e-retrocesso-ao-que-ha-de-pior-na-economia-cl9ir74mo0007013p253ar220.html>

100 <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2022/09/mpt-apura-assedio-eleitoral-de-ruralista-que-orientou-agricultores-a-demitirem-funcionarios-que-votarem-em-lula-cl7qd4er500670163wiow6exk.html>

Esta compreensão pode ser verificada, por exemplo, na presença na lista de estabelecimentos que formaram um TAC da Fazenda da Amarra<sup>101</sup>, localizada em Lavras do Sul, que foi objeto de três denúncias, duas entre o primeiro e segundo turno e a última já em março de 2023. Chama a atenção que o estabelecimento é localizado região Sul, denominada campanha do Estado, que mantém grande parte da estrutura econômica ainda do período da época da constituição do Estado, com a manutenção das estâncias para criação de gado, contudo, seu proprietário vive na metrópole, como os antigos proprietários e gerais da região, enquanto em sua fazenda permanecem apenas 2 funcionários cuidando do rebanho.

No mesmo sentido, verifica-se na lista empreendimentos de distintas categorias, como grandes indústrias, pequenos comércios, como padaria, confeitaria, prestadores de serviços, como imobiliária e oficina mecânica, empresa de automação, Associações civis, indústrias coureira calçadista, bar e pizzaria. Os dados permitem identificar a reativação de práticas de assédio eleitoral arcaicas, contudo, verifica-se que a potencialização das atitudes e comportamentos foi estimulado pelas entidades patronais Estaduais, a partir de publicação nos principais jornais do Estado e em suas redes sociais, depois seguida por representantes locais, como a Associação dos Arrozeiros de Rosário do Sul, e que pode ter incentivado seus associados e demais empregadores a coagirem e ameaçarem seus trabalhadores e trabalhadoras, formando uma grande rede de patrões assediadores espalhados por todo o Estado, com vistas a alterar a intenção do voto.

#### 3.3.4. Análise das denúncias de assédio eleitoral nos Município da Serra Gaúcha - RF3

Com os ajustes realizados a partir da pesquisa por cidade de origem das denúncias, foi possível mapear os casos relativos aos municípios que abrangem a RF3, conforme a tabela 16. Dos 49 municípios relacionados no Anexo I, 14 registraram casos relacionados ao assédio eleitoral. No total foram registradas 56 denúncias, representando 17,13% do total do Rio Grande do Sul. Os municípios possuem uma população equivalente a 9,55% do Estado. Caxias do Sul, com 21 denúncias formalizadas ocupou a 3ª posição no Estado. Em relação as medidas tomadas pelos Procuradores e Procuradoras do Trabalho, foram encaminhados aos denunciados 30 recomendações e formalizado apenas 01 TAC, já detalhado anteriormente.

---

101 <https://www.facebook.com/pages/Fazenda%20Da%20Amarra%20Lavras%20Do%20Sul/334629626920789/photos/>

Tabela 16 – Números de casos na RF3

	Cidade	Denúncias	% do Estado	População	% do Estado
1	Caxias do Sul	21	6,42%	463.501	4,26%
2	Bento Gonçalves	10	3,06%	123.151	1,13%
3	Gramado	5	1,53%	40.134	0,37%
4	Farroupilha	3	0,92%	70.286	0,65%
5	São Marcos	3	0,92%	21.084	0,19%
6	Vacaria	3	0,92%	64.197	0,59%
7	Veranópolis	3	0,92%	24.021	0,22%
8	Guaporé	2	0,61%	25.268	0,23%
9	Antônio Prado	1	0,31%	13.045	0,12%
10	Boa Vista do Sul	1	0,31%	2.779	0,03%
11	Carlos Barbosa	1	0,31%	30.420	0,28%
12	Flores da Cunha	1	0,31%	30.892	0,28%
13	Nova Prata	1	0,31%	25.692	0,24%
14	São Francisco de Paula	1	0,31%	21.893	0,20%
	<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>17,13%</b>	<b>956.363</b>	<b>8,79%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do MPT

Da mesma forma que na subseção anterior, realizamos uma análise mais aprofundada a partir da disponibilização dos dados dos processos não protegidos por sigilo. A amostra foi selecionada entre os casos que abrangem diferentes municípios e que contava com mais de uma denúncia. A hipótese que se pretende testar é se os casos de assédio moral na região da Serra Gaúcha – RF3 apresentam diferenças em relação ao restante do Estado que aponte para fatores singulares de sua cultura política.

### **Caso 1 – Cidade: Caxias do Sul - Empresa: Aço Peças Demore**

A denúncia indica que a empresa distribuiu camisetas aos funcionários, conforme a figura 19, e requer que compareçam em atos políticos em favor do candidato a presidente do seu proprietário. Importante destacar a manifestação prévia da Procuradora do Trabalho responsável pela análise do caso, na apreciação prévia da denúncia: “Se a liberdade do voto protegida, sequer podemos falar em existência de democracia. A liberdade de expressão, inclusive, não estaria preservada no caso de cidadãos constrangidos ao “voto de cabresto”,

característico do período histórico conhecido como coronelismo, página que se pretende considerar superada”. Em sua defesa a empresa afirmou que:

acredita fielmente ter havido um grande mal-entendido, eis que em momento algum promoveu, patrocinou, tampouco jamais obrigou seus funcionários à comparecerem a atos políticos, seja dentro, seja fora das dependências da empresa. **A única e inocente ação** da Notificada **foi ofertar aos seus funcionários camisetas nas cores verde e amarela, contendo uma pequena bandeira do Brasil em uma das mangas, e os seguintes dizeres estampados: “o Brasil que queremos só depende de nós”**. Ressalta-se que justamente para **não haver conotação político partidária**, a camiseta foi feita nos tons da bandeira nacional, tendo assim um viés patriota, **inclusive para uso durante os jogos da seleção Brasileira na Copa do Mundo** que se aproxima.

A empresa cumpriu as determinações com a colocação de cópia da recomendação nos murais da empresa e através do envio de mensagens para os e-mails dos trabalhadores e trabalhadoras.

Figura 20 – Camiseta distribuída aos trabalhadores da empresa Aço Peças Demore Ltda



Fonte: MPT-RS – Processo NF nº 000402.2022.04.006/2

### **Caso 2 – Cidade: Caxias do Sul - Empresa: Móveis Doripel Ltda**

A denúncia informa que “houve uma reunião com os funcionários, na sexta-feira, pedindo que as pessoas levem celular escondido para fotografar o voto e provar na segunda que votaram no inominável (Bolsonaro), caso contrário, demissão”. As diligências realizadas, não conseguiram identificar a pessoa que efetuou a denúncia, bem como, após a oitiva com 4 ex-empregados da empresa, nenhum atribuiu a dispensa a motivos políticos, apenas um “afirmou ter ouvido rumores de que teriam ocorrido pressões por parte dos proprietários e

gerentes da empresa, mas que desconhecia a ocorrência de dispensas por motivos políticos na empresa. O processo foi arquivado por falta de comprovação da denúncia.

### **Caso 3 – Cidade: Bento Gonçalves - Empresa: Transportes Bertolini Ltda**

Trata-se das primeiras denúncias registradas na região, com a formalização no dia 08 de setembro de 2022, a partir de matéria publicada no Portal Metrôpoles, em que os empregados da empresa teriam sido obrigados a vestirem camisetas verde-amarelas com a inscrição "Meu partido é o Brasil", bem como, a publicarem em suas redes sociais. A figura 20 apresenta a foto publicada. Em sua defesa a empresa alega que a reportagem é uma falsa notícia. Informa que não se pauta por ideologias partidárias, e:

é uma empresa que existe na diversidade de ideias, credos, **ideologias**, raças e cresce no mútuo respeito entre todos os empregados que a fazem gigante [...] é uma empresa que tem orgulho de ser brasileira e **não vê problema quando alguns de seus empregados, por iniciativa própria e de livre e espontânea vontade, enaltecem, com camisetas e bandeiras, as cores da Nação e o dia da Independência.** [...] A bandeira do Brasil sempre foi utilizada pela empresa. [...] **No dia 7 de setembro, todos os anos, ocorrem cerimônias na Matriz e nas Filiais.** Não seria diferente no bicentenário da Independência do Brasil.

Figura 21 – Foto de trabalhadores e trabalhadora da empresa Transportes Bertolini



Fonte: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/empresa-de-bolsonarista-obriga-funcionarios-a-usar-camisa-pro-governo>

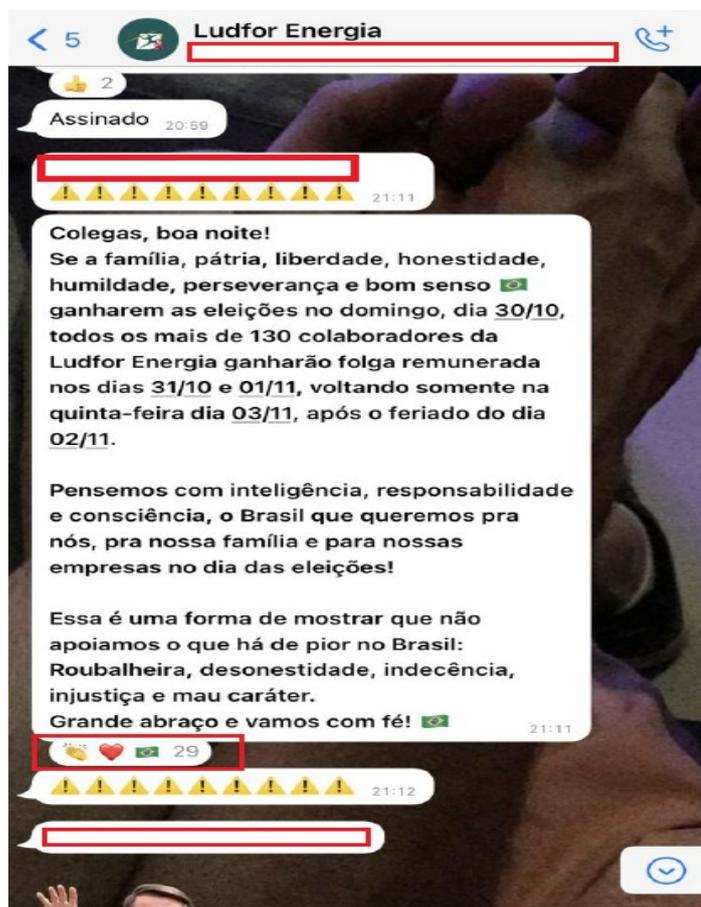
Após a empresa se comprometer a cumprir as recomendações expedidas pelo MPT, o processo foi arquivado.

#### Caso 4 – Cidade: Bento Gonçalves - Empresa: Ludfor Energia Ltda

A denúncia apresentada anexou cópia de mensagem do aplicativo WhatsApp, conforme figura 21, em que o proprietário da empresa induz seus empregados a votarem em determinado candidato, prometendo inclusive folgas estendidas e remuneradas em caso de vitória no segundo turno. Reforma que “essa é uma forma de mostrar que não apoiamos o que há de pior no Brasil: roubalheira, desonestidade, indecência, injustiça e mau-caráter”. A mensagem recebe 32 reações de aplausos, corações e bandeira do Brasil. Em seguida outra pessoa responde com uma figura do candidato Jair Bolsonaro.

Em sua defesa a empresa não se manifesta sobre o conteúdo da mensagem, apenas informa que cumpriu as recomendações de divulgação de cartazes e de mensagem de retratação no mesmo grupo de WhatsApp informando que foram “retiradas toda e qualquer proposta de folga ou benefício ligada ao resultado da eleição”. O processo foi arquivado sem ajuizamento de ação face a “adequação da conduta durante o decorrer das investigações”.

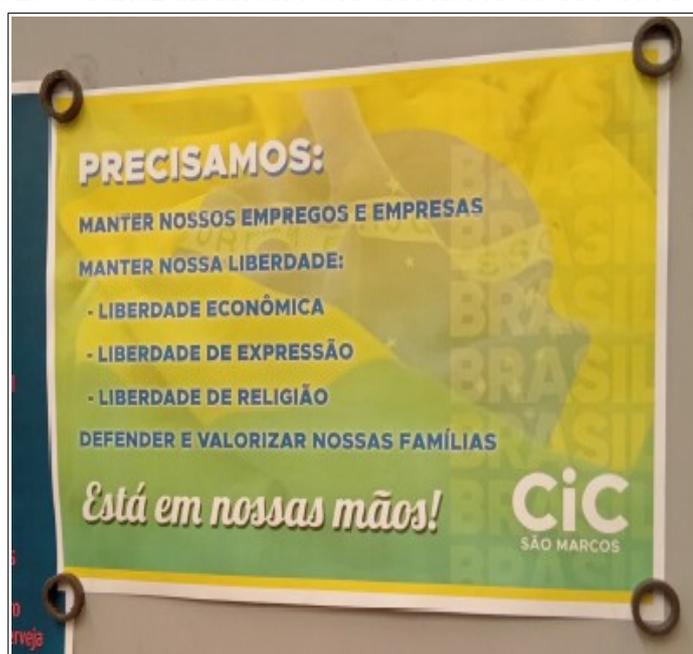
Figura 22 – Cópia da mensagem enviada pelo WhatsApp



### **Caso 5 – Cidade: São Marcos - Entidade: CIC São Marcos**

A entidade representativa dos empregadores dos setores da indústria, comércio, serviços e agropecuária de São Marcos produziu e distribuiu aos seus associados o cartaz, conforme figura 22. A denúncia foi arquivada por “ausência de interesses tuteláveis ou de repercussão social” em decisão da Procuradora responsável pela análise do caso, fundamentada no direito da denunciada em se posicionar politicamente pois é uma entidade representativa das pessoas físicas e jurídicas que exercem atividade empresarial, bem como não haver relação de trabalho entre as associadas e a CIC São Marcos que possa caracterizar assédio eleitoral, devendo, eventual descontentamento ser levado aos espaços internos.

Figura 23 – Cartaz distribuído aos associados da CIC São Marcos



Fonte: MPT-RS – Processo NF nº 000513.2022.04.006/4

### **Caso 6 – Cidade: Gramado - Empresa: GOODS BR Distribuidora Ltda**

Segundo a denúncia, os trabalhadores “receberam avisos dos donos de que caso o candidato apoiado por eles não fosse eleito haveria dispensa em massa. Após a divulgação do resultado das eleições presidenciais, a empresa despediu de forma sumária três trabalhadores e colocou dez em aviso prévio”. Em sua resposta a empresa “manifesta sua surpresa com o recebimento de tal recomendação, uma vez que, não compactua com a prática de qualquer ato ilegal, imoral e discriminatório, sendo tais condutas vedadas pelo Código de Ética da empresa”.

Em que pese tenha sido informado a ocorrência de 07 demissões nos dias 31 de outubro e 03 de novembro, os demitidos não responderam as perguntas enviadas pelo MPT, não sendo possível comprovar o conteúdo da denúncia. Tendo em vista o julgamento improcedente de ação judicial com o mesmo conteúdo, bem como a existência de ações individuais de trabalhadores demitidos, o processo foi arquivado.

#### **Caso 7 – Cidade: Guaporé - Empresa: Escritório Contábil Econômico Ltda**

A denúncia apresentada informa que “a proprietária, sera. Olívia Pasqualotto, teria ameaçado seus empregados dizendo que deveriam votar no candidato de sua preferência, pois caso contrário ‘perderiam tudo’”. Em sua manifestação a empresa indica estranheza com a denúncia e tão logo tomou conhecimento tomou providência para verificar sua procedência, porém, não sabendo de onde partiu “foram reunidos todos os seus funcionários e os colocamos a par do assunto que foram orientados que nenhum colaborador falaria no local de trabalho de política ou religião”. Reforçam que trabalham com imparcialidade e “por isso ficamos chocados com a possibilidade de isto ter acontecido dentro da empresa”. O processo foi arquivado por falta de elementos comprobatórios, apenas com a indicação do cumprimento das recomendações de praxe.

#### **Caso 8 – Cidade: Veranópolis - Empresa: Metalúrgica Golden Art's Ltda**

A denúncia, apresentada às vésperas do segundo turno, informa que os empregados estariam sendo coagidos a votar no candidato à Presidência, Jair Bolsonaro, sob ameaça de corte de benefícios, dentre os quais PPR/PPL. Em sua defesa a empresa informou que: i) não pratica e não compactua com práticas que visem coagir ou constranger os empregados; ii) que na sede da empresa não ocorreram assédio eleitoral ou reuniões com ameaças; e iii) foram afixados nos murais as recomendações. Após a oitiva de apenas uma ex-empregada que se dispôs a manifestar-se, relatou que não sofreu nenhum corte nos benefícios. Assim, o processo foi arquivado.

A análise em profundidade dos casos da região da Serra Gaúcha – RF3, apontou um padrão de comportamento das denúncias de assédio eleitoral compatível com das outras regiões do Estado. Assim, não foi possível confirmar a hipótese de que a cultura política da Serra Gaúcha – RF3, possua elementos específicos, seja pela sua colonização, formação

econômica ou cultural. As ameaças, coações e agressões no ambiente de trabalho, com as características do Assédio Eleitoral seguem um padrão geral, ou seja, tratam-se de padrões inconformados com o resultado eleitoral e que utilizam da violência, no caso econômica, para impor seus valores, nos moldes do coronelismo e cabresto já apresentado.

### 3.3.5. Entrevistas com agentes públicos de Caxias do Sul, responsáveis pelo combate ao Assédio Eleitoral

Para elaboração da pesquisa foram contatados agentes públicos responsáveis pela condução de apurações relativas ao combate ao assédio eleitoral, para melhor compreensão de suas atuações e percepções acerca do fenômeno. Foram abordados questões técnicas em relação aos procedimentos e suas percepções sobre o fenômeno nas eleições de 2022. A primeira entrevista foi realizada com servidor responsável pela fiscalização das condições de trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em Caxias do Sul, cuja atuação está voltada a investigação de denúncias relativas as condições de trabalho e o encaminhamento aos órgãos responsáveis. A segunda foi realizada com Procurador do Trabalho da Coordenadoria Regional do Ministério Público do Trabalho em Caxias do Sul, que tem como função a atuação em feitos judiciais relativos as condições de trabalho.

Em relação a percepção do fenômeno ambos relatam que os casos de assédio eleitoral é um tema recente, pouco percebido em eleições anteriores, mas que em 2022 assume uma dimensão acima de qualquer expectativa, demandando maiores esforços para seu enfrentamento. Além do aumento de casos, o ponto comum é a dificuldade na comprovação das denúncias, seja pelo medo dos trabalhadores e trabalhadoras em sofrer as represálias dos patrões, ou pela falta de condições reais de construção das provas mínimas que possam configurar o assédio eleitoral.

Também apontam que a maior divulgação e repercussão dos casos, tanto pela mídia tradicional, quanto pelos esforços das instituições envolvidas, no caso o TSE e o MPT, podem ter incentivado a formalização de mais denúncias. Em outro sentido, tendo em vista que a Região da Serra – RF3 constitui-se em um reduto de apoiadores da candidatura de Jair Bolsonaro, muitos trabalhadores e trabalhadoras não se sentiram assediados, tendo alinhamento político com suas propostas e valores. Sobre este tema, importante destacar que os estudos sobre assédios indicam a necessidade de maior caracterização, sob pena de

episódios isolados serem erroneamente qualificados, portanto, trata-se de algo mais amplo que, em geral, os trabalhadores e trabalhadoras tem dificuldade em compreender que estão sendo objetos de ações que podem configurar assédio.

Sobre os procedimentos, importante destacar a diferença entre os papéis de cada instituição. A gerência regional do MTE tem como maior função a fiscalização das condições de trabalho em geral, como o cumprimento de normas técnicas e adequação dos ambientes de trabalho, bem como, mais recentemente, com o aumento de casos de trabalhadores e trabalhadoras em condições análogas a escravidão, que exigem uma intervenção imediata do órgão para suspensão do ilícito. O assédio eleitoral surge como mais um foco de intervenção pois fere a liberdade de decisão em relação ao voto dos trabalhadores e trabalhadoras.

Já o MPT possui uma atuação mais vinculada ao procedimento judicial, com as prerrogativas próprias do Ministério Público estabelecidas na Constituição e em sua Lei Orgânica, na defesa de direitos específicos, mas sobretudo difusos. Neste sentido, a intervenção nos casos de assédio eleitoral recebe a atenção do MPT como forma de coibir qualquer tipo de discriminação no ambiente do trabalho e a garantia de direitos fundamentais, como a liberdade de opinião política e o livre exercício dos direitos políticos.

Na sua atuação utiliza de dois instrumentos importantes para a coação de práticas abusivas. O primeiro é o instituto da recomendação, que possui caráter inibitório e de urgência, ou seja, pretende fazer cessar a conduta. Já o TAC, mantém as características da recomendação, contudo gera obrigações para os envolvidos e constitui-se em um título executivo extrajudicial que pode ser aplicado em caso de descumprimento de suas condições. No TAC também é possível a aplicação de sanção a título de indenização por dano moral coletivo. Em síntese, a recomendação é ferramenta utilizada para imediata contenção da conduta e o TAC para casos que precisa maior aprofundamento. Contudo, a atuação do MPT possui caráter discricionário, ou seja, dependerá da avaliação individual do Procurador ou Procuradora, que analisará os elementos concretos de cada caso e tomará as medidas que entender necessárias, inclusive com o ingresso de Ação Civil Pública.

Por fim, as entrevistas não indicaram que a Região da Serra – RF3 possua elementos diferenciados em relação as demais regiões do Estado. Reforçam a percepção de que a conjuntura política dos últimos anos pode ter incentivado os padrões a ultrapassarem limites de relacionamentos no ambiente de trabalho, e que as posições políticas dos trabalhadores e trabalhadoras podem colaborar com ambientes de assédio em face de sua posição política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa utilizou as ferramentas das principais teorias da cultura política e seus pressupostos de que as crenças e valores, construídas ao longo do desenvolvimento cognitivo, em especial nos espaços da família e na educação, tanto na juventude quanto na etapa adulta produzem impactos nas atitudes e comportamentos como suporte para a análise dos dados. Contudo, ressaltamos a importância da construção de uma leitura da cultura política que melhor se enquadre para os países em desenvolvimento, em especial da América Latina a partir de suas construções históricas e os limites para a consolidação de valores democráticos. Neste sentido, os pressupostos da teoria da Democracia Inercial se apresenta mais adequado para a compreensão da cultura política destes países.

Os limites do desenvolvimento socioeconômico e, principalmente, da manutenção da estrutura social com extrema desigualdade e a dificuldade de governança mantém valores que remetem a um passado autoritário, a partir de uma memória simbólica que causa rejeição de princípios democráticos, mesmo os mais básicos, como o respeito ao resultado das eleições, produzindo progressivamente o apoio a práticas autoritárias. Este conjunto de condições permite o surgimento de estratégias que estimulam a rejeição da política e das estruturas formais da democracia, como partidos e instituições eleitorais, baseado na construção permanente de um discurso de ódio que estimula comportamentos e atitudes violentas.

A pesquisa indicou que o discurso de ódio precede a uma concepção política e é reproduzido nos espaços de disputa ideológica, como a família, cuja concepção modificou-se significativamente nos últimos 50 anos, com a revolução feminina e a construção de novas formulações. Também o ambiente escolar, a partir da universalização da educação no ensino fundamental e a ampliação do acesso aos espaços universitários, especialmente pela camada mais excluída da sociedade coloca em conflito a estrutura historicamente desigual. Portanto, têm-se dois espaços de disputa ideológica que impactam diretamente na cultura política.

Nestas condições o uso estratégico de recursos discursivos com viés violento estimula o comportamento de manada, onde o desenvolvimento de sentimentos antipolítica ganha espaço diante da incapacidade do ambiente democrático dar conta das necessidades básicas de grande parcela da população. O discurso de ódio possui uma capacidade de atingir o imaginário popular utilizando uma linguagem simples, que facilmente viraliza, especialmente nos ambientes virtuais, com a promessa de soluções fáceis e livre das complexidades

habituais da política e dos limites da democracia. O discurso racional não possui elementos para enfrentar esta dinâmica. Segundo Lago (2022, p. 30): “o pensamento liberal, [...], produziu dois tipos de aberrações políticas: a história dos grandes homens e o binômio civilização e barbárie. [...] os políticos são retratados como figuras mitológicas, capazes de sujeitar as estruturas sociais e econômicas às suas vontades e valores”.

é inútil acumular dados e correções, se a visão do conjunto dos governantes e dos partidos tradicionais continua a ser percebida por um número crescente de eleitores como pouco pertinentes em relação à realidade [...] O carnaval contemporâneo se alimenta de dois ingredientes que nada tem de irracional: **a cólera de alguns meios populares, que se fundamenta sobre causas sociais e econômicas reais**; e uma máquina de comunicação surpreendente [...] transformada em instrumento privilegiado de todos aqueles que têm por meta multiplicar o caos (EMPOLI, 2019, págs. 24 e 25, grifo nosso)

Os dados coletados indicam a consolidação do discurso de ódio como estratégia política e eleitoral, confirmando a premissa inicial. O resultado disto é a cristalização de uma cultura do ódio, que, enraizada em diversos espaços na sociedade bloqueia qualquer discussão minimamente racional. Segundo Baquero e Prá, (2007, p. 171, grifo nosso) “Quando a desconfiança se institucionaliza como **fator estrutural** o regime democrático poliárquico pode sobreviver, mas sua legitimidade está constantemente e permanentemente em questão, e desta forma compromete-se a sua estabilidade societária”.

A utilização estratégica do discurso de ódio, como demonstramos na introdução, potencializada a partir de 2013, altera o eixo das discussões do campo político racional, como os espaços econômico e de desenvolvimento, para o moral, atingindo diversos ambientes, inclusive o cultural. Exemplo disto foram as ações na abertura da exposição Queermuseu em Porto Alegre, em setembro de 2017, e as agressões à filósofa Judith Butler no Brasil, em novembro do mesmo ano. São dois episódios que ajudam a entender a centralidade das disputas em torno de temas morais (BULGARELLI, 2018, p. 101) (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 79). A velha forma de fazer política, com debates enfadonhos não conseguem reter a atenção, com o discurso de ódio ocupando o espaço central, onde a indignação, o medo, o preconceito, o insulto, a polêmica racista ou de gênero se propagam nas redes e recebem mais engajamento (EMPOLI, 2019, p. 88).

Avançando nos resultados da pesquisa, os dados também confirmam a hipótese de que a cultura política do Rio Grande do Sul, sustentada pela sua estrutura econômica e ideológica, é campo fértil para a absorção dos conteúdos do discurso de ódio e a cristalização de uma

cultura de ódio. Os elementos históricos da formação econômica e política do Estado, fundados no caudilhismo, sustentado nos interesses das oligarquias tradicionais agrárias ainda estão muito presentes na cultura política, em que pese o desenvolvimento econômico no século XX com a evolução das estruturas industriais e comerciais, mantendo-se boa parte da estrutura do período de formação do Estado, hegemonizado pelo poder econômico agrário.

Os mitos do gaúcho e da democracia pactuada no Rio Grande do Sul pôde ser vista nos casos de assédio eleitoral, onde patrão e empregado se misturam na ideologia e na decisão do voto. Os casos estudados repetem uma dinâmica histórica do final do império e da primeira república, marcados por uma cultura política autoritária, estruturada no clientelismo, patrimonialismo e personalismo. Isto pode ser identificado nos casos da Fazenda de criação de gado em Lavras do Sul, cuja estrutura econômica permanece a mesma por 200 anos; e no caso da Associação dos Arrozeiros de Rosário do Sul, onde a lógica do latifúndio mantém a desigualdade social com produtores recebendo incentivos, sem geração de empregos que atenda a demanda, mantendo parte da população em condições básicas de sobrevivência.

O estudo de casos de outras regiões, como o norte do Estado, demonstra que a mudança na estrutura econômica não foi suficiente para impactar significativamente na cultura política, como seria o esperado segundo a teoria da modernização. Os casos indicam que uma cultura do ódio cristalizada que atinge indiscriminadamente todos os setores em que uma fagulha de poder pode ser utilizado para a coação, ameaça e constrangimento, independente do tamanho, setor ou região, pois o discurso de ódio é eficaz na produção de um sentimento de superioridade, mesmo que inexistente. Como Lago (2022) ressaltou, o resultado é perceptível nas relações de poder, onde o grande empresário utiliza de seu poderio econômico para coagir e o pequeno e médio repercute este comportamento no dia a dia, sendo tanto o dono de uma “birosca” quanto de uma multinacional.

Em relação as listas de boicote, foi identificada uma organização central, que constrói e dispara um conteúdo padrão, através do engajamento orgânico, conforme verificado na presença de determinadas empresas que serviam como isca para a ampliação do número de estabelecimentos conforme a região ou localidade. Os dados reforçam a capacidade de disseminação do discurso de ódio pelas redes sociais, com poder para ultrapassar este limite, conforme os casos de ameaças relatados pelos comerciantes atingidos. Temos portanto, mais um elemento para a confirmação da hipótese de que a cultura política do Rio Grande do Sul é propícia para sua exploração do ódio como estratégia eleitoral.

Contudo, ao analisar os dados da Serra Gaúcha - RF3, não foi possível confirmar a hipótese de que a cultura política desta região tenha maior propensão à assimilação do discurso de ódio e a produção de um maior índice de violência política. Nos casos das listas de boicote, em que pese a região tenha muitas incidências, não foi possível encontrar elementos que diferenciasse do restante do Estado. Os casos mais graves, como por exemplo, a incitação a colocação da estrela do PT nos estabelecimentos supostamente identificados como apoiadores da candidatura de Lula, nos mesmos moldes da utilizada pelos Nazistas contra os Judeus, foram disseminados em várias regiões do Estado, não sendo uma característica específica ou exclusiva da Serra Gaúcha.

Os casos de assédio eleitoral também seguiu o padrão geral do Estado. A quantidade proporcional do número de casos não é variável que permitia análise diferente, tendo em vista que é necessário levar em conta outros fatores, como a maior concentração de indústrias e estabelecimentos comerciais na região. Contudo, o caso apresentado na seção 3.2, cuja violência extrapolou os limites da esfera virtual para a agressão física, reforça a existência de uma cultura política estruturada em valores tradicionais com relevância para o aspecto moral da região, no entanto, é temerário vincular ao processo de colonização da região, especialmente a Italiana, conforme mencionado pela vítima da violência física.

Sobre este aspecto, é importante destacar que recorrentemente a colonização da Serra Gaúcha tem sido variável utilizada para explicar a possibilidade de uma maior propensão a assimilação e disseminação do discurso de ódio e de violência política. A presente pesquisa não confirma esta hipótese. O autoritarismo característico do Rio Grande do Sul tem relações com sua construção histórica, sem relevância significativa das origens colonizadoras que não faziam parte do centro de poder até os anos 1940 e 1950, período em que a política era hegemonizada pela força política e econômico das oligarquias do setor agrário.

Como apresentado na seção 1.3 o incentivo da ocupação do território do Rio Grande do Sul através da colonização de seu território foi encerrado no início do século XX, sendo que as regiões ocupadas por colonos de origem italiana e alemã foram fortemente impactados pelas políticas de “brasilianização” durante o período Vargas, sendo retomado o ufanismo exacerbado no final dos anos 1960 e na década de 1970, especialmente pela reconstrução histórica do mito do colono empreendedor e que diante de todas as intempéries venceu e prosperou. A partir dos dados coletados, não é possível atribuir qualquer diferenciação da cultura política causada pela imigração de origem Italiana ou Alemã na Serra Gaúcha – RF3.

Outro fator que é importante destacar é a confusão entre as etnias que ocuparam os territórios do Estado. Em que pese os dados não sejam totalmente precisos, bem como se considere a imigração interna, é possível identificar a predominância da ocupação do território de forma diferenciada conforme a origem dos imigrantes e os períodos. A serra gaúcha foi predominantemente ocupada por colonos Italianos somente no final do século XIX, ressaltando que apenas a quarta e última colônia foi deslocada para a região central do Estado. Em relação aos de origem Alemã, iniciada no primeiro quarto do século XIX, portanto bem antes da italiana, a literatura indica que não ocuparam a região da serra de forma significativa, se concentrando na região central, vale dos sinos, com pouca penetração na encosta da Serra.

No mesmo sentido, a imigração polonesa, citada pela vítima de violência, foi fortemente reprimida pelos colonos italianos na serra gaúcha, conforme demonstra Marin (2014). Na coletânea produzida por Dacanal e Gonzaga (1996) sobre a imigração e colonização no Rio Grande do Sul, várias etnias têm sua trajetória descrita, contudo a Polonesa sequer é considerada. O fato de ocorrer identificação de poloneses com italianos e alemães pode ser atribuído a falta de condições de identificação das cidades de origem, já que o território Polonês sofreu várias modificações em função de constantes invasões.

Portanto, reforçamos que a pesquisa não encontrou elementos que permitem concluir que a Serra Gaúcha apresentou maior propensão a disseminação de violência política a partir do discurso de ódio, pois os dados e características estudadas foram encontradas da mesma forma em todas as regiões do estado do Rio Grande do Sul. Contudo, é importante reconhecer que o caso de violência física tem relevância e por isto foi incluído na pesquisa pois ultrapassou o espaço virtual para a agressão concreta, assim como a consumação de ameaças a comerciantes que seriam identificados como apoiadores da candidatura de Lula.

Assim, mesmo não sendo possível confirmar a hipótese de maior propensão a aderência ao discurso de ódio na Região da Serra Gaúcha, é importante aprofundar os estudos para melhor compreensão da cultura política. Os dados demonstram que a cultura de ódio está cristalizada e a preocupação com seus efeitos exigem maiores estudos sobre seus impactos e formas de enfrentamento e combate, sobretudo para aqueles que atuam na arena eleitoral pois as estratégias utilizadas até o momento não tem se demonstrado eficazes.

Para concluir, durante a pesquisa foram encontrados diversos episódios que ilustram um profundo enraizamento do ódio. Este sentimento que se mantinha na mente é impulsionado pelo discurso de ódio que provoca uma erupção de bilis que reverbera numa

capacidade de libertar e vomitar todos os sentimentos presos sem qualquer limite ético ou moral. Como exemplo de uma situação, consta e-mail com ameaças enviado a vereadora de Florianópolis Carla Ayres:

Atenção seu PEDREIRO DE PERUCA **ABERRAÇÃO** batizada de CARLA SIMARA LUCIANA DA SILVA SALASÁRIO AYRES.

**Nós, homens de bem** repudiamos veementemente a utilização de verbas públicas para sua campanha sobre POBREZA MENSTRUAL.

Enquanto o povo brasileiro passa cada vez mais necessidades graças ao DESGOVERNO e do PT, você esbanja verba pública, ou seja, o nosso dinheiro em campanhas inúteis como essa.

**Caso você não desista deste projeto, eu juro, mas eu juro do fundo do meu coração que eu vou trocar o meu corsa em uma PISTOLA 9MM no morro do são camilo e vou comprar uma passagem só de ida para METER UMA BALA NA SUA CABEÇA E EM TODAS AS SAPATONAS, NEGROS, GAYS E HOMOSSEXUAIS QUE ESTIVEREM ali.**

Eu sou uma sombra: não tenho rosto, posso ser um vendedor qualquer passando pela francisco tolentino ou alguém esperando a sua saída do gabinete. **Basta apenas um só deslize seu e BOOM! Eu vou espalhar sua massa encefálica pelo chão.**

Você está avisada. Não durma tranquila, pois eu estarei ali, disposto e pronto para o dia da retribuição.

**SAPATONA ABERRAÇÃO! O mundo seria bem melhor sem a sua corja imunda.**

O que leva uma pessoa a explodir este ódio? Chama atenção a falta do medo de ser encontrado, utilizando de e-mail, facilmente identificado pelo IP do computador utilizado para envio. Sentem-se imunes a qualquer punição, respaldado pelo amplo espaço social que reproduz diariamente o discurso de ódio, seja nas tribunas dos parlamentos, na imprensa e nas redes sociais, que desemboca no espaço das famílias, do trabalho, da escola, na cultura, etc, pessoas que circulam e estão andando livremente ao nosso lado.

O discurso de ódio, sem barreiras ou limites, em grande medida escorado pela falácia da liberdade de expressão irrestrita ou como direito fundamental sagrado, tem provocado o transbordamento para a vida cotidiana. As redes sociais são apenas um meio de potencializar e disseminar o discurso de ódio, contudo, seu papel tem sido o de despertar os sentimentos que já existem e que produzem os hormônios do ódio prazeroso. Quando os limites são superados, o ódio passa a ser naturalizado até que um novo limite seja transposto. Quando a cultura do ódio é instalada, é difícil combatê-lo.

Sabemos que o ódio possui um processo histórico cíclico. A humanidade já enfrentou estes outros ciclos de ódio, sem jamais ter chegado próximo de eliminar o ódio ou de criar ferramentas eficazes para combatê-lo, mas estudar o fenômeno e importante para sua compreensão e minimizar seus efeitos. Por isto, necessário continuar os estudos sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa, Presença, 1980.
- ALMOND, Gabriel. **The Intellectual history of the civic culture concept** In: ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney (Ed.). *The Civic Culture Revisited*. Newbury Park, Sage, 1989. p. 1-36
- ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. **The Civic Culture – Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Newbury Park, Sage, 1989.
- ANDERSON, Laurel; MCCABE, Debora. **A Coconstructed World: Adolescent Self-Socialization on the Internet**. *Journal of Public Policy & Marketing*, v. 31, n. 2, p. 240-253, 2012. Disponível em: [<https://journals.sagepub.com/doi/10.1509/jppm.08.043>]. Acesso em: 05 jun 2024.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução José Rubens Siqueira. - São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Introdução de Ivan Lins. Tradução de Nestor Silveira Chaves – Ed. especial. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- BAQUERO, Marcello. **Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- BAQUERO, Marcello. **Democracia inercial: assimetrias entre economia e cultura política na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
- BAQUERO, Marcello. **Por que uma cultura política da juventude não se institucionaliza no Brasil?** In. *Riscos de uma democracia em crise: os jovens e a política*. Marcello Baquero (org). - Porto Alegre: Evangraf, 2023.
- BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer Azam buza. **Desigualdade e democracia na América Latina: o papel da inércia na construção de uma cultura política democrática**. In. 1º Seminário Internacional de Ciência Política. Porto Alegre, 2015. Disponível em [<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/BAQUERO-Marcello-e-MORAIS-Jennifer.pdf>]. Acesso em: 27 jan 2024.
- BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer Azambuja de Morais. **Está em andamento a construção de uma nova cultura política juvenil?** In. *A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil*. Org. Marcello Baquero - Porto Alegre: Escritos Editora, 2018.
- BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Marcello Baquero e Jussara Reis Prá. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BAQUERO, Marcello; Ranchinhense, Sônia; CASTRO, Henrique Carlos de O. **A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial.** Revista Debates. Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 87-106, jan-abr. 2018.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. **Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010.** Opinião Pública 17.2 (2011): P. 369-399.

BARRETO JÚNIOR, Irineu Francisco; VENTURI JÚNIOR, Gustavo. **Fake news em imagens: um esforço de compreensão da estratégia comunicacional exitosa na eleição presidencial brasileira de 2018.** Revista DEBATES. Dossiê Eleições e Novas Mídias: Perspectivas para o futuro II, v. 14, n. 1 (2020). p. 4-35. Disponível em [<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/96220>]. Acesso em: 06 jun 2024.

BERNARDI, Ana Júlia Bonzanini. **O impacto das políticas educacionais no processo de construção de competência cívica nos jovens da rede pública porto-alegrense (2002-2015).** In. A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil. Org. Marcello Baquero - Porto Alegre: Escritos Editora, 2018.

BERNARDI, Ana Júlia Bonzanini. **Fake News e as eleições de 2018 no Brasil: como diminuir a desinformação?** 1. ed. - Curitiba: Appris, 2020.

BERNARDI, Ana Júlia Bonzanini. **Educação Crítica midiática: avaliando escolas de ensino médio de Porto Alegre.** In. Riscos de uma democracia em crise: os jovens e a política. Marcello Baquero (org). - Porto Alegre: Evangraf, 2023.

BIGNOTTO, Newton. **Bolsonaro e o bolsonarismo entre o populismo e o fascismo.** In Linguagem da destruição: A democracia brasileira em crise. STARLING, Heloísa M; BIGNOTTO, Newton. 1ª ed. - São Paulo: Companhia das letras, 2022.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia.** Tradução de Marco Aurélio Nogueira – São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOEIRA, Nélon. **O Rio Grande de Augusto Comte.** In. RS: cultura e ideologia. [por] Décio Freitas [et al.] Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto. 1980.

BOROWSKI, Edson Moraes. **As fake news e o discurso de ódio nas eleições gerais de 2018: o ciberespaço como nova arena de disputa eleitoral.** Porto Alegre: Paixão. 2020.

BRASIL. **Relatório de Recomendações para o Enfrentamento do Discurso de Ódio e o Extremismo no Brasil.** Christian Ingo Lenz Dunker, Débora Diniz Rodrigues, Esther Solano. et al. / Camilo Onoda Luiz Caldas, Manuela Pinto Vieira d'Ávila, Brenda de Fraga Espindula. et al. (Coord.) - 1. ed. - Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1u9gU06ZWbZaOfqzbzcqatqo8yDwWTC1et/view?pli=1>. Acesso em 20 jul 2023

BULGARELLI, Lucas. **Moralidades, direitas e direitos LGBT nos anos 2010**. In. O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. Luis Felipe Miguel ... [et al.]; organização Esther Solano Gallego. 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. Traduzido por Roberta Fabbi Viscardi. - São Paulo, Unesp, 2021.

CARAPANÃ. **A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo**. In. O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. Luis Felipe Miguel ... [et al.]; organização Esther Solano Gallego. 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo**. In. O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. Luis Felipe Miguel ... [et al.]; organização Esther Solano Gallego. 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. **Cultura Política Comparada: democracia e mudanças econômicas: Brasil, Argentina e Chile**. Brasília, Verbena, 2014.

CASTRO, Henrique Carlos de O. **Cultura Política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 2, Bº 1, Janeiro-Junho. 2008. Disponível em [<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16058/14347>]. Acesso em: 27 jan. 2024.

CÉSAR, Guilhermino. **Ocupação e diferenciação do espaço**. In. RS: Economia e política; por Guilhermino César e outros. Org. José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

CHOMSKY, Noam. **Requem para o sonho americano**. Os 10 princípios de concentração de riqueza & poder. Tradução de Milton Chaves de Almeida. 1ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

CHOMSKY, Noam. Entrevista ao El País. 2018. Disponível em [[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/06/cultura/1520352987\\_936609.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/06/cultura/1520352987_936609.html)]. Acesso em: 09 mai. 2020.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza; BACHA e SILVA, Diogo; GIBSON, Sérgio Armanelli. **A linguagem de ódio: a democracia em risco**. - 1. ed. - Belo Horizonte, MG: Sete Autores Editores e Distribuidora, 2022.

DACANAL, José Hildebrando. **A miscigenação que não houve**. In. RS: cultura e ideologia. [por] Décio Freitas [et al.] Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto. 1980.

DACANAL, José Hildebrando. **A imigração e a história do Rio Grande do Sul**. In.: RS: imigração & colonização. [por] Aldair Marli Lando [et al.] Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. 2ª ed. - Porto Alegre, Mercado Aberto. 1996.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. Tradução Celso Mauro Paciornik. 1ª edição. 1. reimpressão. São Paulo. Editora da USP, 2005.

DAHL. **A Democracia e seus críticos**. Tradução Patricia de Freitas Ribeiro. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DALTON, Russel; WELZEL, Christian. **Political Culture and Value Change**. In: DALTON, Russel; WELZEL, Christian (org.). *The Civic Culture Transformed*. Cambridge University Press. 2014. p. 1 a 18

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**; [tradução Carlos Szlak]. - 1. ed. - Barueri: Faro Editorial, 2018.

D'ÁVILA, Manuela. **E se fosse você?** Sobrevivendo às redes de ódio e fake news. Porto Alegre/ RS: Instituto E se Fosse Você, 2020.

D'ÁVILA, Manuela. **Rede de mentiras e ódio: e se o alvo fosse você?** Relatos da violência promovida pelas redes de ódio, preconceito e fake news. Organizadora Manuela d'Ávila; edição Ana Carolini da Silva. - 1. ed. - Porto Alegre: Instituto E se Fosse Você, 2021.

**Desenvolvimento regional, democracia e capital social**. Organizadores Marcello Baquero, Djalma Cremonese. - Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. Tradução Arnaldo Bloch, 1ª edição. São Paulo: Vestígio, 2019.

ESPAÑA. Ley Orgánica 10/1995, de 23 de noviembre, del Código Penal. Disponível em: [<https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1995-25444&p=20230428&tn=1>]. Acesso em: 23 fev. 2024.

ESPAÑA. Informe sobre la evolución de los delitos de odio em España. 2022a. Disponível em: [[https://www.interior.gob.es/opencms/export/sites/default/.galleries/galeria-de-prensa/documentos-y-multimedia/balances-e-informes/2022/INFORME-EVOLUCION-DELITOS-DE-ODIO-2022\\_v6.pdf](https://www.interior.gob.es/opencms/export/sites/default/.galleries/galeria-de-prensa/documentos-y-multimedia/balances-e-informes/2022/INFORME-EVOLUCION-DELITOS-DE-ODIO-2022_v6.pdf)]. Acesso em: 23 fev. 2024.

ESPAÑA. II PLAN DE ACCIÓN DE LUCHA CONTRA LOS DELITOS DE ODIO 2022-2024. 2022b. Disponível em: [<https://www.interior.gob.es/opencms/pdf/servicios-al-ciudadano/Delitos-de-odio/descargas/II-PLAN-DE-ACCION-DE-LUCHA-CONTRA-LOS-DELITOS-DE-ODIO.pdf>]. Acesso em: 23 fev. 2024.

ESPAÑA. Informe sobre la evolución de los delitos de odio em España. 2018 a 2022. Disponível em: [<https://www.interior.gob.es/opencms/es/archivos-y-documentacion/documentacion-y-publicaciones/publicaciones/publicaciones-descargables/publicaciones-periodicas-anuarios-y-revistas/informe-sobre-la-evolucion-de-los-delitos-de-odio-en-espana/index.html>]. Acesso em: 23 fev. 2024.

ESPERIDIÃO, Maria Cleidejane; RENÓ, Denis Porto. **Tecnologia, Internet e eleições americanas: Obama no front do ciberespaço.** 2008. Disponível em [<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1378-2.pdf> ] Acesso em: 06 jun. 2024.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade.** - Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** - São Paulo: Paz e Terra, 1996

FREITAS, Décio. **O mito da “produção sem trabalho”.** In. RS: cultura e ideologia. [por] Décio Freitas [et al.] Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto. 1980.

FROSI, Vitalina M. MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira.** 2º ed. - Caxias do Sul, RS: Educs, 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV); CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL - CONIB. **Guia para análise de Discurso de Ódio.** Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (CEPI). São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28626/Guia%20de%20An%C3%A1lise%20de%20Discurso%20de%20%C3%93dio.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GERTZ, Renê E. **O integralismo na zona colonial alemã.** In.: RS: imigração & colonização. [por] Aldair Marli Lando [et al.] Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. 2ª ed. - Porto Alegre, Mercado Aberto. 1996.

GERTZ, Renê E. **O neonazismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EDIPUCRS: AGE 2012.

GIACHETTA, André Zonaro. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES DIANTE DAS FAKE NEWS E DA DESINFORMAÇÃO.** Em Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito. RAIS, Diogo et. al. (coord.) – São Paulo: Editora RT., 2018, p.23-49.

GIRON, Loraine Slomp. **A Imigração italiana no RS: fatores determinantes.** In.: **RS: imigração & colonização.** [por] Aldair Marli Lando [et al.] Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. 2ª ed. - Porto Alegre, Mercado Aberto. 1996.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin; BAQUERO, Rute. **O contexto social da internet no processo de socialização juvenil.** In. A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil. Org. Marcello Baquero - Porto Alegre: Escritos Editora, 2018.

GONZAGA, Sergius. **As mentiras sobre o gaúcho**: primeiras contribuições da literatura. In. RS: cultura e ideologia. [por] Décio Freitas [et al.] Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto. 1980.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. **Cultura política, democracia participativa e protagonismo juvenil**. In. A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil. Org. Marcello Baquero - Porto Alegre: Escritos Editora, 2018.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; CHIODI, Alexander Dugno. **Juventude e crispação**: os efeitos da polarização política na socialização política dos jovens brasileiros. In. Riscos de uma democracia em crise: os jovens e a política. Marcello Baquero (org). - Porto Alegre: Evangraf, 2023.

GROSS, Clarissa Piterman. **Pode dizer ou não?** Discurso de ódio, liberdade de expressão e a democracia liberal igualitária. Tese de doutorado. USP. Faculdade de Direito. São Paulo. 2017.

GROSS, Clarissa Piterman. **Fake news e democracia**: discutindo o status normativo do falso e a liberdade de expressão. Em Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito. RAIS, Diogo et. al. (coord.) – São Paulo: Editora RT., 2018, p.154-174.

GROSS, Clarissa Piterman. **'Fuzilar petralhada' é fala tosca, mas não discurso de ódio, diz professora**. Entrevista para o Jornal Folha de São Paulo, em 20.07.2022. Disponível em [<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/fuzilar-petralhada-e-fala-tosca-mas-nao-discurso-de-odio-diz-professora.shtml>]. Acesso em: 24 fev. 2024.

GRUPPI, Luciano. **El concepto de hegemonia em Gramsci**. Ediciones de Cultura Popular. México, 1978.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização cultural e democracia**: a sequencia do desenvolvimento humano. Tradução de Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho; revisão técnica científica Viero Schmidt. - São Paulo, Francis, 2009.

LAGEMANN, Eugênio. **Imigração e industrialização**. In.: RS: imigração & colonização. [por] Aldair Marli Lando [et al.] Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. 2ª ed. - Porto Alegre, Mercado Aberto. 1996.

LAGO, Miguel. **Como explicar a resiliência de bolsonaro?** In Linguagem da destruição: A democracia brasileira em crise. STARLING, Heloísa M; BIGNOTTO, Newton. 1ª ed. - São Paulo: Companhia das letras, 2022.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxen. **Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul**. In. RS: imigração & colonização. [por] Aldair Marli Lando [et al.] Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. 2ª ed. - Porto Alegre, Mercado Aberto. 1996.

LATINOBARÓMETRO. Opinión Pública Latinoamericana.  
<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2012.

LEMOS, André. **O futuro da internet: Em direção a uma ciberdemocracia**. André Lemos e Pierre Lévy. São Paulo: Paulus, 2010.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução Renato Aguiar. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIMONGI, Fernando. **Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato**. 1ª ed. - São Paulo: Todavia, 2023.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Política de colonização no Império**. Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MAESTRI FILHO, Mario J. **O escravo africano no Rio Grande do Sul**. In. RS: Economia e política; por Guilhermino César e outros. Org. José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

MARIN, Iraci José. **Imigrantes poloneses afundados num mar italiano**. - Caxias do Sul, RS: Ed. Maneco, 2014.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina de ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. 1. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MOISÉS, José Álvaro. **A desconfiança nas instituições democráticas**. Opinião pública, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.

MOISÉS, José Álvaro. **Os significados da democracia segundo os brasileiros**. Opinião pública, v. 16, n. 2, p. 269-309, 2010.

MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Raquel. (org). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. Editora EDUSP, São Paulo, 2013.

MORAIS, Jennifer Azambuja. **Internet, cultura política e juventude no Brasil**. 1ª ed. - Curitiba: Appris, 2021.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; BAQUERO, Marcello. **Emergência e institucionalização da intolerância política como valor político numa cultura híbrida**. In. A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil. Org. Marcello Baquero - Porto Alegre: Escritos Editora, 2018.

MORAIS, Jennifer Azambuja; MILANEZI, Felipe, LIMA, Carolina. **Cultura política e democracia: os níveis de intolerância política dos jovens**. In: Riscos de uma democracia em crise: os jovens e a política. Marcello Baquero (organizador). - Porto Alegre: Evangraf, 2023.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia:** porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Tradução Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg. - 1. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOURE, Telmo. **A inserção da economia imigrante na economia gaúcha.** In.: RS: imigração & colonização. [por] Aldair Marli Lando [et al.] Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. 2ª ed. - Porto Alegre, Mercado Aberto. 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). 2019. **UN Strategy and Plan of Action on Hate Speech.** Disponível em: [[https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/advising-andmobilizing/Action\\_plan\\_on\\_hate\\_speech\\_EN.pdf](https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/advising-andmobilizing/Action_plan_on_hate_speech_EN.pdf)]. Acesso em: 23 jul. 2023

PARISER, Eli. **O filtro invisível:** o que a *internet* está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar. Kindle Edition. 2012.

PENNA, Fernando. **O discurso reacionário de defesa de “uma escola sem partido”.** In. O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. Luis Felipe Miguel ... [et al.]; organização Esther Solano Gallego. 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

PEREIRA, Flávio de Leão Bastos; GUNDIM, Wagner Wilson Deiró. **FAKE NEWS COMO INSTRUMENTO DE ESTRATÉGIA MILITAR.** In Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito. RAIS, Diogo et. al. (coord.) – São Paulo: Editora RT., 2018b. p. 105-129.

PERES, Paulo Sérgio. **Comportamento ou instituições?** A evolução histórica do neo-institucionalismo na ciência política. RBCS Vol. 23 nº 68 outubro. 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A república velha gaúcha:** estado autoritário e economia. In. RS: Economia e política; por Guilhermino César e outros. Org. José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Historiografia e ideologia.** In. RS: cultura e ideologia. [por] Décio Freitas [et al.] Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto. 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imigrante na política Rio-Grandense.** In.: RS: imigração & colonização. [por] Aldair Marli Lando [et al.] Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. 2ª ed. - Porto Alegre, Mercado Aberto. 1996.

PICOLLO, Helga Iracema Landgraf. **A política Rio-Grandense do império.** In. RS: Economia e política; por Guilhermino César e outros. Org. José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

PINHEIRO-MACHADO, R.. **Amanhã vai ser maior:** o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rota de fuga da crise atual. São Paulo: Planeta, 2019.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

RAIS, Diogo. **Fake news e eleições**. Em Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito. RAIS, Diogo et. al. (coord.) – São Paulo: Editora RT., 2018b. p. 105-129.

RAIS, Diogo; FERNANDES NETO, Raimundo Augusto; CIDRÃO, Taís Vasconcelos. **Psicologia política e as fake news nas eleições presidenciais de 2018**. Revista do TRE-RS, ano 24, nº 46, janeiro/junho de 2019, p. 19-52.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social**: Princípio de Direito Público. Tradução de Antônio P. Machado; estudo crítico de Afonso Bertagnoli. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SAFERNET. **MINIGUIA sobre discurso de ódio para criadores**. Disponível em: [<https://www.safernet.org.br/guia-criadores.pdf>]. Acesso em: 21 jul. 2023.

SAFERNET BRASIL - **Xenofobia, intolerância religiosa e misoginia foram os crimes denunciados à Safernet que mais cresceram nas eleições**. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/xenofobia-intolerancia-religiosa-e-misoginiaforam-os-crimes-denunciados-a-safernet-que-mais-cresceram-nas-eleicoes>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SAMPAIO, Rafael Cardoso.; RIZOTTO, Carla; DRUMMOND, Daniela Rocha; ROCHA, Crislaine Franco; WASHINGTON, Bruno Nochols; MARIOSTO, Djiovanni Jonas França. **Enquadramento noticioso e construção narrativa do impeachment de Dilma Roussef nos jornais Folha de S. Paul, Estado de S. Paulo e O Globo**. Revista DEBATES. Dossiê Eleições e Novas Mídias: Perspectivas para o futuro II, v. 14, n. 1 (2020). p. 110-131. Disponível em [<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/88470>]. Acesso em 15.05.2020.

SANTOS, Éverton Rodrigo. **Democracia e desenvolvimento**: desafios da sociedade gaúcha. - Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

SILVA, Elmar Manique. **Ligações externas da economia Gaúcha**. In. RS: Economia e política; por Guilhermino César e outros. Org. José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

SCHWARTZMAN. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 5. ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

STANLEY. J. **Como funciona o fascismo**: a política do Nós e Eles. Porto Alegre: L&PM, 2019.

STARLING, Heloísa M; LAGO, Miguel; BIGNOTTO, Newton. **Linguagem da destruição**: A democracia brasileira em crise. 1ª ed. - São Paulo: Companhia das letras, 2022.

STARLING, Heloísa M. **Brasil, país do passado**. In Linguagem da destruição: A democracia brasileira em crise. STARLING, Heloísa M; BIGNOTTO, Newton. 1ª ed. - São Paulo: Companhia das letras, 2022.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Cantoneiros e colonos** – a indústria do vinho no Rio Grande do Sul. In.: RS: imigração & colonização. [por] Aldair Marli Lando [et al.] Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. 2ª ed. - Porto Alegre, Mercado Aberto. 1996.

TOQUEVILLE, Aléxis de, 1805-1859. **A democracia na América**: tradução de Eduardo Brandão – São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TRINDADE, Hélió. **A ciência política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): etapa fundacional e de inserção nacional (1968-1980)**. In: Avritzer, Leonardo; Milani, Carlos R. S.; Braga, Maria do Socorro (orgs.). *A Ciência Política no Brasil 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. - São Paulo: Jandaíra, 2022.

WEBER, João Hernesto. **O imigrante na ficção Gaúcha**. In.: RS: imigração & colonização. [por] Aldair Marli Lando [et al.] Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. 2ª ed. - Porto Alegre, Mercado Aberto. 1996.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. Tradução Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18. ed. - São Paulo: Cultrix, 2011.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução Pietro Nasseti. 4ª. ed. - São Paulo: Martin Claret, 2001.

**WVS time-series (1981-2022)**: Inglehart, R., Haerpfer, C., Moreno, A., Welzel, C., Kizilova, K., Diez-Medrano J., M. Lagos, P. Norris, E. Ponarin & B. Puranen (eds.). 2022. *World Values Survey: All Rounds – Country-Pooled Datafile Version 3.0*. Madrid, Spain & Vienna, Austria: JD Systems Institute & WWSA Secretariat. [doi:10.14281/18241.17](https://doi.org/10.14281/18241.17).

ZANINI, Maria C. C. **Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana**. 2007. *Mana*, 13(2) 521-547. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/yYBvc5XNc5CrxTyYqSvmVQw/?lang=pt>> acesso em 24.04.2023.

ZORZI, Felipe Bortoncello. **Educação e desigualdades sociais: socialização política comparada em escolas públicas e privadas**. In. *A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil*. Org. Marcello Baquero - Porto Alegre: Escritos Editora, 2018.

ZORZI, Felipe Bortoncello. **Alienação na socialização política: como as instituições escolares reproduzem a desigualdade de poder no Brasil**. In. *Riscos de uma democracia em crise: os jovens e a política*. Marcello Baquero (org). - Porto Alegre: Evangraf, 2023.

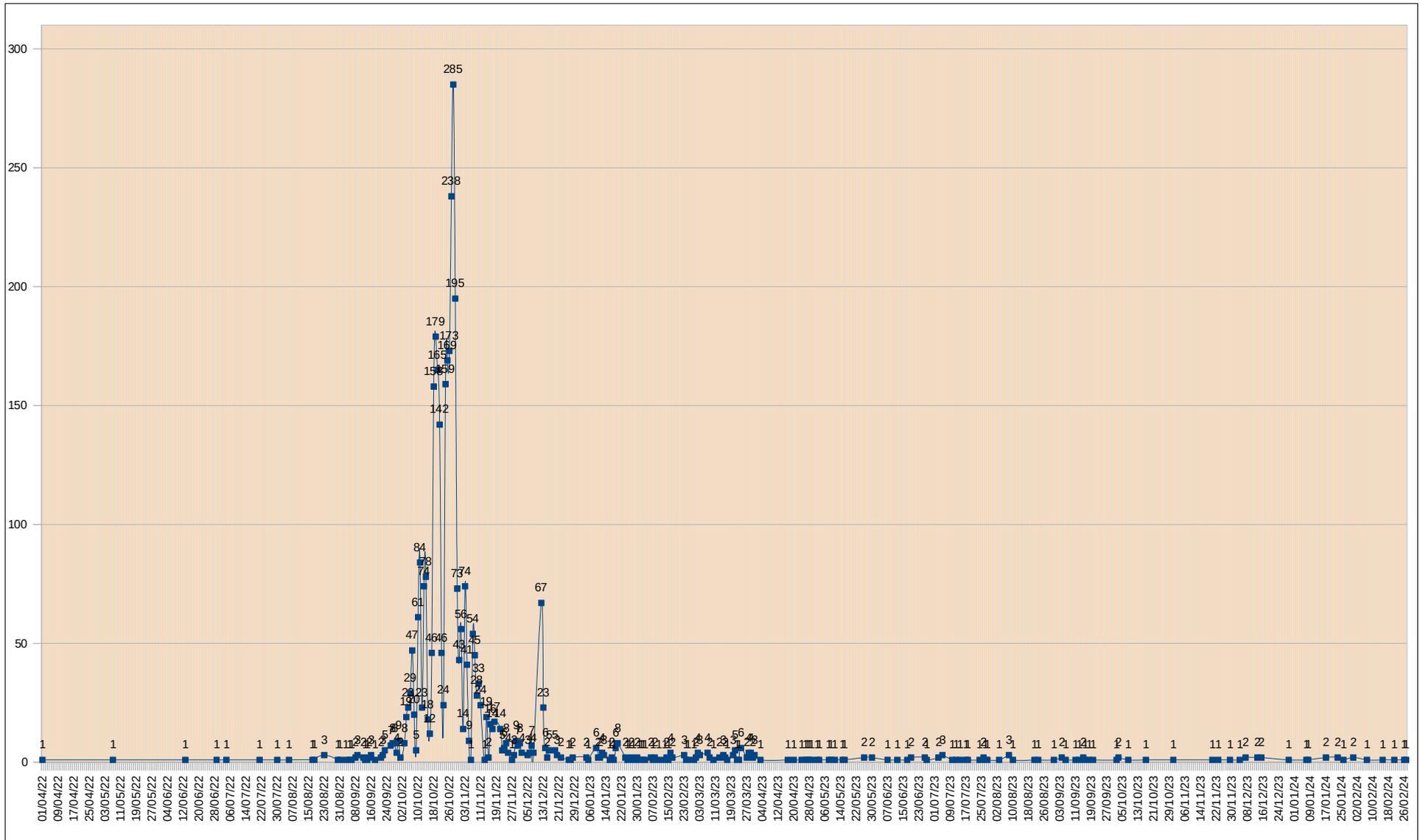
**ANEXO I – Municípios que compõe a Região Funcional de Planejamento – RF 3**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>COREDE</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>COREDE</b>
André da Rocha	Campos de Cima da Serra	Muitos Capões	Campos de Cima da Serra
Antônio Prado	Serra	Nova Araçá	Serra
Bento Gonçalves	Serra	Nova Bassano	Serra
Boa Vista do Sul	Serra	Nova Pádua	Serra
Bom Jesus	Campos de Cima da Serra	Nova Petrópolis	Hortênsias
Cambará do Sul	Hortênsias	Nova Prata	Serra
Campestre da Serra	Campos de Cima da Serra	Nova Roma do Sul	Serra
Canela	Hortênsias	Paraí	Serra
Carlos Barbosa	Serra	Picada Café	Hortênsias
Caxias do Sul	Serra	Pinhal da Serra	Campos de Cima da Serra
Coronel Pilar	Serra	Pinto Bandeira	Serra
Cotiporã	Serra	Protásio Alves	Serra
Esmeralda	Campos de Cima da Serra	Santa Tereza	Serra
Fagundes Varela	Serra	São Francisco de Paula	Hortênsias
Farroupilha	Serra	São Jorge	Serra
Flores da Cunha	Serra	São José dos Ausentes	Campos de Cima da Serra
Garibaldi	Serra	São Marcos	Serra
Gramado	Hortênsias	São Valentim do Sul	Serra
Guabiju	Serra	Serafina Corrêa	Serra
Guaporé	Serra	União da Serra	Serra
Ipê	Campos de Cima da Serra	Vacaria	Campos de Cima da Serra
Jaquirana	Hortênsias	Veranópolis	Serra
Montauri	Serra	Vila Flores	Serra
Monte Alegre dos Campos	Campos de Cima da Serra	Vista Alegre do Prata	Serra
Monte Belo do Sul	Serra		

## ANEXO II – Crimes de ódio registrados na Espanha - 2013-2022

Tipos de crimes de ódio	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Antigitanismo													14	0,88%	22	1,65%	18	1,04%	22	1,22%
Antisemitismo	3	0,26%	24	1,87%	9	0,68%	7	0,55%	6	0,42%	8	0,54%	5	0,31%	3	0,22%	11	0,64%	13	0,72%
Aparofobia	4	0,34%	11	0,86%	17	1,28%	10	0,79%	11	0,78%	14	0,95%	12	0,75%	10	0,75%	10	0,58%	17	0,95%
Creencias o prácticas religiosas	42	3,58%	63	4,90%	70	5,27%	47	3,69%	103	7,26%	69	4,67%	66	4,13%	45	3,37%	63	3,65%	47	2,62%
Delitos de odio contra persona com discapacidad	290	24,74%	199	15,49%	226	17,02%	262	20,60%	23	1,62%	25	1,69%	26	1,63%	44	3,30%	28	1,62%	23	1,28%
Discriminación generaccional											16	1,08%	9	0,56%	10	0,75%	35	2,03%	15	0,84%
Discriminación por razón de efermedad											8	0,54%	8	0,50%	13	0,97%	21	1,22%	11	0,61%
Discriminación por sexo/género					24	1,81%	41	3,22%	35	2,47%	69	4,67%	69	4,32%	99	7,42%	107	6,21%	189	10,52%
<b>Ideologia</b>					<b>308</b>	<b>23,19%</b>	<b>259</b>	<b>20,36%</b>	<b>446</b>	<b>31,43%</b>	<b>585</b>	<b>39,63%</b>	<b>596</b>	<b>37,30%</b>	<b>326</b>	<b>24,44%</b>	<b>326</b>	<b>18,91%</b>	<b>245</b>	<b>13,64%</b>
Orientacion sexual e identidad género	452	38,57%	513	39,92%	169	12,73%	230	18,08%	271	19,10%	256	17,34%	278	17,40%	277	20,76%	466	27,03%	459	25,56%
Racismo/Xenofobia	381	32,51%	475	36,96%	505	38,03%	416	32,70%	524	36,93%	426	28,86%	515	32,23%	485	36,36%	639	37,06%	755	42,04%
<b>TOTAL DELITOS DE ÓDIO CONOCIDOS</b>	<b>1.172</b>		<b>1.285</b>		<b>1.328</b>		<b>1.272</b>		<b>1.419</b>		<b>1.476</b>		<b>1.598</b>		<b>1.334</b>		<b>1.724</b>		<b>1.796</b>	
Infra. Adm. Y resto incidentes											122		108		67		78		73	
<b>TOTAL DELITOS E INCIDENTES DE ODIO</b>											<b>1.598</b>		<b>1.706</b>		<b>1.401</b>		<b>1.802</b>		<b>1.869</b>	

### ANEXO III – Evolução diária das denúncias de Assédio Eleitoral - Brasil





**ANEXO V – Denúncias de assédio eleitoral por municípios do Rio Grande do Sul**

	Cidade origem denúncia	Regional MPT	Nº denúncias	% do Estado	População
1	Porto Alegre	Porto Alegre	63	19,21%	1.332.845
2	Novo Hamburgo	Novo Hamburgo	25	7,62%	227.646
3	Caxias do Sul	Caxias do Sul	22	6,71%	463.501
4	Pinhal	Porto Alegre	10	3,05%	14.955
5	Bento Gonçalves	Caxias do Sul	10	3,05%	123.151
6	Uruguaiana	Uruguaiana	8	2,44%	117.210
7	Passo Fundo	Passo Fundo	8	2,44%	206.215
8	Rosário do Sul	Santa Maria	7	2,13%	36.630
9	Portão	Novo Hamburgo	7	2,13%	34.071
10	Santo Ângelo	Santo Ângelo	6	1,83%	76.917
11	Santo Cristo	Santo Ângelo	6	1,83%	15.320
12	Cerro Grande do Sul	Pelotas	6	1,83%	9.178
13	São Borja	Uruguaiana	5	1,52%	59.676
14	Ibirubá	Santo Ângelo	5	1,52%	21.583
15	Gramado	Caxias do Sul	5	1,52%	123.151
16	Ijuí	Santo Ângelo	4	1,22%	84.780
17	Gravataí	Porto Alegre	4	1,22%	265.074
18	Sapucaia do Sul	Porto Alegre	4	1,22%	132.107
19	Pelotas	Pelotas	4	1,22%	325.685
20	São Leopoldo	Novo Hamburgo	4	1,22%	217.409
21	Tupanciretã	Santo Ângelo	3	0,91%	20.005
22	Alegrete	Santa Maria	3	0,91%	72.409
23	Santa Maria	Santa Maria	3	0,91%	271.735
24	São Gabriel	Santa Maria	3	0,91%	58.487
25	Venâncio Aires	Santa Cruz do Sul	3	0,91%	68.763
26	Barra do Ribeiro	Porto Alegre	3	0,91%	12.225
27	Camaquã	Pelotas	3	0,91%	62.200
28	Lavras do Sul	Pelotas	3	0,91%	7.157
29	Dois Irmãos	Novo Hamburgo	3	0,91%	30.709
30	Feliz	Novo Hamburgo	3	0,91%	13.764
31	Farroupilha	Caxias do Sul	3	0,91%	70.286
32	São Marcos	Caxias do Sul	3	0,91%	21.084
33	Vacaria	Caxias do Sul	3	0,91%	64.197
34	Veranópolis	Caxias do Sul	3	0,91%	24.021
35	Santa Rosa	Santo Ângelo	2	0,61%	76.963
36	Guaporé	Santa Cruz do Sul	2	0,61%	25.268

37	Alvorada	Porto Alegre	2	0,61%	187.315
38	Capão da Canoa	Porto Alegre	2	0,61%	63.594
39	Dom Pedrito	Pelotas	2	0,61%	36.981
40	Aratiba	Passo Fundo	2	0,61%	6.483
41	Carazinho	Passo Fundo	2	0,61%	61.804
42	Casca	Passo Fundo	2	0,61%	9.465
43	Marau	Passo Fundo	2	0,61%	45.124
44	Igrejinha	Novo Hamburgo	2	0,61%	32.808
45	Morro Reuter	Novo Hamburgo	2	0,61%	6.029
46	Rolante	Novo Hamburgo	2	0,61%	21.253
47	Lagoa Vermelha	Caxias do Sul	2	0,61%	27.659
48	São João da Urtiga	Caxias do Sul	2	0,61%	4.461
49	Itaqui	Uruguaiana	1	0,30%	35.768
50	Cruz Alta	Santo Ângelo	1	0,30%	58.913
51	Entre-Ijuís	Santo Ângelo	1	0,30%	9.158
52	Horizontina	Santo Ângelo	1	0,30%	18.851
53	Miraguá	Santo Ângelo	1	0,30%	4.427
54	São Luiz Gonzaga	Santo Ângelo	1	0,30%	34.752
55	Agudo	Santa Maria	1	0,30%	16.041
56	Nova Esperança do Sul	Santa Maria	1	0,30%	4.865
57	Santiago	Santa Maria	1	0,30%	48.938
58	São João do Polêsine	Santa Maria	1	0,30%	2.649
59	Arroio dos Ratos	Santa Cruz do Sul	1	0,30%	14.601
60	Barão	Santa Cruz do Sul	1	0,30%	6.461
61	Encantado	Santa Cruz do Sul	1	0,30%	22.962
62	Montenegro	Santa Cruz do Sul	1	0,30%	64.322
63	Santa Cruz do Sul	Santa Cruz do Sul	1	0,30%	133.230
64	Arroio do Sal	Porto Alegre	1	0,30%	11.057
65	Cachoeirinha	Porto Alegre	1	0,30%	136.258
66	Canoas	Porto Alegre	1	0,30%	347.657
67	Guaíba	Porto Alegre	1	0,30%	92.924
68	Nova Santa Rita	Porto Alegre	1	0,30%	29.024
69	Torres	Porto Alegre	1	0,30%	41.751
70	Viamão	Porto Alegre	1	0,30%	224.112
71	Arroio Grande	Pelotas	1	0,30%	17.558
72	Jaguarão	Pelotas	1	0,30%	26.603
73	Erechim	Passo Fundo	1	0,30%	105.705
74	Frederico Westphalen	Passo Fundo	1	0,30%	32.627

75	Não-Me-Toque	Passo Fundo	1	0,30%	17.898
76	Planalto	Passo Fundo	1	0,30%	10.406
77	Tapejara	Passo Fundo	1	0,30%	24.557
78	Araricá	Novo Hamburgo	1	0,30%	8.525
79	Bom Princípio	Novo Hamburgo	1	0,30%	13.142
80	Campo Bom	Novo Hamburgo	1	0,30%	62.886
81	Ivoti	Novo Hamburgo	1	0,30%	22.983
82	Parobé	Novo Hamburgo	1	0,30%	52.058
83	Presidente Lucena	Novo Hamburgo	1	0,30%	3.077
84	São Sebastião do Caí	Novo Hamburgo	1	0,30%	24.428
85	Sapiranga	Novo Hamburgo	1	0,30%	75.648
86	Taquara	Novo Hamburgo	1	0,30%	53.242
87	Antônio Prado	Caxias do Sul	1	0,30%	13.045
88	Boa Vista do Sul	Caxias do Sul	1	0,30%	2.779
89	Carlos Barbosa	Caxias do Sul	1	0,30%	30.420
90	Flores da Cunha	Caxias do Sul	1	0,30%	30.892
91	Machadinho	Caxias do Sul	1	0,30%	5.735
92	Nova Prata	Caxias do Sul	1	0,30%	25.692
93	São Francisco de Paula	Caxias do Sul	1	0,30%	21.893
	<b>Total</b>		<b>328</b>		7.329.873
	População do Rio Grande do Sul				10.882.965
					67,35%